



DIÁRIO



República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVI - Nº 68

SEXTA-FEIRA, 13 DE SETEMBRO DE 1991

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

RELATÓRIO Nº 6, DE 1991-CN

Da Comissão Mista, sobre os vetos (inciso IV do art. 1º, parágrafo único do art. 1º e parágrafo único do art. 3º) apostos ao Projeto de Lei nº 16, de 1991 (nº 6-B, de 1991 — na Câmara dos Deputados) que “Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências”.

Relator: Deputado Francisco Dornelles.

O Senhor Presidente da República, com base no parágrafo 1º do art. 66 da Constituição Federal, pela Mensagem nº 52/91-CN (nº 324/91, na origem) comunica ao Congresso Nacional que, nos termos daquele dispositivo constitucional, resolveu vetar em parte o Projeto de Lei nº 6, de 1991 (nº 16/91, no Senado Federal), que “Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências”.

O primeiro dispositivo vetado foi o inciso IV do art. 1º que concedia a isenção do imposto aos automóveis adquiridos por pessoas que, em razão de serem portadoras de deficiência física, não pudessem dirigir automóveis comuns.

O parágrafo único do art. 1º, que “isentava os veículos destinados exclusivamente ao transporte escolar, quando adquiridos pelas prefeituras municipais”, também, foi considerado contrário ao interesse público, tendo sido o veto justificado com o entendimento de que, dada a abrangência do termo “veículo”. O controle fiscal do benefício seria extremamente difícil. Ademais, lembra o Senhor Presidente da República que, no caso dos ônibus normalmente utilizados no transporte escolar, estes “já estão desonerados do IPI, visto que são tributados à alíquota de 0% (zero por cento)”.

Por fim, o parágrafo único do art. 3º foi vetado, sob o argumento de que “o reconhecimento da isenção de tributo federal, quando concedido em caráter especial (art. 170 do Código Tributário Nacional — Lei nº 5.172, de 25-10-66), é atribuição privativa da autoridade administrativa do Departamento da Receita Federal, não podendo tal reconhecimento ficar na alçada da autoridade municipal”. Assim sendo, tal dispositivo seria contrário ao interesse público.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****PASSOS PORTO**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200 exemplares.

No caso do veto ao inciso IV do art. 1º, que concedia isenção do IPI na aquisição de automóveis por pessoas portadoras de deficiência física e, em razão disso, não possam dirigir automóveis comuns, entendemos que o assunto deve ser analisado sob o aspecto social e sob a ótica da arrecadação tributária.

É sabido que os deficientes físicos não reúnem condições normais de trabalho, estando, assim, em permanente desvantagem em relação às demais pessoas que não tiveram o infortúnio de ficarem parcialmente incapacitadas fisicamente. Por isso mesmo, a grande maioria dos deficientes físicos, mesmo exercendo atividade remunerada, à custa de grandes sacrifícios, está impossibilitada de adquirir um automóvel novo, devido à alta incidência de tributos. A aquisição de um automóvel adaptado à situação de cada um representa não somente a busca de melhores condições de locomoção e segurança como também um fator que facilita a integração do deficiente na sociedade e no mercado de trabalho.

É evidente que quando a legislação concede isenção para a compra de determinado produto, sempre acabará privilegiando pessoas que podem prescindir do favor fiscal. Esta situação está presente em todas as isenções que beneficiam produtos essenciais. Todavia, ainda que a isenção beneficie pessoas abastadas, não é por esse motivo que se deverá prejudicar as demais pessoas que não podem adquirir um veículo, em condições normais de incidência de tributos, que, não é demais lembrar, representa a grande maioria dos deficientes. Não é, portanto, por causa de uma exceção, que se deverá prejudicar a isenção para todo um segmento, altamente merecedor da proteção do Estado.

Sob o aspecto social, portanto, é indiscutível o mérito e a justiça da isenção concedida.

No que se refere ao aspecto de arrecadação tributária, podemos afirmar que a perda de receita decorrente da isenção será ínfima, ou mesmo não existirá.

Sem a isenção, a grande maioria dos deficientes não terá condições de adquirir o automóvel e, portanto, sem a aquisição não haverá imposto a recolher.

Por outro lado, a própria justificativa do Senhor Presidente da República identifica que os deficientes físicos já se beneficiam da redução de 60% na alíquota do IPI, quando adquirirem automóveis novos. Isso explica ainda mais o mérito da isenção, sob o aspecto social e, sob o prisma da arrecadação, evidencia que a possível perda de receita, decorrente da isenção, é absolutamente inexpressiva, especialmente depois que o Poder Executivo resolveu adotar, como definitiva, a redução de dez pontos percentuais nas alíquotas do IPI incidentes sobre a aquisição de automóveis. A isenção corresponderá, portanto, a apenas 40%, da alíquota, reduzida, do IPI.

É conveniente salientar, ademais, que de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.199, de 1991, a isenção será reconhecida pelo Departamento da Receita Federal, mediante prévia verificação de que o adquirente preenche os requisitos legais, o que impedirá eventuais tentativas de obtenção indevida do favor fiscal.

Diante do exposto, opinamos pela rejeição do veto ao inciso IV do art. 1º e pela manutenção dos demais.

Sala das Sessões, 4 de setembro de 1991. — Senador Dário Pereira, Presidente — Deputado Francisco Dornelles, Relator — Deputado Aloizio Santos — Senador Valmir Campelo.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 56ª SESSÃO CONJUNTA, EM 12 DE SETEMBRO DE 1991**1.1 — ABERTURA****1.2 — EXPEDIENTE****1.2.1 — Discursos do Expediente**

DEPUTADO ALDO RABELO, JOSÉ FORTUNATIE PAULO BERNARDO — Greves no Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobrás.

DEPUTADO PAULO HARTUNG — Aspectos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 1992, que menciona.

DEPUTADO JONASSANTOS NEVES — Aumento das denúncias de corrupção no País.

DEPUTADA MARIA LUIZA FONTENELLE — Greve nas universidades federais, nos bancos e na Petrobrás. Situação do Servidor Público.

DEPUTADO EDUARDO JORGE — Exoneração, do cargo de Chefe da Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, do Dr. Roberval Batista de Jesus.

SENADOR MEIRA FILHO — Aniversário do Hospital de Base de Brasília.

DEPUTADO CÉSAR MAIA — Colocações ao relatório do TCU, apresentado pelo Conselheiro Homero Santos.

DEPUTADO ANDRÉ BENASSI — Entendimento nacional.

DEPUTADO LUIZ GIRÃO — Apelo em favor da liberação de recursos para o Hospital Maracanau, no Estado do Ceará.

DEPUTADO HAGAHÚS ARAUJO — Tecendo considerações sobre anúncios classificados dos jornais.

DEPUTADO JOÃO MENDES — Necessidade de apuração das denúncias de corrupção.

1.2.2 — Leitura de Mensagem Presidencial

Nº 93/91-CN, solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 22 de 1991-CN, que "Autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$47.310.000.000,00, ao Ministério da Infra-Estrutura, a favor da Rede Ferroviária Federal S.A., para ocorrer às despesas que menciona". **Deferida.**

1.2.3 — Discursos do Expediente (continuação)

DEPUTADO MENDES BOTELHO — Falecimento do Deputado Christovam Chiaradia. Situação da classe ferroviária brasileira.

DEPUTADO AGOSTINHO VALENTE — Greve dos bancários e dos petroleiros.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE — Defesa da derrubada dos vetos presidenciais ao projeto de política salarial.

DEPUTADO ERNESTO GRADELLA — Greve dos bancários.

DEPUTADO CARLOS LUPI — Crise que estaria havendo no Poder Judiciário.

DEPUTADO TIDEI DE LIMA — Arbitrariedades que estariam sendo cometidas pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

DEPUTADO MENDONÇA NETO — Irregularidades na LBA.

DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI — Problemas por que está passando a agricultura brasileira.

DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO, como Líder — Defesa da agilização da votação dos vetos presidenciais. Reunião do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, para adotar uma posição em relação ao chamado "Emendaô".

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1989 (nº 3.683/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, **Mantido o veto.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 50, de 1990, que dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 19, de 1990-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1991. — **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48 de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições; princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 176, de 1989 (nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a Política Agrícola. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.3.1 — Comunicação da Presidência

— Convocação da sessão conjunta a realizar-se hoje, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO**2 — ATA DA 57ª SESSÃO CONJUNTA, EM 12 DE SETEMBRO DE 1991****2.1 — ABERTURA****2.2 — EXPEDIENTE****2.2.1 — Discurso do Expediente**

DEPUTADA IRMA POSSONI — Orçamento da União.

DEPUTADO PAULO PAIM — Veto à política salarial aprovada pelo Congresso Nacional.

DEPUTADO ORLANDO PACHECO — Rejeição ao "Emendão".

DEPUTADO OSVALDO BENDER — Custo do recenseamento iniciado pelo IBGE.

DEPUTADO MESSIAS GÓIS, pela liderança do Bloco Parlamentar Declaração de obstrução aos trabalhos do Congresso Nacional.

DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO, pela ordem — Ape- lo para que a lista do painel eletrônico seja considerada para efeito de presença. Contra a obstrução declarada pelo Bloco Parlamentar.

SENADOR EDUARDO SUPPLY — Notícia veicu- lada no jornal *O Estado de S. Paulo*, de hoje, sobre fatos que caracterizaram a política econômica do Governo Collor e denúncias à atuação da então Ministra Zélia.

DEPUTADO CARLOS LUPI, pela ordem — Sobre a obstrução regimental do Bloco do Governo. Proposta do Governo para uma antecipação da Reforma Consti- tucional.

DEPUTADA MARIA LUIZA FONTENELE — Documento resultante de reunião coordenada pela CNBB e pela OAB, sob o título "Proclamação ao povo brasileiro", conclamando a sociedade civil a mobilizar-se em defesa do País.

DEPUTADO PAULO MANDARINO — Centrali- zação das contas do FGTS na CEF.

DEPUTADO CESAR MAIA — Criação de grupo de trabalho para esclarecimentos de elementos constantes do relatório do Ministro Homero Santos, do Tribunal de Contas da União, sobre gastos do Governo além do pre- visto no Orçamento.

SENADOR JOSÉ FOGAÇA — Convocação do Con- selho da República pelo Presidente Fernando Collor.

DEPUTADO ALOÍZIO MERCADANTE — Acusa- ções de corrupção contra a ex-Ministra Zélia Cardoso de Melo, publicadas no jornal *O Estado de S. Paulo*, de hoje.

DEPUTADO IVO MAINARDI — Coalização polí- tica como solução para a crise da governabilidade. Impor- tação de alimentos como atestado da incapacidade oficial da administração da política agrícola.

DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES — Arti- go publicado no jornal *O Globo*, intitulado "você está sendo roubado", denunciando o custo do salário para a empresa brasileira.

DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA — Instalação da Comarca no Município de Cristópolis, na Bahia.

DEPUTADO JOÃO MENDES — Exemplo da ação firme e decisiva do povo russo na luta pela instituição da democracia.

DEPUTADO LUIZ GUSHEKEN — Greve dos ban- cários e dos petroleiros.

DEPUTADO VASCO FURLAN — Reaparelhamen- to da Polícia Rodoviária Federal.

DEPUTADO WERNER WANDERER — Gratui- dade dos serviços nos hospitais do Sistema Único de Saúde- SUS.

DEPUTADO ADÃO PRETTO — Queima de arqui- vos do antigo DOPS gaúcho pelo Governador Amaral de Souza, em 1982, e a manutenção de "Dops paralelo" em pleno Governo Collares.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS SABÓIA — Paralisa- ção dos bancários, petroleiros e petroquímicos do País pela reposição das perdas salariais.

DEPUTADO INOCÊNCIO OLIVEIRA — Safra agrícola e escassez de alimentos em 1992.

DEPUTADO EULER RIBEIRO — Apoio ao Minis- tro Alcení Guerra em sua atuação no Ministério da Saúde.

DEPUTADO WILSON CUNHA — Solenidade de sagração de S. Ex^a como Grande Oficial da Ordem do Mérito Cultural Bernardo Sayão e de novos membros dessa entidade, focalizando, ainda, discurso do empresário Ber- nardo Monteverde naquela ocasião.

2.3 — ORDEM DO DIA

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, prin- cípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financia- mento, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Convesão nº 50, de 1990, que dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social, **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 176, de 1989 (nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a Política Agrícola. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 19, de 1990-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1991. — **Votação adiada por falta de quorum.**

2.4 — ENCERRAMENTO

SUMÁRIO DA ATA 30ª SESSÃO CONJUNTA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 1991

Retificação

Na publicação do Sumário, feita no DCN, de 23-5-91, na página 1727, 2ª coluna, no item 1.3 — ORDEM DO DIA

Onde se lê:

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Con- versão nº, de 1990, que dispõe...

Leia-se:

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Con- versão nº 48, de 1990, que dispõe...

**SUMÁRIO DA ATA DA 24ª SESSÃO
CONJUNTA, EM 9 DE MAIO DE 1991**

Retificação

Na publicação do Sumário, feita do DCN, de 10-5-91, na página 1598, 2ª coluna, no item 1.2.2 — Comunicações de Liderança,

Onde se lê:

DEPUTADO CARRION JORGE, pela ordem
— Reparos ao discurso do Sr. Humberto Souto.

Leia-se:

DEPUTADO CARRION JUNIOR, pela ordem
— Reparos ao discurso do Sr. Humberto Souto.

Ata da 56ª Sessão Conjunta, em 12 de setembro de 1991

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benvides e Alexandre Costa

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo — Alexandre Costa — Aluizio Bezerra — Amazonino Mendes — Amir Lando — Antonio Mariz — Aureo Mello — Beni Veras — Carlos De'Carli — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Dario Pereira — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Esperidião Amim — Epitácio Cafeteira — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — João Calmon — João Rocha — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Richa — José Sarney — Júlio Campos — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Levy Dias — Louremberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Marco Maciel — Mário Covas — Marluce Pinto — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nabor Júnior — Ney Maranhão — Odacir Soares — Oziel Carneiro — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Raimundo Lira — Ronan Tito — Telmo Vieira — Teotônio Vilela Filho — Valmir Campelo — Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

João Fagundes — PMDB; Teresa Jucá — PDS.

Amapá

Aroldo Góes — PDT; Eraldo Trindade — Bloco; Fátima Pelaes — Bloco; Lourival Freitas — PT; Murilo Pinheiro — Bloco; Sérgio Barcellos — Bloco; Valdenor Guedes — PTR.

Pará

Hilário Coimbra — PTB; Mario Martins — PMDB; Paulo Rocha — PT.

Amazonas

Ricardo Moraes — PT.

Acre

Adelaide Neri — PMDB; Célia Mendes — PDS; Francisco Diógenes — PDS; Ronivon Santiago — PMDB; Zila Bezerra — PMDB.

Tocantins

Derval de Paiva — PMDB; Freire Júnior — Bloco; Hagahus Araújo — PMDB.

Maranhão

Cesar Bandeira — Bloco; Cid Carvalho — PMDB; Eduardo Matias — PDC; Jayme Santana — PSDB; José Burnett — Bloco; José Reinaldo — Bloco; Pedro Novais — PDC.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Edson Silva — PDT; Gonzaga Mota — PMDB; Jackson Pereira — PSDB; José Linhares — PSDB; Luiz Pontes — PSDB; Marco Penaforte — PSDB; Moroni Torgan — PSDB.

Piauí

B. Sá —; Felipe Mendes — PDS; João Henrique — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Murilo Rezende — PMDB.

Rio Grande do Norte

Aluizio Alves — PMDB; Laíre Rosado — PMDB.

Paraná

Edivaldo Motta — PMDB; Ivandro Cunha Lima — PMDB; José Luiz Clerot — PMDB; José Maranhão — PMDB; Rivaldo Medeiros — Bloco.

Pernambuco

Álvaro Ribeiro — PSB; Inocêncio Oliveira — Bloco; José Carlos Vasconcellos — Bloco; Luiz Piauhyllino — PSB; Miguel Arraes — PSB; Nilson Gibson — PMDB; Sérgio Guerra — PSB.

Alagoas

Luiz Dantas — Bloco; Mendonça Neto — PDT; Olavo Calheiros —; Roberto Torres — PTB.

Sergipe

Djenal Gonçalves — PDS; José Teles — PDS; Pedro Valadares — Bloco.

Bahia

Beraldo Boaventura — PDT; Clóvis Assis — PDT; Geddel Vieira Lima — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Jairo Azi — PDC; João Almeida — PMDB; João Alves — Bloco; Jonival Lucas — PDC; Jorge Khoury — Bloco; Jutahy Júnior — PSDB; Leur Lomanto — Bloco; Luiz Viana Neto — PMDB; Manoel Castro — Bloco; Marcos Medrado — PDC; Nestor Duarte — PMDB; Pedro Irujo — Bloco; Prisco Viana — PDS; Sérgio Brito — PDC; Sérgio Gaudenzi — PDT.

Minas Gerais

Aécio Neves — PSDB; Annibal Teixeira — PTB; Armand Costa — PMDB; Edmar Moreira — Bloco; Elias Murad — PSDB; Fernando Diniz — PMDB; Ibrahim Abi-Ackel — PDS; João Paulo — PT; José Geraldo — PMDB; José Ulisses de Oliveira — PRS; Marcos Lima — PMDB; Mário de Oliveira — Bloco; Maurício Campos — PL; Paulo Delgado — PT; Pedro Tassis — PMDB; Ronaldo Perim — PMDB; Sandra Starling — PT; Saulo Coelho — PSDB; Tilden Santiago — PT; Vittorio Mediolli — PSDB; Wagner do Nascimento — Bloco; Zaire Rezende — PMDB.

Espírito Santo

Aloizio Santos — PMDB; João Baptista Motta — PSDB; Nilton Baiano — PMDB; Paulo Hartung — PSDB; Rita Camata — PMDB; Roberto Valadão — PMDB; Rose de Freitas — PSDB.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral — PTB; Álvaro Valle — PL; Amaral Netto — PDS; Artur da Távola — PSDB; Benedita da Silva — PT; Carlos Lupi — PDT; César Maia — PMDB; Cidinha Campos — PDT; Francisco Silva — PDC; Jandira Feghali — PC do B; João Mendes — PTB; Laerte Bastos — PDT; Laprovita Vieira — PMDB; Miro Teixeira — PDT; Paulo Portugal — PDT; Regina Gordilho — PDT; Sandra Cavalcanti — Bloco; Sérgio Arouca — PCB; Sérgio Cury — PDT; Simão Sessim — Bloco; Vivaldo Barbosa — PDT; Wanda Reis — PMDB.

São Paulo

Aldo Rebelo — PC do B; Aloizio Mercadante — PT; André Benassi — PSDB; Antônio Carlos Mendes Thame — PSDB; Cardoso Alves — PTB; Eduardo Jorge — PT; Fábio Feldmann — PSDB; Florestan Fernandes — PT; Gastone Righi — PTB; Geraldo Alckmin Filho — PSDB; Hélio Rosas — PMDB; Irma Passoni — PT; Jorge Tadeu Mudalen — PMDB; José Genoíno — PT; Jurandyr Paixão — PMDB; Koyu Iha — PSDB; Luiz Gushiken — PT; Manoel Moreira — PMDB; Nelson Marquezelli — PTB; Osvaldo Stecca — PSDB; Sólton Borges dos Reis — PTB; Tidei de Lima — PMDB.

Mato Grosso

João Teixeira — PL; Rodrigues Palma — PTB.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Maria Laura — PT.

Goiás

Antonio Faleiros — PMDB; João Natal — PSDB; Lázaro Barbosa — PMDB; Luiz Soyer — PMDB; Maria Valadão — PDS; Mauro Borges — PDC; Mauro Miranda — PMDB; Osório Santa Cruz — PDC; Paulo Mandarino — PDC; Pedro Abrão — PMDB; Ronaldo Caiado —; Virmondes Cruvinel — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo — Bloco; George Takimoto — Bloco; Marilu Guimarães — PTB; Nelson Trad — PTB.

Paraná

Basílio Villani — Bloco; Carlos Scarpelini — PMDB; Delcino Tavares — PMDB; Élio Dalla-Vecchia — PDT; Flávio Arns — PSDB; Joni Varisco — PMDB; Luiz Carlos Hauly — PMDB; Munhoz da Rocha — PSDB; Paulo Bernardo — PT; Pedro Tonelli — PT; Romero Filho — PMDB; Rubens Bueno — PSDB; Said Ferreira — PMDB; Wilson Moreira — PSDB;

Santa Catarina

Ângela Amin — PDS; Dércio Knop — PDT; Luci Choinacki — PT; Neuto de Conto — PMDB; Vasco Furlan — PDS.

Rio Grande do Sul

Adão Pretto — PT; Amaury Müller — PDT; Celso Bernardi — PDS; Eden Pedroso — PDT; Fetter Júnior — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; João de Deus Antunes — PDS; José Fortunati — PT; Nelson Proença — PMDB; Odacir Klein — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Paulo Paim — PT; Telmo Kirst — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — As listas de presença acusam o comparecimento de 63 Srs. Senadores e 207 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Deputado Aldo Rebelo.

O SR. ALDO REBELO (PC do B — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desde o dia de ontem, premidos pela política econômica de arrocho salarial, promovida pelo Governo Federal, os trabalhadores da Petrobrás, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, entre outras categorias, iniciaram uma legítima e justa greve nacional em defesa dos seus direitos e dos interesses nacionais.

Como é do conhecimento do País, o Presidente da República que, há quase dois anos, assumiu os destinos de nossa Pátria, traçou objetivos publicamente conhecidos, entre os quais o desmanche da estrutura produtiva construída pelo Estado brasileiro, dentro da qual se inserem instituições que deram, até o momento, suporte à nossa própria existência como Estado nacional, como Petrobrás, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Há 180 anos o Banco do Brasil presta serviços relevantes ao desenvolvimento do País. No entanto, Sr. Presidente, se-

guindo orientações do Fundo Monetário Internacional, numa atitude irresponsável e aventureira, o Governo do Senhor Fernando Collor de Mello quer liquidar esta instituição, naturalmente, para prestar serviços e benefícios à rede bancária privada nacional e estrangeira.

O Banco do Brasil já ofereceu a seus funcionários salários dignos, já foi orgulho do povo brasileiro e da Nação, da mesma forma, a Caixa Econômica Federal.

No entanto, como parte de sua política de liquidação dessas empresas, o Governo Federal promove o mais perverso arrocho salarial da história dessas instituições.

Em certos Estados, cresce o número de funcionários da Caixa que são obrigados a bater à porta das instituições de saúde, sofrendo de problemas de toda ordem, por conta do brutal arrocho salarial, ao qual são submetidos.

O Banco do Brasil, por sua vez, tem perdido funcionários dos mais experientes.

Dia-a-dia aumentam a cobiça e a trama das multinacionais e dos banqueiros, juntamente com o Governo do Presidente Fernando Collor para liquidar a Petrobrás, essa grande empresa estatal do nosso País.

Por essa razão, parlamentares do Congresso Nacional, identificados com a soberania do nosso País, com a defesa dos direitos dos trabalhadores, não poderiam deixar de manifestar, neste momento, o mais veemente repúdio à política criminoso que vem sendo perseguida por este Governo, contra o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobrás, ao mesmo tempo, hipotecando a mais irrestrita solidariedade aos trabalhadores em greve. Essa greve não é apenas em defesa do salário, mas também em defesa dos destinos e da perspectiva do nosso País, da Nação brasileira. É a greve em defesa não apenas do salário, mas do patrimônio público, construído com sacrifício e com o empenho dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Não podemos admitir que, de uma hora para outra, meia dúzia de aventureiros, acumpliciados com o capital privado nacional e estrangeiro, coloquem em risco a sobrevivência dos trabalhadores e dessas instituições.

Nas ruas de todo o Brasil, os petroleiros, os bancários e outras categorias em greve dão uma demonstração solene de que, se há algo de apodrecido nesta Nação, se há um Governo em decomposição a olhos vistos, há forças vivas dispostas a elevar sua voz e a mostrarem que a sociedade tem perspectiva de futuro, porque ela ainda dispõe de um organismo de forças sadias que percebe para onde conduz o nosso País o atual Governo Federal.

O mais grave ainda, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, segundo denúncias que nos têm chegado de vários setores dessas categorias em greve, é que há uma ordem perversa e criminoso do Governo Federal, de que deixem essas categorias levarem as suas greves até o esvaziamento, caso naturalmente a Justiça do Trabalho não proceda, como das vezes anteriores, julgando-as abusiva, naturalmente por pressão do Poder Executivo.

Que os bancários da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, que os petroleiros, que nas refinarias, espalhadas de Manaus ao Rio Grande do Sul, recebam o carinho e a solidariedade dos trabalhadores e do povo brasileiro, e a esperança de que a greve prossiga na sua jornada cívica, patriótica, democrática e na defesa do presente e do futuro dos trabalhadores brasileiros, que receberão sempre, tenho certeza, de boa parte dos Deputados deste Congresso, a sua solidariedade

militante, porque, dessa forma, com essa luta poder-se-á, certamente, depositar esperança no futuro do nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista José Fortunati.

O SR. JOSÉ FORTUNATI (PT — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estamos vivenciando hoje o segundo dia da greve dos bancários e dos petroleiros. Temos verificado a marca da intransigência tanto dos banqueiros privados, quanto do Governo Federal em relação aos bancos federais e à Petrobrás.

Como sindicalistas e Parlamentares ligados ao movimento sindical, temos acompanhado basicamente todas as negociações que envolvem o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Sou testemunha de que os funcionários dessas instituições procuraram, de todas as formas, buscar um acordo com as direções.

Infelizmente, o que se percebeu foi que, num primeiro momento, num tom provocativo, as Direções do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal apresentaram propostas claramente irrisórias. A Caixa Econômica Federal, enquanto seus funcionários reivindicavam algo em torno de 500% de reajuste, ofereceu apenas 28%; e o Banco do Brasil, também concordando com o arrocho salarial do seu quadro de funcionários, apresentava um índice de reajuste de apenas 30%.

O que nos trouxe perplexidade, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é que, em nenhum momento, o Governo Federal ou a Direção das duas instituições e da própria Petrobrás deixaram de reconhecer o grave arrocho salarial que se abate sobre os trabalhadores em geral e especificamente sobre a categoria bancária e os petroleiros.

A todo momento nas negociações, ficou claro que o Governo, através da direção das instituições, reconhecia a perda salarial que os trabalhadores sofreram, principalmente nos últimos dois anos, uma perda que hoje ultrapassa 500%.

No entanto, a intransigência permaneceu do lado do Governo, porque tanto os bancários quanto os petroleiros acabaram num segundo momento apresentando uma contraproposta que procurava viabilizar o acordo nacional. Essa contraproposta procurava recolocar a inflação e as perdas salariais não dos dois últimos anos, mas simplesmente do último ano, ou seja, a data do dissídio coletivo da categoria do ano passado, em 1º de setembro, até a data-base deste ano. Esse índice ficou em torno de 214%. Mesmo assim, tanto a direção da CEF como as do Banco do Brasil e da Petrobrás não apresentaram índices razoáveis, que pudessem realmente ser avaliados com seriedade pelas categorias em greve. A Caixa Econômica Federal avançou até o percentual de 70%. A direção do Banco do Brasil, até o percentual de 106%, que seriam pagos em duas parcelas: a primeira em setembro e a segunda em novembro.

Vejam bem, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, pela forma como esses índices foram apresentados e diante da expectativa de uma inflação real de 15% neste mês e de 20% ou mais a partir do próximo mês, eles não recompõem sequer as perdas futuras dos dois próximos meses, quanto mais as perdas sofridas pelos trabalhadores nos últimos doze meses.

Por isso, queremos colocar a nossa insatisfação quanto à forma como o Governo Federal vem se comportando frente à greve da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e da Petrobrás. Comunicamos, também, a nossa inconfor-

midade quanto à forma como os demais banqueiros vêm tratando a categoria bancária.

Através da nossa Liderança, solicitamos uma audiência com o Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, Marcílio Marques Moreira; e continuamos aguardando, juntamente com Parlamentares do nosso e de outros Partidos, que o Ministro venha a receber essas Lideranças no dia de hoje. Entendemos que é da maior importância que o diálogo prossiga, que haja entendimento entre os Parlamentares, o Ministro Marcílio Marques Moreira, representando o Poder Executivo, e os comandos de greve, para que esta greve possa, quem sabe, ter um fim no dia de hoje.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Peço aos Srs. Senadores e Deputados, que se encontram em seus gabinetes ou em comissões, que venham ao plenário, porque precisamos votar matéria da maior importância.

Os painéis estão em aberto e registrarão as presenças.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Paulo Bernardo.

O SR. PAULO BERNARDO (PT — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero manifestar meu total apoio à greve que bancários e petroleiros realizam em todo o País.

Nos últimos vinte anos, os bancos conseguiram aumentar sua participação na renda nacional de 7% para 19% e, o que é pior, Sr. Presidente, eximindo-se cada vez mais de qualquer contribuição efetiva para o desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Enquanto a recessão imposta pelo Governo Collor atinge violentamente todos os setores da atividade econômica nacional, especialmente os trabalhadores que amargam um quadro com 6 milhões de desempregados e o maior arrocho salarial da nossa história, os bancos navegam longe da crise. Seus lucros são astronômicos e chocam os brasileiros.

Somente no último semestre, os cinco maiores bancos brasileiros obtiveram lucro líquido de 150 bilhões de cruzeiros. A rentabilidade líquida média do setor bancário nos últimos três anos foi de 12,4%. Em contrapartida, os salários dos bancários caíram a até 20% do seu valor real de dois anos atrás.

O quadro de funcionários diminui constantemente. Apenas no ano de 1990, os bancos demitiram 80 mil bancários. O reflexo disso está nas filas quilométricas, que mostram o desprezo do sistema bancário para com os cidadãos, seus clientes.

Acompanhei toda a campanha salarial dos bancários e quero testemunhar que os bancos demonstraram intransigência e falta de disposição para negociar, talvez contando com o auxílio sempre providencial que conseguem junto ao Governo, muitas vezes com a colaboração da Justiça do Trabalho.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para dirigir aos bancários uma palavra de apoio na sua luta e aos banqueiros, um apelo para que privilegiem a negociação como saída do impasse.

Para encerrar, gostaria de manifestar meu espanto e meu veemente repúdio contra a atitude do jornal *Folha de S. Paulo*, que, após ter acertado com as entidades sindicais bancárias o preço para veiculação de material publicitário sobre a greve, recuou e dobrou o preço combinado após ler o conteúdo do mesmo. Dobrou o preço para inviabilizar a publicação, numa

atitude antidemocrática, parcial e patronal, indigna do jornal de maior circulação no País e que proclama só ter o "rabo preso" com o leitor.

Era o que desejava dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG (PSDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, dentre os principais temas de interesse do PSDB, a análise da matéria orçamentária, historicamente, tem se constituído numa das bandeiras do Partido.

Assim ocorreu no processo constituinte, quando os capítulos referentes à questão foram objeto de participação intensa dos representantes do PSDB, tendo, inclusive, o Deputado José Serra sido o Relator da matéria. Esse posicionamento se estendeu aos processos de discussão e aprovação das leis orçamentárias dos anos subsequentes, quando buscamos dar à peça orçamentária maior coerência com as reais necessidades e possibilidades do País, em termos de gasto público.

Já no primeiro semestre deste ano, novamente, o PSDB buscou dar o melhor de suas forças para a elaboração de uma LDO que imprimisse diretrizes para a preparação da Lei Orçamentária de 1992, consentâneas com as dificuldades econômico-sociais do País, privilegiando a austeridade do gasto público e a transparência nas informações e enfatizando a necessidade de priorizar os investimentos na infra-estrutura econômica básica e na área social em geral.

Naquela ocasião, lamentamos, através de diversos pronunciamentos, a "oportunidade perdida" pelo Congresso Nacional, e em especial pela sua Comissão Mista de Planos, Programas e Orçamentos Públicos, que não exerceu adequadamente o papel que lhe cabia, aprovando a LDO/92 no contexto de uma tramitação tumultuada e que só se esgotou na madrugada do dia 28 de junho.

Lamentamos, também, que, quando da discussão e aprovação da Resolução nº 1/91, não tivéssemos conseguido fazer prevalecer nossas teses sobre a necessidade de redução do número de membros da Comissão Mista e do estabelecimento do rodízio permanente entre os parlamentares designados para exercer a função de Relator de projetos de lei orçamentárias e de créditos adicionais. A constatação do acerto do nosso posicionamento já se verifica agora, quando a Comissão somente a "duras penas" tem conseguido **quorum** para votação e os pareceres sobre os projetos de lei são apresentados de forma intempestiva, sem o devido prazo para análise e decisão.

Nesta oportunidade, queremos destacar dois pontos fundamentais para que não se perca nova oportunidade de afirmação das prerrogativas do Congresso Nacional: a imperiosa necessidade de dotar a Comissão Mista de meios para uma adequada análise dos projetos de lei na sua área de competência e para fiscalização do seu cumprimento efetivo e a tramitação criteriosa da Lei Orçamentária de 1992.

Quanto à Lei Orçamentária, abordaremos em seguida alguns pontos que já foram passíveis de análise no pouco tempo disponível para tanto (os avulsos, de forma incompleta, somente foram distribuídos no último dia 9 do corrente). Porém, queremos enfatizar, inicialmente, a necessidade da criação da Subcomissão de Fiscalização no âmbito da Comissão Mista, para que possamos ter meios de tornar efetivas as decisões tomadas quanto à destinação das dotações orçamentárias.

Sem um adequado aparelhamento dessa Subcomissão, o que inclui o pleno acesso aos sistemas de informações computadorizadas do Governo, a Lei Orçamentária poderá se tornar "letra morta" e a sua execução dissociar-se completamente dos objetivos pretendidos quando de sua aprovação. É preciso, portanto, além de analisar e discutir o projeto de lei orçamentária, em todos os seus pormenores, de forma a dar-lhe a configuração mais adequada aos interesses do País, ter condições de fiscalizar a sua execução, facilitando a discussão de créditos orçamentários, principalmente aqueles relativos à aplicação de Saldos de Exercícios Anteriores (que, como recentemente comprovado, nem sempre existem, apesar do Governo enviar projetos para sua aplicação).

Passemos agora a discorrer sobre a Lei Orçamentária para 1992.

De uma análise preliminar do Projeto enviado pelo Executivo, vários são os aspectos preocupantes que surgem, quer em termos de cumprimento do que dispõe sobre a Lei nº 8.211, de 22 de julho de 1991 (LDO/92), quer em termos da viabilidade prática de sua execução e, ainda, em termos de respeito aos princípios maiores consolidados na Constituição de 1988.

Não se pretende aqui listar ou discutir pormenorizadamente cada um deles, mas apenas destacar alguns que particularmente são preocupantes e que julgamos devam ser objeto de reflexão entre os membros do Congresso Nacional, em especial aqueles que compõem a Comissão Mista, para que as correções sejam feitas e, dessa forma, se evite que a sociedade venha a ser prejudicada por omissão de seus representantes.

O primeiro deles diz respeito ao fato do Governo haver incorporado à receita tributária valor da ordem de US\$10,54 bilhões, sob o argumento de que a captação de tais recursos seria fruto de um esforço de arrecadação a ser deflagrado em 1992 pelo Departamento da Receita Federal — DRF (US\$4,18 bilhões), de atuação semelhante do Departamento do Patrimônio da União — DPU (US\$0,06 bilhão) e de um esforço conjunto da Procuradoria da Fazenda Nacional e do DRF para cobrança de 20% da dívida ativa estimada (US\$6,30 bilhões).

A efetiva possibilidade deste acréscimo na receita tributária vir a ocorrer é remota, por que não dizer nenhuma. Quem pensa isto não somos nós, é o próprio Governo, ao procurar, na Mensagem Presidencial de encaminhamento do projeto de lei, definir antecipadamente os "bodes expiatórios": o Legislativo, que precisará apreciar tempestivamente as medidas legais (quais? Isto o Governo não define?); e o Judiciário, que deverá dar tramitação rápida aos processos de cobrança da dívida. Se não bastassem estes indicativos, o Governo vai mais longe, ao incluir no texto do projeto de lei (art. 5º, parágrafo único) que: "O Poder Executivo poderá ... adotar as providências necessárias para adequar a execução da despesa fixada ao ingresso das receitas". Sobre este ponto e o verdadeiro "cheque em branco" que ele representa, voltarei a me referir mais adiante.

Para se ter uma idéia da gravidade desta superestimativa da receita no que tange à execução orçamentária de 1992, basta verificar que o montante da receita adicional decorrente desse "esforço" está justificando a consignação de dotações para gastos públicos federais no valor equivalente a US\$7,57 bilhões (os restantes US\$2,97 bilhões são incorporados às dotações relativas às transferências constitucionais a Estados, Distrito Federal e Municípios). Este volume de gastos

(US\$7,57 bilhões) representa mais do que a totalidade dos investimentos previstos no âmbito do Orçamento Fiscal (US\$6,53 bilhões) ou, de outra forma, representa 95% das "outras despesas correntes" (excluídas as transferências constitucionais e legais a Estados, Distrito Federal e Municípios) no âmbito do mesmo Orçamento.

Para não nos alongarmos mais sobre este ponto, concluímos esses comentários lembrando que, em exercícios anteriores (1989 e 1990), o Executivo levantou, formal ou informalmente, a bandeira do "esforço fiscal" como solução para o fechamento da equação orçamentária, porém sem sucesso algum. Todos que acompanham o assunto devem estar lembrados.

Na mesma linha do desequilíbrio de receita e despesa, e do uso de artifícios para atingir o equilíbrio, está o segundo aspecto que queremos abordar. Mas, este tem um agravante: a necessidade de viabilizar o artifício poderá atingir aqueles que, após labutarem durante anos a fio em prol do crescimento deste País, hoje, sem forças para continuar esta luta, recebem uma míngua aposentadoria para sobreviver. Trata-se da subestimativa das despesas com os "benefícios da previdência social" para o ano de 1992.

De acordo com o disposto na Mensagem Presidencial, o impacto do novo Plano de Custeio e Benefícios sobre as despesas com o pagamento destes benefícios seria de 0,7% do PIB, ou seja, algo próximo a US\$2,9 bilhões (PIB igual a US\$413,8 bilhões, segundo a Mensagem). Considerando que parcela do impacto já será absorvida no próprio exercício de 1991, pode-se concluir que as despesas em 1992 deveriam sofrer um acréscimo real da ordem de US\$1,0 bilhão sobre as correspondentes em 1991.

Surpreendentemente, o Governo propôs dotação 21% menor que a fixada na lei de 1991, ou seja, uma redução real equivalente a US\$5,2 bilhões. Para uma despesa equivalente a US\$24,5 bilhões na Lei Orçamentária para 1991, o Executivo propôs para 1992 um valor equivalente a US\$19,3 bilhões.

Ora, salvo se ocorrer um brutal achatamento — da ordem de quase 32% — nos valores dos benefícios, estamos diante de um "rombo" da ordem de US\$6,2 bilhões.

Se não bastasse a perspectiva de uma superestimativa da receita equivalente a US\$10,54 bilhões e uma subestimação de despesa correspondente a US\$6,2 bilhões, há um terceiro aspecto que coloca mais "lenha na fogueira" do desequilíbrio orçamentário: a superestimativa dos recursos da arrecadação do Imposto de Importação sobre petróleo bruto.

De acordo com a Mensagem Presidencial que encaminhou o projeto de lei, a partir de outubro de 1991 vigorará uma alíquota de 19% do imposto de importação sobre petróleo bruto. Ainda de acordo com o mesmo documento, a manutenção desta alíquota ao longo do exercício de 1992 proporcionará uma arrecadação equivalente a US\$798 milhões, que será destinada para atender gastos com educação (18% do total, em respeito ao art. 212 da Constituição Federal) e, principalmente, com a manutenção da malha rodoviária federal a cargo do DNER.

Entretanto, cálculos otimistas realizados por especialistas no assunto, que não consideraram a hipótese de redução do nível de importação por conta da redução do consumo de derivados — fruto da recessão que se aprofunda — ou do aumento da produção nacional, mostram que, mantida a alíquota de 19%, a arrecadação desse imposto não ultrapassará US\$584 milhões. Este patamar somente será superado se hou-

ver um aumento do consumo de derivados ou uma elevação dos preços internacionais do petróleo. Para que seja atingida a estimativa do Governo, será necessário que o aumento do consumo ou a elevação do preço do petróleo, ou, ainda, da alíquota do imposto, alcance algo próximo a 36,6% ao longo de todo o exercício de 1992.

Deixando de lado os problemas do desequilíbrio entre receitas e despesas e da sua "camuflagem" pelo Governo, passemos a comentar alguns outros aspectos preocupantes, no que tange aos gastos em si e ao cumprimento da legislação vigente.

O art. 28, § 2º, da Lei nº 8.211/91 (LDO/92), estabelece que: "o orçamento da seguridade social discriminará, obrigatoriamente, em categorias de programação específicas, a transferência de recursos da União para cada Estado e para o Distrito Federal, bem como para o conjunto de municípios de cada unidade da Federação, destinados às ações descentralizadas de saúde e assistência social". Entretanto, o Projeto de Lei Orçamentária para 1992, tal como proposto pelo Governo, não discrimina as parcelas mais significativas dos recursos destinados às ações de saúde e assistência social, principalmente no que concerne às ações de saúde.

A proposta orçamentária do Ministério da Saúde apresenta dotações genéricas para subatividades ou subprojetos, tais como: reaparelhamento de Unidades de Saúde das Unidades Federadas (US\$483 milhões para investimentos), Organização de Sistemas de Saúde (US\$200 milhões para investimentos e US\$27 milhões para outras despesas correntes), CIACS (US\$693 milhões, sem discriminação de localidade), Apoio Técnico Financeiro às Secretarias Estaduais de Saúde — SUS (US\$126 milhões para custeio e US\$80 milhões para investimentos), Apoio Técnico e Financeiro às Secretarias Municipais de Saúde (US\$2,075 milhões para custeio e US\$192 milhões para investimentos), Construção e Ampliação de Sistemas de Abastecimentos d'água (US\$133 milhões para investimentos), Construção e Ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário (US\$65 milhões para investimentos), Construção e Ampliação de Serviços de Drenagem (US\$37 milhões para investimentos) etc.

No caso do Ministério da Ação Social, a sua proposta, um pouco mais detalhada que a do Ministério da Saúde, apresenta dotações genéricas para subprojetos tais como: Apoio à Habitação Popular (US\$120 milhões para investimentos), Apoio para Melhoria das Condições Habitacionais em Áreas Urbanas Rurais (US\$36 milhões para investimento), PRODE-SU — Lotes Urbanos e Equipamentos Sociais (US\$86 milhões para investimento) PRODE-SU — Drenagem Urbana (US\$63 milhões para investimentos), Programa Social de Emergência e Geração de Emprego para a região Nordeste (US\$83 milhões para investimentos), Programa Social de Emergência e Geração de Emprego para a região Sudeste (US\$123 milhões para investimentos), Programa Social de Emergência e Geração de Emprego para a região Sul (US\$37 milhões para investimentos), Minimização da Vulnerabilidade das Cidades (US\$36 milhões para investimentos e US\$41 milhões para outras despesas correntes), CIACS (US\$173 milhões para investimentos, sem discriminação das localidades) etc.

A proposta do Governo, ao generalizar as dotações, além de não cumprir a LDO/92, abre um perigoso espaço para a distribuição dos recursos, segundo critérios pouco ortodoxos, o que é mais grave ainda em se tratando de um ano no qual serão realizadas eleições municipais.

Cabe, por último, um pequeno comentário sobre a preocupação que devemos ter em mente, quando da análise da proposta orçamentária sobre os valores alocados a itens fundamentais da nossa infra-estrutura básica, quais sejam os setores rodoviário, portuário e elétrico, todos eles carentes de recursos de grande monta para a sua recuperação.

Neste particular, os serviços de construção, pavimentação, restauração e conservação de rodovias estão contemplados com recursos de ordem de US\$1,28 bilhão, dos quais cerca da metade seriam oriundos do Imposto de Importação sobre petróleo, cuja superestimativa já foi objeto de comentários anteriores. Por sua vez, o setor portuário foi aquinhado com cerca de apenas US\$0,35 milhões, valor insuficiente para atendimento às suas necessidades de recuperação, reaparelhamento e modernização. Por fim, o setor elétrico conta com recursos da ordem de US\$2,15 bilhões, dos quais cerca de 30% atendem às obras da Usina Hidrelétrica de Xingó, permanecendo, portanto, razões para preocupação quanto a eventuais dificuldades de atendimento à demanda.

Diante desses pontos comentados a respeito do Projeto de Lei Orçamentária para 1992, após, repita-se, uma análise apenas preliminar, desejamos afirmar a responsabilidade do Congresso Nacional, ainda mais em presença da crise em que o País vive, em analisá-lo cuidadosamente e procurar exercer suas prerrogativas da forma mais plena possível, tanto no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização como quando da decisão soberana do Plenário. O País espera e necessita que cumpramos com dignidade e responsabilidade a nossa tarefa de representantes do povo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jones Santos Neves.

O SR. JONES SANTOS NEVES (PL — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, em pronunciamento que fiz, desta tribuna, em 8 de agosto de 1990, tive ocasião de alertar esta Casa sobre o crescimento acelerado da corrupção no País.

Chamei a atenção para o fato de que as quatro grandes inimigas desta Nação — a inflação, a estatização, a cartelização e a corrupção — estavam revigorando suas energias e retonificando seus músculos para novas e violentas agressões aos legítimos interesses da sociedade brasileira.

E aponte que, entre as quatro presenças, a da corrupção se qualificava como a mais apavorante, considerando seu alto poder de indução sobre as demais. Com efeito, é impossível derrotar os fantasmas que apavoram a economia, a política e a tranquilidade social, quando a moral de um povo é destruída e permanece em escombros.

Passado mais de um ano daquele pronunciamento, verifica-se que, episódios sucessivos, ocorridos em vários setores da administração pública e envolvendo personalidades integrantes da primeira linha do nível presidencial do governo, demonstram o crescimento avassalador da onda da corrupção, que ameaça submergir o País de forma definitiva.

Já tive ocasião de assinalar, por mais de uma vez, que o que torna a corrupção brasileira diferente e mais grave do que a de outros países é o fato de ter como cúmplice a impunidade.

Para evitar a continuidade deste destrutivo acasalamento, tive ocasião de propor a esta Casa que diligenciasse junto ao Poder Executivo a criação e institucionalização de uma comissão independente contra a corrupção.

Alertei para o fato de que tal comissão, a ser instituída no âmbito da Presidência da República, se justificava amplamente, porque a opinião pública terá sempre mais confiança em uma unidade de serviço que seja completamente independente e separada de quaisquer departamentos públicos, inclusive os policiais.

Sugeri que a comissão fosse dividida em três departamentos:

— O Departamento de Operações, que tratará de investigar, arrestar ou ajudar pessoas envolvidas em processos de corrupção.

— O Departamento de Prevenção, que é bastante inovador e tratará de identificar e atuar sobre situações ou áreas em que a corrupção tende a ocorrer. Terá poderes para assegurar mudanças nos métodos de trabalho das agências e departamentos do governo, de forma a reduzir os riscos de corrupção.

— E o Departamento de Relações com a comunidade, também inovador, e que terá o objetivo de obter informações do público em geral e de mudar as atitudes em relação à corrupção.

E esclareci na oportunidade que a proposta se baseava, em suas linhas gerais, numa experiência de êxito, acontecida em Hong-Kong, onde tal iniciativa gerou a mais famosa e poderosa agência contra a corrupção do mundo em desenvolvimento.

Passado um ano desde a nossa proposição, que não foi aproveitada, a situação se agravou consideravelmente. Todos somos testemunhas disso.

Há poucos dias, em 14 de agosto passado, o Presidente Fernando Collor encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei — desde logo batizado como a “Lei Collor” — estabelecendo “procedimentos para suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao Erário, nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de cargo, emprego ou função da Administração Direta, Indireta ou Fundacional”.

Ainda que se trate de medida saneadora, que aproveita e revigora dispositivos de antiga legislação no campo das irregularidades e ilicitudes administrativas, não julgamos que venha a dar solução categórica aos nefandos crimes de corrupção, suborno e comissionamentos ilícitos.

Entendemos como indispensável a criação de um poder fiscalizador externo, pois as estruturas endógenas dos governos se autoprotegem sistematicamente.

Andrei Sakharov, o grande cientista e líder soviético, disse certa vez:

— “Na Rússia, temos excelentes leis, mas o que acontece é que essas leis não são cumpridas. E quando uma lei não é cumprida, o problema deixa de ser um problema de ordem jurídica, para se transformar num problema moral.”

É este, também, o caso do Brasil.

Em trabalho recentemente publicado no *Estado de São Paulo* o doutor Geraldo Brindeiro, Subprocurador-Geral da República, assinala essa distância entre as duas naturezas, destacando:

“A eficácia da Ordem Jurídica não depende apenas da punição dos infratores pelos órgãos do Estado. Depende, também, da existência de outras normas éticas, além das normas jurídicas — como as normas morais e religiosas — cuja validade seja reconhecida e posta em prática pela maioria da população.

A criminalidade e o desrespeito à autoridade pública resultam, quase sempre, da ausência de valores. Mas podem ser estimulados por outros fatores condicionantes da liberdade dos agentes criminosos. O mau exemplo e a impunidade, sem dúvida, terão neles um efeito multiplicador.”

O professor Brindeiro acrescenta, ainda:

“... É preciso evitar que tais iniciativas resultem em meras cruzadas moralizadoras periódicas, sem os efeitos práticos desejados. É necessário, paralelamente, realizar reformas permanentes, por meio da ação legislativa imediata do Congresso Nacional.”

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é exatamente no âmbito deste último conceito que desejo reiterar, nesta oportunidade, a proposta de criação da Comissão Nacional Independente contra a corrupção, apresentada há um ano.

Continuo acreditando ser esta a melhor maneira de atuação desta Casa na importante campanha pela recuperação dos valores morais e espirituais que nós, Congressistas, temos o dever de proteger e amparar. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra à nobre Congressista Maria Luíza Fontenele.

A SRA. MARIA LUÍZA FONTENELE (PSB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tivemos ontem uma comissão bastante representativa de Deputados desta Casa, numa audiência com o Ministro da Educação, no sentido de avaliar esses quase cem dias que abalam profundamente a situação da universidade, professores que são obrigados a usar do recurso da greve no sentido de colocar nua a situação grave por que passa a ciência, a tecnologia, o estudo, o saber em nosso País.

De igual forma, gostaria de trazer aqui as minhas preocupações em relação a dois outros setores da maior importância também para os destinos deste País, somando o tripé educação, produção e setor financeiro, porque, no caso da Petrobrás e dos bancos oficiais, cujos integrantes, seus funcionários, aqueles que num ou noutro setor produzem ou prestam serviços da maior relevância, também utilizam-se do recurso da greve para que tenham os seus direitos respeitados, e na defesa intransigente de setores básicos para a nossa economia e para a nossa sociedade.

Ontem, quando refletia sobre a gravidade deste momento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas aqui presentes, permitam-me dizer que me remeti a uma situação que tive a oportunidade de ver, numa leitura muito gostosa, no livro “O Martelo das Feiticeiras”. É exatamente a partir desta análise que eu queria desenvolver o meu pensamento na manhã de hoje.

No prefácio do livro, o médico psiquiatra Carlos Byington nos mostra como a demonologia e o ódio às mulheres cresceram às expensas da despoticização do papel cultural, revolucionário, dos símbolos de Cristo e da Igreja, símbolo como o da salvação e do amor, considerado a principal matriz estruturante da chamada civilização ocidental, dentro da qual se desenvolveu a Ciência moderna. Daí por que faço exatamente a análise, dada a grande preocupação do autor do prefácio que foi de entender como o mito da solidariedade pôde ser tão deformado a ponto de produzir a Inquisição. E explica: “A Inquisição se julgava, de uma forma bastante megalomaniaca, purificadora e projetava, de forma paranóide, funda-

mentando teologicamente no humanismo, para matar os hereges e as bruxas. Os inquisidores diziam lutar contra o demônio para salvar as almas de volta a Cristo”.

São anos-luzes que nos separam do período da Idade Média, do período da Inquisição. No entanto, Sr. Presidente, Senador Mauro Benevides, Sr^{te} e Srs. Parlamentares aqui presentes; o que nos assusta é que embora anos-luzes nos separem desse período, temos hoje uma situação semelhante: o setor público, o serviço público — alavanca do desenvolvimento brasileiro, coluna mestra da estrutura de produção no País — sofre, agora, os efeitos danosos da privatizologia, e seus funcionários, qual bruxas, são considerados portadores de poderes estranhos, na visão dos poderosos, danosos, e que se tornam, por isso, alvo certo das políticas megalomânicas do Governo Federal.

O Presidente Collor de Mello, que se coloca como salvador da Pátria, vê, no serviço público, o fantasma que ameaça o País de chegar ao Primeiro Mundo, e, sem querer assumir a sua condição de destruidor, termina projetando a sua sombra sobre os servidores e sobre o setor público em geral.

Por isso é que me servi dessa visão do passado. Ela traduz um procedimento que mostra que ele tenta, a todo custo, passar à sociedade brasileira a visão de que um grande monstro se projeta sobre nós. Só que ele diz que esse grande monstro é o Estado.

Mas, na figura megalomânica do Presidente e do Governo Federal, ele projeta exatamente a corrupção, o clientelismo, o imobilismo, a ingovernabilidade. Portanto, é uma sombra que nada tem a ver com a qualidade dos serviços prestados, com a produção científica e tecnológica, e com todo esse acervo, seja de produção cultural, seja do setor público, esse nosso patrimônio público, que durante anos e anos vem sendo construído pelos servidores, vem sendo construído na luta.

Não venha agora o Presidente da República, a exemplo dos inquisidores da época, que atribuíam qualquer tipo de doença, qualquer devastação, qualquer coisa que acontecia, às mulheres bruxas que tinham poder extraordinário; não venha agora o Presidente responsabilizar os funcionários do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste, da Caixa Econômica, em fim, os que estão em greve neste momento, os professores universitários, os cientistas deste País, os técnicos da Petrobrás, por aquilo que nós só poderemos entender se formos capazes de captar que a sombra pavorosa que se projeta sobre o setor público é a corrupção, o clientelismo e o desgoverno que tem no Governo Collor de Mello a expressão maior.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso da Sr^a Maria Lúza Fontenele, o Sr. Alexandre Costa, 1^o Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Antes de conceder a palavra ao último orador inscrito para o período de Breves Comunicações, a Presidência dirige um apelo aos Deputados e Senadores que se encontram em seus gabinetes para que venham imediatamente ao plenário. Neste momento, a Mesa constata o comparecimento de apenas 180 parlamentares, e há necessidade de que se processe essa votação, conforme pactuado entre o Senado e a Câmara.

Portanto, com um pouco mais de esforço, boa vontade e, sobretudo, irrepreensível espírito público dos parlamentares, esperamos que imediatamente os Srs. Deputados e Senadores, que se encontram nos gabinetes, nas comissões permanentes, nas comissões mistas e de inquérito, porventura reunidas neste momento, e por desventura nossa, que necessitamos do comparecimento em plenário, esperamos que todos venham, porque dentro de 5 minutos vai-se iniciar a votação da pauta da Ordem do Dia da sessão de hoje.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, o nobre Deputado Eduardo Jorge.

O SR. EDUARDO JORGE (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ontem consolidou-se a notícia de que o Dr. Roberval Batista de Jesus, Chefe da Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, teria sido exonerado de suas funções e, ato contínuo, apresentado requerimento para a sua aposentadoria.

Nada demais que um antigo funcionário da Casa, tendo preenchido as condições legais, requeira a sua aposentadoria, não fossem as enormes coincidências que emergem desse episódio.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, como se explica a incrível coincidência do Chefe da Assessoria de Orçamento da Câmara dos Deputados deixar o seu cargo e solicitar a sua aposentadoria, justo no momento em que chega ao Congresso a proposta de lei orçamentária do Governo para 1992. Como explica o Sr. Presidente da Câmara tal fato ocorrer, no justo momento em que a Subcomissão de Organização da Comissão Mista discute um projeto de regulamento interno da Comissão, que foi preparado pela Assessoria de Orçamento da Câmara dos Deputados, da qual o Dr. Roberval era o Diretor? Esses projetos democratizam o funcionamento da Comissão, cria subcomissões setoriais especializadas, diluindo, dessa forma, o poder, concentrado excessivamente na mão de um único Relator-Geral, seja ele quem for.

O que tem a dizer o nosso Deputado Ibsen Pinheiro, sobre a curiosa coincidência dessa troca de comando ocorrer imediatamente após a Comissão Mista ter, numa atitude totalmente sem precedentes, rejeitado vários pedidos de créditos adicionais do Poder Executivo, de valores extremamente altos por motivos de erros técnicos nos projetos?

Na semana passada denunciávamos aqui que o Executivo pedia suplementações para uma série de órgãos: DNER, Codvasf, Estado-Maior das Forças Armadas etc., baseado em saldos do ano de 1990. A assessoria pesquisou e viu que não tinha saldo algum. Era mentira. Era uma informação errada, para fazer com que o Congresso legislasse sobre um erro, legalizando o gasto desse dinheiro pelo Executivo.

Alguns desses projetos já foram rejeitados em cima dessas informações, e os outros voltaram ao Executivo para que sejam justificados os pedidos.

Além do que, nesse dia, a Assessoria de Orçamento da Câmara encerra uma sequência de treinamento ao secretário parlamentar para o preenchimento dos formulários de emendas ao Orçamento, disseminando e democratizando pela Casa uma cultura orçamentária.

Por que, Srs. Congressistas, ocorre um fato dessa natureza justo na hora em que o Congresso dá sinais auspiciosos de que vai recuperar e exercer uma de suas prerrogativas mais importantes, que é controlar a preparação e execução do Orçamento do Estado?

Os Anais da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização registram inúmeros pronunciamentos de parlamentares de todos os Partidos sobre as dificuldades da Comissão em se estruturar para cumprir as suas funções: falta de condições materiais, falta de equipamento, falta de pessoal de apoio. Por que, então, vai-se substituir a chefia do único setor de apoio à Comissão Mista de Orçamento, segundo todos os partidos, a única que estava funcionando, a única que estava prestando serviços eficazes e expeditos?

Gostariamos que essa demissão fosse revertida. Que pelo menos o Presidente da Câmara explicasse por que razões um setor de assessoria da Comissão Mista de Orçamento, que era reconhecido como eficiente e eficaz, demitiu a sua chefia.

Deputados e Senadores merecem uma explicação desse tipo. É claro que é prerrogativa do Presidente nomear e demitir, sabemos disto, conhecemos o Regimento. Mas será que os Senadores e os Deputados não merecem uma explicação? Não merecem saber qual é qualificação do novo diretor que vai ser indicado pelo Presidente da Câmara para substituir o Sr. Roberval?

Quero, então, ao concluir, fazer uma colocação ao nosso Presidente da Câmara para que reveja a sua posição e faça retornar à direção da Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara o Sr. Roberval Batista de Jesus.

Se o Presidente da Câmara mantiver uma posição intransigente, não quiser voltar atrás na sua posição, que S. Exª explique à Câmara, explique ao Senado as razões daquela demissão, e quais as qualificações do novo diretor desse importante órgão assessor da Câmara dos Deputados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Srs. Parlamentares, a Presidência apela àqueles Deputados e Senadores que se acham na Comissão de Planos e Orçamento, também nas outras comissões permanentes da Casa, nas comissões mistas e de inquérito, para que venham imediatamente ao plenário.

Neste momento, vai falar o último orador do período de Breves Comunicações, o Sr. Senador Meira Filho. Logo em seguida, iniciaremos a votação dos vetos pela Câmara dos Deputados.

A Mesa identifica a presença de apenas 200 Parlamentares no plenário. Não é número ainda suficiente para garantir-se o **quorum** à apreciação da matéria.

Em razão disto, a Mesa reitera, de forma realmente veemente, patética até, para que todos os Presidentes de comissões suspendam os trabalhos e permitam aos Srs. Parlamentares que se encaminhem, imediatamente, a este plenário, porque dentro de 5 minutos iniciaremos a votação pela Câmara dos Deputados.

Tem a palavra o nobre Congressista Meira Filho.

O SR. MEIRA FILHO (PFL — DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, eu não poderia deixar passar a oportunidade nesta sessão do Congresso Nacional. A data de hoje, 12 de setembro, vem, pois, como num preito de homenagem e saudade, assinalar a passagem de mais um aniversário do Presidente Juscelino Kubitschek. Vivo fosse, certamente S. Exª estaria, hoje, cercado pelo carinho dos seus inúmeros amigos. Acredito eu que, pelo sentimento da gratidão, milhões de brasileiros estarão, hoje, lembrando a imagem inesquecível do grande Líder, do grande Presidente que prestou inestimáveis serviços à Nação brasileira.

De maneira que faço esse registro, como um preito de homenagem e de gratidão ao grande Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas: outra data que hoje assinalo com imensa satisfação é a do aniversário, que hoje se comemora, do Hospital de Base de Brasília, que completa 31 anos de existência. Tive o prazer, como pioneiro, de participar da sua inauguração.

Sou testemunha, como pioneiro, dos inestimáveis benefícios prestados ao País pelo sistema de saúde implantado em Brasília durante os trabalhos de sua construção e também, depois de sua inauguração oficial, como Capital do nosso País.

A soma de acertos e de bons serviços prestados à nossa gente pelo sistema de saúde de Brasília, durante todo aquele tempo e até o presente momento, foi sempre muito superior aos seus erros, falhas, crises e críticas pelas quais passou.

É bem verdade que passados os primeiros dez anos da implantação do sistema de saúde de Brasília, considerado na época um dos melhores e mais bem aparelhados do País, tem havido uma descontinuidade na sua indispensável manutenção e no seu reaparelhamento no sentido que esse eficiente sistema de saúde não perdesse suas excelentes características iniciais. E foi por causa destas omissões que houve até quem dissesse em tom de crítica que “o Melhor Hospital de Brasília é a Ponte Aérea”. Mas mesmo assim, e apesar de críticas injustas como esta e outras mais, nada disto deslustrou e nem chegou a desmerecer o trabalho digno, humanitário e responsável dos competentes profissionais da saúde que, dia e noite e a qualquer hora, abnegadamente, sempre atenderam os pacientes daqui de nossa cidade e também aos que vinham de longe, do Norte, Nordeste, Leste, do Sul e do Centro-Oeste em busca de Assistência Médica que sempre lhes faltava nos seus Estados de origem.

Estas considerações, embora rápidas, e neste pequeno espaço das breves comunicações, têm por objetivo principal reconhecer e enaltecer o trabalho sério que vem realizando a Secretaria de Saúde do DF, que tem como seu titular pela segunda vez o competente profissional da Medicina, Doutor Jofran Frejat, cujo excelente conceito como secretário de saúde e como parlamentar foi ratificado pelo eleitorado brasileiro que na última eleição o reconduziu à Câmara dos Deputados para um segundo mandato. Foi muito feliz o Governador Roriz, quando nomeou Frejat Secretário de Saúde. Com rara e oportuna sensibilidade política e administrativa, Joaquim Roriz escolheu o homem certo para o lugar certo. E o resultado aí está: o acerto da competente administração de Frejat já se faz sentir no bom trabalho dos seus auxiliares imediatos, como é o caso do Diretor do Hospital de Base, Dr. Mauro Guimarães. E quem quiser comprovar o que é abnegação ao próximo no atendimento médico que ali se faz, vá visitar o Hospital de Base. Administrando dificuldades e carências nos mais diversos setores daquele hospital, o Dr. Mauro e seus colegas médicos e demais profissionais da área de saúde estão dando uma demonstração de acentuado senso de responsabilidade e alta competência profissional, que merecem ser consignados nos Anais do Congresso Nacional.

O número de atendimentos realizados no Hospital de Base de Brasília, neste ano de 1991, que trago ao conhecimento da casa, valoriza mais ainda o registro que aqui faço agora.

Nos meses de janeiro a julho deste ano, foram realizados, no setor ambulatorial, 100.668 atendimentos, enquanto no setor de emergência, 86.018. Somente no mês de julho último

foram registrados os seguintes números: ambulatório — 12.388 consultas; emergência — 12.938 atendimentos.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é respaldado nesses números e, sobretudo, no elevado espírito profissional e altruísta do corpo funcional dessa instituição hospitalar, que solicito o apoio de Vossas Excelências, bem como da sociedade em geral para, juntos, consolidarmos em definitivo o conceito recuperado do Hospital de Base de Brasília. Para tanto, se faz necessária a participação do Poder Executivo Federal dando condições ao governo local para adquirir equipamentos modernos e eficazes, como também oferecer salário justo e aperfeiçoamento profissional adequado, requisitos indispensáveis à prestação de um bom atendimento médico-hospitalar, pois somente dessa forma conseguiremos resgatar a dívida social de oferecer à sociedade brasileira um sistema de saúde com credibilidade e eficiência.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista César Maia.

O SR. CÉSAR MAIA (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, num regime democrático, estável e maduro, a peça fundamental do trabalho legislativo é o Orçamento. Em torno do Orçamento, discute-se a política econômica; a política fiscal, diretamente; e as políticas monetária e cambial, indiretamente. Discutem-se também as prioridades definidas pelo gasto público, com as influências sociais e políticas naturais numa democracia.

No Brasil, o Orçamento ainda é uma peça secundária, o que caracteriza nossa imaturidade política. A começar por ser entre nós uma lei autorizativa, vale dizer, o governo só não pode gastar mais do que estabelece cada rubrica orçamentária, e a flexibilidade que a própria lei define, mas não tem nenhum compromisso de executar o que foi estabelecido. A necessária discussão das demandas que vem dos grupos sociais e dos Estados e Municípios, ao invés de desdobrar em prioridades decididas, simplesmente substituem todo o debate. Com isso trata-se das questões particulares sem qualquer visão de conjunto. O próprio Governo é o principal interessado em que este seja o processo, para que não haja qualquer compromisso com o texto aprovado. Assim, a desmoralização do debate lhe interessa.

Mas pior do que tudo é o que começou a acontecer nas contas dos governos no Brasil. Se antes pelo menos havia a preocupação rígida pelas formalidades na execução orçamentária, agora começam a surgir situações de desrespeito aos próprios limites estabelecidos pelo Poder Legislativo ao gasto do Governo em programas específicos.

Em qualquer lugar do mundo civilizado — e supõe-se democrático — o relatório do Tribunal de Contas, apresentado pelo Conselheiro Homero Santos acerca das Contas do Governo Federal de 1990, teria produzido um clamor nacional. Num regime de gabinete, este teria imediatamente caído. Por muito menos, o Presidencialismo americano tem produzido decisões de contundência terminativa. Não é possível que meses depois, o Poder Executivo simplesmente não tenha nada a comentar. Aliás — infelizmente — fez um comentário quando solicitado pelo Conselheiro respondendo acerca das despesas sem licitação. De um conjunto de 12 bilhões de dólares, o Governo demonstrou que 8 bilhões realmente não poderiam ter sido licitados. Quanto aos 4 bilhões restantes, o ofício do Diretor do Departamento do Tesouro Nacional (nº 1.879

de 26-8-91), pontificou: "...chega-se à cifra de Cr\$396.055.877.610,00 que para certificar-se da obrigatoriedade de realizar ou não licitação seria necessário o conhecimento do objeto da despesa, o que é operacionalmente impossível a nível de levantamento por meio de sistema de processamento eletrônico de dados, devendo constituir-se em elementos básicos dos trabalhos de auditoria interna, a cargo do Sistema de Controle Interno e Auditoria Externa, de competência do Egrégio Tribunal de Contas da União". (sic). O Poder Executivo registra e assina que não pode explicar imediatamente as razões de ter gasto sem licitação 4 bilhões de dólares.

Mais ainda não chegamos no pior, na página 260 do Relatório, o Conselheiro registra que: "12 fundos, embora não relacionados no Anexo da Lei Orçamentária, figuraram nas contas com valores expressivos nos respectivos balanços Financeiros". É isso mesmo que diz o Tribunal: o Governo gastou sem autorização. Se o Conselheiro está errado, o Poder Executivo já devia ter esclarecido. O silêncio é concordante.

E, por incrível que pareça, há coisa pior. Na página 255, o Relatório informa que: "Foram ainda identificadas 51 empresas (estatais) que ultrapassaram (o orçamento) a nível de projeto e 70 a nível de subprojeto, ficando assim caracterizadas inobservâncias da legislação em vigor". Finalmente, na página 166 é apresentado o quadro resumo das Estatais que investiram mais do que o Orçamento permitia. Como o exemplo vem de cima, a própria Presidência da República encabeça a lista com as empresas a ela ligadas: Cia de Água e Esgoto de Rondônia, Cia de Desenvolvimento de Roraima, Cia de Eletricidade do Amapá, e Centrais Elétricas de Roraima. Diferença total: Cr\$1 bilhão. Logo depois vem o próprio Ministério da Economia que devia estar fiscalizando as despesas: Cobra e Meridional Leasing. Diferença: Cr\$500 milhões. Ministério da Infra-Estrutura: Itaipu, Usiminas, Rede de Armazéns Gerais, Alumínio do Norte, Alumínio Brasileiro, Braspetro, Cia Telefônica Melhoramentos e Resistência, Telecomunicações do Amazonas, Telerj e Telecomunicações de Roraima. Diferença: quase Cr\$16 bilhões. Para encerrar a lista gastaram mais empresas em processo de extinção ou dissolução. (?)

Para não nos expormos à máxima de De Gaule no caso das lagostas (não é um País sério), o Congresso Nacional, a quem formalmente está subordinado o Tribunal de Contas, na hipótese mais suave não poderia aprovar o Orçamento de 1992 sem que todas as questões levantadas pelo Tribunal estivessem esclarecidas e regularizadas, mesmo que tivesse que ajustar por lei e definir com crime de responsabilidade o responsável. Se é assim com a execução orçamentária fechada, imagino o que deve acontecer durante a execução em processo. (!)

Esta é uma questão vital para a normalidade democrática. Não vindo as correções e responsabilidades, não valerá a pena acreditar em mais nada. Menos ainda em compromissos de austeridade e ajuste fiscal do Poder Executivo. O Congresso não poderá deixar de interromper a aprovação do Orçamento de 92 se não for assim. E já.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista André Benassi.

O SR. ANDRÉ BENASSI (PSDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, o momentoso tema do entendimento nacional motiva minha

presença a esta tribuna para reiterar posição, de absoluta firmeza e coerência, na defesa de amplo acordo para a busca de soluções consensuais, bem como, mas evidentemente também na defesa de algumas condições a serem previamente estabelecidas.

Ainda ontem, Sr. Presidente, em aparte a pronunciação do ilustre Deputado Tidei de Lima sobre a crise nacional, tive a oportunidade de expressar, em rápidas palavras, que o propalado entendimento ou pacto só terá curso e possibilidades de êxito se assentar-se em princípios sérios, em propostas concretas e objetivas. Se permanecer no campo imaginário da simples adesão ou comprometimento ao que deseja o Governo, será mais uma tentativa frustrada e uma grande perda de tempo para a Nação, cujo grau de esgotamento beira os limites.

Um entendimento só se concretiza, em qualquer situação, quando as partes interessadas apresentam claramente propostas à negociação, formulam regras e premissas, mas não impõem vontades. O contexto para o pacto exige posturas desarmadas, sem condicionamentos, honestidade nas intenções, nos propósitos.

São os ingredientes básicos à conquista mútua de credibilidade.

Quando surgem indícios de que segmentos participantes de um pacto não transige ou pretende um engodo, tão-somente para exercício de *marketing* e melhorar sua imagem, o entendimento desmorona, antes mesmo de ser construído, e tudo não passa de discussões vazias típicas de uma grande enganação.

O entendimento que ora todos buscamos não deve orientar-se, portanto, no surrado argumento de se melhorar as condições de governabilidade para o Presidente da República. A contribuição ao Governo constitui obrigação permanentemente de todos, não somente daqueles que integram partidos que lhe dão sustentação política, mas também nossa, das oposições, porque é a sociedade por inteiro que deve contribuir para o bom andamento da gestão governamental.

Este é um pacto natural, independentemente dos aspectos ideológicos e partidários. Pacto efetivamente firmado pela sociedade brasileira no apoio e voto de confiança que concedeu ao Governo Collor, não obstante suas tantas medidas contrárias aos interesses da grande maioria da população, nos dezoito meses que se completam.

O entendimento de que agora tratamos possui outra marca, pois não pode ser confundido como um simples renovado voto de confiança no Presidente da República e em seu Governo.

O entendimento só ocorrerá mediante a discussão das questões centrais da crise, como a política econômica, a recessão, o arrocho salarial, a excessiva carga tributária, a qualidade do ensino, as atitudes do Governo diante das denúncias de irregularidades praticadas em vários órgãos de sua estrutura, que deixam a Nação perplexa e indignada. Enfim, a discussão deve travar-se em torno de um projeto nacional e de critérios sérios para a administração da coisa pública.

Se o Governo demonstrar real disposição em proceder a tal análise, encontraremos saída para a crise; do contrário, ele próprio — sozinho — estará construindo o contexto da ingovernabilidade e do caos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Luiz Girão.

O SR. LUIZ GIRÃO (PDT — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, o hospital de Maracanaú, contruído em 1938, atende anualmente a 100 mil consultas. O ideal seriam 500 mil, mas infelizmente, o descaso público impede que isto aconteça.

Desde o começo do ano, nenhum tipo de recurso para obras e material permanente foi repassado; não há definição quanto à municipalização ou estadualização do hospital. Vários leitos foram desativados; dos sete cirurgiões, cinco estão de licença devido aos baixos salários, hoje em torno de Cr\$ 90.000,00. A carência de recursos humanos é de aproximadamente 500 profissionais.

O hospital possui uma calandra e uma secadora, de alta tecnologia, que estão apodrecendo, sem utilização, por falta de pessoal qualificado. Também o raio X existente tem condições de realizar tomografia simples, e seriografia gastroduodenal e não o faz, por falta de profissionais.

Deixo aqui, Sr. Presidente, meu apelo ao Exm^o Sr. Governador Dr. Ciro Gomes, ao Exm^o Sr. Secretário de Saúde do Estado e do Município, no sentido de que destinados recursos àquele nosocômio, para que possa voltar a funcionar com toda sua capacidade, e atender a todos que dele necessitam. O hospital, em seus 53 anos de vida, passa pela pior crise de sua existência, deixando de atender os doentes, não só de maracanaú, mas de vários outros municípios do estado, como sempre fez, por absoluta falta de recursos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Hagahús Araújo.

O SR. HAGAHÚS ARAÚJO (PMDB — TO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, quem folheia alguns jornais diários, das principais cidades do País, pode constatar um espaço, cada vez maior, no caderno de "Classificados", ocupado por anúncios que oferecem "acompanhantes" e "massagistas", masculinos, femininos e gays de todos os tipos, cores e idades. Chegam ao exagero da descrição, muitas vezes detalhada, dos atributos da "mercadora" oferecida, inclusive o preço e o tempo de uso. Não chegam sequer à sutileza do disfarce. É prostituição mesmo, com todas suas mazelas e consequências.

Não quero parecer moralista ou puritano, ilustres parlamentares, e longe de mim qualquer idéia de censura à imprensa. Mas somos pais de famílias, como tantos outros que representamos, e temos responsabilidade de condenar este estado de coisas.

O direito à liberdade tem também os seus limites definidos em lei.

A liberdade que temos de falar e escrever, não pode ser usada para ganhar dinheiro às custas da degradação dos costumes da família brasileira e no desrespeito à lei.

No capítulo V, do Código Penal Brasileiro, há pelo menos três artigos em que poderiam ser enquadrados esses exploradores de sexo e apologistas da prostituição.

Os artigos 228, 229 e 230 do Código Penal Brasileiro estabelecem penas de até 5 anos de reclusão para aqueles que induzem alguém à prostituição, facilitam-na ou dela tiram proveito.

Sei que muitos responsáveis pelos meios de comunicação, pais de família como nós, talvez não leiam os anúncios de seus jornais, pois se sentiriam envergonhados e com esse dinheiro queimando-lhes os bolsos.

Fica aqui o meu apelo aos diretores desses jornais, para que não se tornem cúmplices ou coniventes com esta chaga social, estimulando a prostituição pelo dinheiro desses classificados.

Já temos muitas coisas erradas, sem a necessidade de estimular mais algumas outras que nos cobrem de vergonha.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista João Mendes.

O SR. JOÃO MENDES (PTB — RJ. Pronuncia o seguintes discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, medidas de caráter eminente prático precisam ser tomadas com urgência, no sentido da apuração e esclarecimento dos fatos relacionados à série de denúncias de corrupção, aguardando-se, afinal, a punição dos culpados.

A incorporação de práticas altamente condenáveis em todas as esferas da administração pública brasileira tem sido favorecida pela ineficiência e pela debilidade dos mecanismos de fiscalização, mantendo-se como regra a impunidade.

Além dos absurdos e inaceitáveis danos causados à situação econômico-financeira já extremamente combalida de um país pobre como o Brasil, a verdadeira institucionalização da corrupção aprofunda a crise de moralidade que, hoje, devasta a administração pública e se expande no seio da sociedade.

Defendo a adoção de providências rigorosas na luta contra a corrupção, compreendendo também que falta de moralidade, combinada com a impunidade, reduz os índices de confiança da população no desempenho da classe política.

A propósito, recente pesquisa do IBOPE apontou que 63% da opinião pública considera a classe política responsável pelos males que, hoje, afetam o País.

Contra esse descrédito, é preciso, portanto, que sejam apurados e esclarecidos os fatos, fatos que, sem dúvida, depõem contra o prestígio da classe política.

Cabe ao Governo acionar os mecanismos existentes para coibir a prática de corrupção e punir, de modo exemplar, os que se apropriam de dinheiro público.

Surpreende, no entanto, o alarde com o qual se anunciou, recentemente, a sanção de uma lei destinada a punir funcionários corruptos, quando, na verdade, bastaria que o Governo fizesse apenas cumprir os dispositivos do Código Penal.

Apesar do excesso de leis, elas nunca foram tão desrespeitadas e não se realiza, no momento, um combate efetivo contra a corrupção.

Desse modo, transforma-se o País em um campo cada vez mais propício à proliferação de irregularidades, como as vultosas e tradicionais comissões cobradas sobre o custo de obras públicas que, sob o patrocínio da União, Estados ou Municípios, fizeram a fortuna de numerosos empreiteiros e agentes do Governo.

Ante a impunidade corrente, a corrupção tende, naturalmente, a crescer e assumir novas formas como a estabelecida ainda pela autêntica indústria, de notas frias instalada no País.

O Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia acaba de descobrir que setenta prefeituras do interior desviam recursos públicos por meio de notas fiscais emitidas por empresas fantasma.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, há, inclusive, fortes evidências de que esses fatos ocorrem em outras localidades do País.

Não se trata, obviamente, de produzir mais leis, mas apenas fazer cumprir as atuais.

O Brasil não pode mais resistir à presente situação, exigindo-se, pois, que se extirpe, completa e definitivamente, de seu cotidiano as práticas contrárias a qualquer preceito moral e lesivas aos cofres públicos e ao patrimônio nacional.

Por fim, com a atenção voltada, principalmente, para o correto uso do dinheiro público, encareço o empenho do Governo no combate à corrupção, procedendo-se ao devido esclarecimento dos fatos ora anunciados. Ao mesmo tempo, reitero a necessidade de urgente restauração da confiança da opinião pública no papel da classe política.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente (Muito bem!)

O Sr. Eraldo Tinoco — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ERALDO TINOCO (Bloco — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, somos testemunhas do esforço que V. Ex^a tem feito para o cumprimento da pauta. Ainda há pouco, em nossos gabinetes, ouvimos V. Ex^a chamando os Srs. Parlamentares para virem ao plenário a fim de que cumpramos a Ordem do Dia.

Antes disso, Sr. Presidente, é preciso que se cumpra o Regimento Interno desta Casa. Várias comissões estão reunidas neste momento, inclusive algumas com audiências públicas, e dificilmente vamos ter o **quorum** suficiente para deliberação da pauta. Sugiro, então à Mesa que faça cumprir o Regimento Interno, a fim de que possamos, também, Sr. Presidente, apreciar a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência defere a questão de ordem e recomenda aos Srs. Presidentes de Comissões para que sejam fiéis cumpridores da Lei Interna da Casa e que, imediatamente, suspendam os trabalhos que todos se encaminhem ao plenário, pois, a partir desse momento, vai ser iniciado o cumprimento da pauta da Ordem do Dia.

Atenção, Srs. Deputados e Senadores: o comparecimento neste momento no plenário do Congresso não nos permite garantir o **quorum** de 252 Deputados. Pelo que identifica a Mesa, talvez tenhamos 180 Deputados e uns 30 Senadores, apenas.

Então, o apelo que faço, neste momento, é no sentido de os Deputados e Senadores imediatamente se encaminharem ao plenário, garantindo, portanto, o **quorum** para a realização dessas votações que se vão iniciar neste momento.

É o apelo que faço e a recomendação que transmito aos Presidentes de comissão, no sentido de que suspendam os trabalhos dos órgãos técnicos do Congresso, a fim de que tenhamos, a partir deste momento, o cumprimento da pauta de votação do Congresso Nacional.

Ressalto que esta sessão durante o dia de hoje foi acertada entre mim, Presidente do Congresso, e o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ibsen Pinheiro, com todas as Lideranças na Câmara e no Senado. Os Líderes comprometeram-se a garantir o comparecimento dos seus Parlamentares a esta sessão do Congresso Nacional.

Enfim, esperamos que se atenda àquilo que foi pactuado entre todos nós, o Presidente da Câmara e as Lideranças, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal.

Portanto, vamos iniciar neste momento a Ordem do Dia.

Antes, o Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura da mensagem presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa, mensagem do Senhor Presidente da República, em exercício, Itamar Franco, que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

**MENSAGEM Nº 93, DE 1991-CN
(Nº 483/91, na origem)**

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Tenho a honra de solicitar a Vossas Excelências a retirada do projeto de lei que “Autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$47.310.000.000,00, ao Ministério da Infra-Estrutura, a favor da Rede Ferroviária Federal S.A., para ocorrer às despesas que menciona”, enviado ao Senado Federal com a Mensagem nº 418, de 21 de agosto de 1991.

Brasília, 9 de setembro de 1991. **Itamar Franco**

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — De acordo com o art. 42 do Regimento Comum, a Presidência defere a solicitação do Senhor Presidente da República, em exercício, Dr. Itamar Franco.

Em consequência, o Projeto de Lei nº 22, de 1991, será arquivado.

O Sr. Mendes Botelho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. MENDES BOTELHO (PTB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, quero, inicialmente, manifestar o nosso profundo pesar pelo passamento do ilustre Colega Congressista, Deputado Christóvam Chiaradia, que veio a falecer no recinto desta Casa, no dia de ontem.

À sua família, o nosso profundo pesar. Aproveitamos a oportunidade, Sr. Presidente, para exigir por parte da Presidência da Câmara dos Deputados medidas enérgicas no Departamento Médico desta Casa, não só no sentido de apurar responsabilidades pela falta de profissionais naquele momento, em razão do que veio o nosso Colega a falecer, sem a devida assistência médica desta Casa.

Solicitamos ainda a V. Exa. que, em conjunto com a Câmara dos Deputados, venha a adotar o Departamento Médico do Congresso Nacional das mínimas condições necessárias a uma assistência médica adequada aos nossos companheiros e a nós próprios, já que aqui passamos a maior parte do dia.

Sr. Presidente, eu estava inscrito para falar e, tendo em vista que não houve o tempo suficiente, solicito a V. Exa. que faça registrar nos Anais do Congresso Nacional a íntegra de uma nota que hoje estamos encaminhando, na condição de Presidente do Sindicato dos Ferroviários de São Paulo, ao Governo Federal, ao Presidente da Rede Ferroviária Federal e ao Presidente da CBTU, sobre as condições de penúria em que está vivendo hoje a classe ferroviária em todo o Brasil, na esperança de que S. Ex.s venham a se sensibilizar com esse problema, porque não podemos admitir que os ferroviá-

rios, que tantos serviços prestaram ao nosso País, hoje estejam passando necessidade, passando fome.

E é bem provável que, em decorrência disso, embora não desejemos, a classe ferroviária deverá partir para uma greve a nível nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palma.)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR.
MENDES BOTELHO EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

**SINDICATO DOS TRABALHADORES EM
EMPRESAS FERROVIÁRIAS DE SÃO PAULO**

Ao Governo Federal

Ao Presidente da Rede Ferroviária Federal

Ao Presidente da CBTU

Aos Usuários da Rede Ferroviária e da CBTU

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de São Paulo vem a público manifestar a sua indignação com o descaso e a insensibilidade do Governo para com os problemas dos trabalhadores. Denunciamos a todos: o Governo está levando ao desespero a nossa categoria. Resolvemos, portanto, alertar os usuários dos trens da Rede e da CBTU sobre a possibilidade de uma greve dos ferroviários a qualquer momento. Não podemos mais ficar esperando que um Governo insensível e sem proposta para solução dos problemas nacionais continue aterrorizando aqueles que estão lutando seriamente pela sua sobrevivência.

E a questão, companheiros, companheiras, srs. usuários, Autoridades do Governo, é de sobrevivência mesmo. Está faltando o Pão na Mesa do Ferroviário. E assim não é possível suportar mais.

Há tempos, os ferroviários resistem passivamente ao arrocho salarial que o Governo lhes impôs. Temos feito todos os sacrifícios possíveis para que as empresas não sejam sacrificadas e o Governo possa acenar com uma melhoria geral para todos os trabalhadores. Mas a troca de quê tem sido feito esse sacrifício? É arrocho e mais arrocho.

A dramática situação do ferroviário está minando até mesmo a sua capacidade física. Muitos estão faltando ao trabalho por falta de resistência e saúde, diante desta crise que é geral. Outros nem mesmo têm recursos para pagar a passagem de ônibus para o serviço.

Do jeito que está não dá para ficar. Ou melhora ou paramos!

O nosso salário não dá mais nem para comprar alimentação. Para se ter uma idéia do aviltamento da questão salarial nas empresas, basta uma informação: pelo menos 4 faixas salariais foram ultrapassadas pelo novo salário mínimo arbitrado pelo Governo. Por outro lado, as faixas acima do salário mínimo nem de longe correspondem ao nível técnico e de responsabilidade inerentes aos empregados nela enquadrados.

Um maquinista, por exemplo, ganha inicialmente Cr\$59.403,00, podendo chegar a Cr\$149.980,00, depois de 30 anos de serviço — menos do que recebe um gari da Prefeitura de São Paulo, cuja responsabilidade e especialização exigidas (sem querer desmerecer os nossos garis) são incomparavelmente menores do que as que se exigem de um maquinista. Um engenheiro, que é o profissional melhor remunerado tanto na RFFSA como na CBTU, têm o salário de Cr\$152.262,00, podendo atingir o teto de Cr\$472.610,00.

O Sindicato entende que momentos de crise exigem sacrifícios de todos. Nunca deixamos de contribuir para que possa-

mos vislumbrar uma situação melhor para o País. Mas assim já é demais. Estamos dispostos a parar por tempo indeterminado. Que a população nos perdoe os transtornos. Mas é a luta pela nossa sobrevivência e a de nossa família.

Eis os salários inicial e final de algumas funções na RFFSA e na CBTU. Veja se essa situação pode continuar:

Funções	Inicial	Final
Artífice de Via Permanente	- 42.023,00	- 74.975,00
Manobrador	- 44.481,00	- 78.644,00
Artífice de Manutenção	- 57.490,00	129.804,00
Agente de Estação	- 59.403,00	149.980,00
Maquinista	- 59.403,00	149.980,00
Operador Mov. Trens	- 66.644,90	163.199,00
Técnico de Manutenção	- 83.009,00	232.510,00
Engenheiro	152.262,00	472.610,00

Obs.: Nenhum Ferroviário da RFFSA ou CBTU conseguiu chegar ao teto salarial

Agradecemos a compreensão de todos e esperamos que a intolerância e a incompreensão não sejam a tônica das empresas e do Governo. Queremos negociações que retratem a realidade do trabalhador.

Não desejamos a greve dos ferroviários. Sabemos dos transtornos que ela causa a nossa categoria e aos usuários. Mas se ela for a única solução para os nossos problemas não hesitaremos: vamos parar, porque não queremos que a situação miserável dos ferroviários continue a imperar. A greve é um direito constitucional. É um instrumento de luta do trabalhador.

Estejamos alertas, portanto!

Brasília, 11 de setembro de 1991. — Deputado **Mendes Botelho**, Presidente do Sindicato dos Ferroviários de São Paulo.

O Sr. Agostinho Valente — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Agostinho Valente.

O SR. AGOSTINHO VALENTE (PT — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente. V. Exª parece que interrompeu a lista dos inscritos tendo em vista que o Plenário já vem atendendo à solicitação de V. Exª para darmos início ao exame da pauta.

Mas eu não poderia deixar de pedir a palavra pela ordem porque, se inscrito e pudesse falar, queria ficar também solidário à campanha salarial, que a essa altura chega ao inevitável — a greve — funcionários do Banco do Brasil, meus colegas de profissão, e, também, dos companheiros petroleiros.

É lamentável que a Presidência da República não presida o País nem nas mezinhas questões da administração diária.

O que é uma greve? O que é uma campanha salarial de uma categoria?

Estadistas enfrentam essa questão com altivez e até passando ao largo para que não traga problemas à Nação. No Brasil, acontece o contrário, Sr. Presidente: quando o Banco do Brasil pára, sem que os funcionários do Banco do Brasil queiram, pára o Brasil; quando a Petrobrás pára, sem que

os funcionários da Petrobrás queiram, pára o País, mas não por culpa dos funcionários, que ali estão discutindo, já hoje, numa situação quase que inacreditável de perdas salariais. Por outro lado, o Governo não quer negociar, não quer ser transigente e dar um fim para poder atender à população e essas duas instituições voltarem aos seus trabalhos normais.

Vai-se dizer que nós, os trabalhadores do Banco do Brasil e da Petrobrás, estamos aí a tumultuar o País. Não é verdade. É a República de Alagoas e o seu Condado de Canapi que estão aí atrapalhando o País; é o Presidente que vai à África fazer um salário diplomático e o País fica a mercê de uma autoridade julgar as reivindicações de uma categoria. Enquanto isso, não temos soluções para questões que, volto a repetir para V. Exª, num país do tamanho do nosso, são pequenas demais para que não se chame à responsabilidade as verdadeiras autoridades, que têm que prestar contas à Nação. Por que há tanta falta de grandeza com o País na hora de se tratar, volto a dizer, os pequenos problemas?

Estamos aqui, no Parlamento, a desobstruir uma pauta para que se possa, através desta Casa, estabelecer-se um diálogo, a fim de que este País volte a ter governabilidade. Infelizmente, o Poder Executivo não dá a mínima mostra de boa vontade, para que este País possa ter soluções para os pequenos e os grandes problemas.

Sr. Presidente, fica aqui a minha solidariedade à minha categoria e aos companheiros petroleiros e, em especial, aos meus companheiros de Juiz de Fora e de Belo Horizonte. Se eu pudesse, estaria com eles lá.

Mas vamos insistir para que o Sr. Ministro da Economia receba um grupo de Parlamentares, hoje, para que possamos desbloquear o entendimento entre patrões, administradores e as diversas executivas dos funcionários, tanto da categoria de petroleiros quanto da dos bancários.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência volta a apelar aos Srs. Presidentes de Comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para que suspendam imediatamente os trabalhos, porque, dentro de três minutos, iniciaremos a votação da pauta da Ordem do Dia de hoje. Portanto, faremos votação na manhã de hoje para a apreciação dos vetos que integram a pauta da Ordem do Dia, sem a apreciação desta matéria, obviamente, outros vetos de igual ou de maior relevância, que já chegaram à Casa e estão sendo alvo de apreciação pelas Comissões respectivas, jamais serão apreciados nos dias subsequentes, se não houver, neste primeiro momento, uma ação pronta, eficaz da Mesa, com a colaboração de todos os Srs. Parlamentares. Portanto, dentro de três minutos, iniciaremos a votação da matéria.

Enquanto isso, o Deputado Chico Vigilante deseja uma intervenção.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Chico Vigilante.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT — DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, venho a esta tribuna para dar conhecimento a Casa de uma proposta aprovada ontem, na Comissão do Trabalho, que me parece um fato novo e de maior importância.

Sempre assistimos aqui, no Congresso Nacional, Sr. Presidente, a pressão do movimento sindical organizado, vindo aqui às galerias para defender os seus direitos e pressionar os Srs. Deputados. Ontem, nós aprovamos, na Comissão do Trabalho, de que, na segunda-feira, iremos, numa Comissão

representativa daquela Comissão, a São Paulo conversar com as Centrais Sindicais CUT, CGT e Força Sindical, no sentido de dizer-lhes da importância que tem o movimento sindical organizado em fazer uma grande campanha nacional pela derrubada dos vetos da política salarial. Portanto, ao invés dos sindicalistas virem aqui nos pressionar, nós é que iremos lá pressioná-los, no sentido de que lutem pela derrubada dos vetos à política salarial. Além desse contato com as Centrais Sindicais, também iremos conversar com o Governador Luiz Antônio Fleury — numa audiência acertada pelo Deputado Tidei de Lima — e com o Governador Leonel Brizola, ainda na tarde de segunda-feira.

Portanto, era este o fato que queríamos dar conta à Casa, porque nos parece da maior importância essa proposta da Comissão de Trabalho, no sentido da mobilização da sociedade organizada, para a derrubada dos vetos à política salarial.

Era isso que queria colocar. Muito obrigado a V. Exª pela oportunidade de eu poder colocar esta proposta, que é da maior importância para nós, como movimento sindical e para o Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O Sr. Ernesto Gradelha — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra, pela ordem, a V. Exª

O SR. ERNESTO GRADELLA (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, antes do início da votação, quero, manifestar aqui a nossa solidariedade aos companheiros bancários e petroleiros de todo o País, que, desde ontem, estão numa paralisação, reivindicando a recuperação dos seus salários e melhores condições de vida.

As reivindicações de bancários e petroleiros são semelhantes às dos outros trabalhadores deste País, que têm sofrido com o arrocho salarial que, após o Governo Collor, se aprofundou e tornou mais grave a situação da nossa classe trabalhadora.

Gostaríamos de deixar muito claro que todos aqueles que sempre defenderam o monopólio estatal do petróleo têm que estar, agora, ao lado dos petroleiros nessa greve, porque não é só uma greve por aumento salarial, mas que visa a defesa da Petrobrás. Sabemos muito bem que a melhor maneira de se destruir o patrimônio público é atacar os seus funcionários, e a melhor maneira de se acabar com este orgulho nacional que, é a Petrobrás, é arrochando os salários dos seus funcionários, e acabando com o principal pólo de defesa da empresa.

O mesmo vale para o Banco do Brasil, outra empresa que é orgulho nacional. É necessário que todos aqui se juntem, para que possamos garantir que suas reivindicações sejam atendidas, e se acabe com a irresponsabilidade do Governo Collor, que tem, durante todo este período, evitado negociações e apresentado contrapropostas, que não recuperam nem uma parte da perda desses trabalhadores.

Aos trabalhadores dos bancos privados, que estão juntos nesta luta, aos companheiros de outras categorias que ameaçam também fazer greve, fica aqui a nossa solidariedade. A saída contra esta lei salarial de arrocho, é a organização, e a mobilização dos trabalhadores. Porque, já que não está garantida nas leis, a recuperação das perdas salariais, os traba-

lhadores vão buscá-la através de suas mobilizações das suas greves.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Antes de iniciar o processo de votação, abro espaço para que o nobre Deputado Carlos Lupi faça uma comunicação à Mesa.

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, queria apresentar à douta Mesa, com a sensibilidade que V. Exª demonstra, desde o início desta Legislatura, um requerimento em que solicito seja formada uma Comissão Mista Especial para que sejam estudadas as razões da crise do Poder Judiciário.

Acho que é de relevante importância esta Casa do Congresso Nacional examinar toda questão do Poder Judiciário, para que demonstremos à população a nossa preocupação com as questões da morosidade, da falta de informatização, da eficiência do Poder Judiciário. Sem demonstrar, em nenhum momento, a interferência deste Poder, mas, demonstrando a boa vontade desta Casa, no sentido de aprimorar a eficiência do Poder Judiciário.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Mesa aguarda o envio à Secretaria-Geral da Mesa, para exame e posterior decisão da Mesa Diretora, a proposição do nobre Deputado Carlos Lupi.

A Mesa pede aos Srs. Deputados que tomem assento nos seus lugares.

A Presidência comunica que registradas as presenças e processada a votação, há um entendimento com o Presidente da Câmara dos Deputados para que imediatamente façamos chegar a S. Exª, o Deputado Ibsen Pinheiro, a relação dos Deputados presentes e ausentes da votação, a fim de que no âmbito da Câmara S. Exª adote as providências cabíveis. No que tange ao Senado Federal, a Mesa adotará, de igual forma, aquelas medidas que são previstas no próprio Regulamento das duas Casas do Senado Federal.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Tidei de Lima.

O SR. TIDEI DE LIMA (PMDB — SP. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, comunico à Casa um fato realmente grave, acontecido no Estado do Mato Grosso. No último dia 30 de maio foi assassinado um jovem, de nome Cristian Tupinã, por policiais militares do Estado do Mato Grosso.

Ao longo de todo esse tempo, o Governador Jaime Campos tomou as providências e fez apurar algumas responsabilidades. Mas parece-me que falta a complementação dessa iniciativa do Governador. Ao longo desse período, trocou-se o Secretário de Segurança Pública, o Comandante da Polícia Militar, como também, houve a prisão de um misto de garimpeiro e bandido, Sr. Márcio Martins, no 1º Batalhão da Polícia Militar, em Cuiabá, que acabou se evadindo com tranquilidade, com facilidade por demais observadas. Entrou, evidentemente, num processo de esquecimento, a apuração final da responsabilidade dos assassinos desse jovem, Cristian Tupinã, de 18 anos.

Então, Sr. Presidente, gostaríamos de trazer, a esta Casa do Congresso Nacional, a preocupação com relação à violência da Polícia Militar daquele Estado, ainda mais, trazer aqui a preocupação com as ameaças de que têm sido vítima a mãe

dô rapaz, que é uma das denunciante da falta de dinamismo na apuração desse hediondo crime lá acontecido.

Gostaria de comunicar à Casa que, ao dar ciência do Congresso Nacional disso, estamos encaminhando ao Ministro da Justiça uma solicitação para que dê proteção de vida à mãe do jovem Cristian Tupiná, D. Heloísa Tupiná, que tem recebido ameaças e, certamente, se faz necessário que o Ministério da Justiça tome conhecimento disto e coloque sob a guarda da Polícia Federal a vida da mãe do jovem assassinado em Mato Grosso pela Polícia Militar. Esperamos que o Governador Jaime Campos, que é uma pessoa ciente de suas responsabilidades e compromissos com a população daquele Estado, dê sequência à apuração que vinha fazendo ao longo desses meses.

Era a comunicação que eu tinha a fazer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Casa fica inteirada da comunicação do nobre Congressista Tidei de Lima.

O Sr. Mendonça Neto — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. MENDONÇA NETO (PDT — AL. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, está para se instalar na Câmara dos Deputados Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as irregularidades na Legião Brasileira de Assistência.

Trata-se de assunto que extrapola a própria Legião Brasileira de Assistência e que se insere na crise que vem vivendo a República nos últimos meses. É necessário que as duas Casas do Congresso Nacional dêem atenção ao processo degenerativo que vem tomando conta desse Governo que aí está. Sabemos, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que essa crise e essa ingovernabilidade aparente têm apenas um nome: é a incompetência e o despreparo do Presidente da República para governar a Nação.

A missão do Congresso Nacional é, portanto, gravíssima. É necessário que estejamos atentos para que o desgoverno, o desequilíbrio emocional e o evidente despreparo do Presidente da República para governar não caiam sobre a Nação como mais uma praga.

Estamos vivendo uma das piores safras agrícolas da História do Brasil, bem como a sua pior época de produção industrial. A nossa balança comercial é das mais estreitas, das mais reduzidas nos últimos vinte anos. O funcionalismo — agora mesmo passei na Avenida Central — está nas ruas, em greve, pedindo aumento salarial. O salário mínimo está contingenciado por esses vetos do Presidente da República, que o mantém congelado até dezembro, como se a inflação e a crise fossem congeladas também.

Daí por que faço esta comunicação e este apelo. Sei que V. Exª vem conduzindo entendimentos no sentido de uma pacificação nacional, e essa pacificação, Sr. Presidente, passa sobretudo pela responsabilidade do Presidente da República em reconhecer os erros gravíssimos que cometeu até agora, para que possamos, corrigidos esses erros, não errar mais. A Nação está cansada, Sr. Presidente! A classe média e a classe miserável deste País estão cansadas de sofrer pela inconsequência de um Governante completamente despreparado

moral, pessoal e administrativamente para exercer a Presidência da República.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O Sr. Nelson Marquizezelli — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, hoje estivemos reunidos na Comissão de Agricultura com a Secretária e ex-Ministra Dorothea Werneck. Levamos a S. Exª a grande preocupação da agricultura brasileira com essa taxação, com impostos que estão penalizando os produtores rurais.

Queria fazer uma advertência ao nosso Congresso pelo grave momento por que passa a agricultura brasileira. Não é possível se plantar neste País com a TR, com os impostos, com a carga fiscal que está em cima do homem do campo. Mais uma vez, fazemos um apelo a esta Casa. Está chegando a hora, ou melhor, já está passando da hora de se dar um socorro à agricultura brasileira.

Hoje, esta Casa vai apreciar o art. 6º da Lei nº 8.029, onde o Presidente da República tornou sem efeito a criação de um banco, o BNCC. Precisamos recuperar esse veto. O Banco do Brasil é o maior estabelecimento brasileiro de crédito e de fomento. Não podemos, em hipótese alguma, perder esta grande oportunidade de apreciarmos o veto ao art. 6º. Precisamos recuperá-lo para incorporar ao Banco do Brasil o BNCC, com as suas prerrogativas e isenções, para que se possa ajudar a agricultura brasileira.

Este é o apelo que faço, Sr. Presidente. Devemos apreciar hoje o art. 6º e derrubar esse veto, para podermos dar uma pequena ajuda à agricultura brasileira. (Muito bem!)

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Líder, para uma comunicação da Liderança do seu Partido, o Partido dos Trabalhadores.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Como líder, para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade de comunicação de Liderança na esperança positiva de que os Srs. Deputados e Srs. Senadores venham ao plenário, para que possamos limpar a pauta dos vetos. Esta situação é extremamente grave, Sr. Presidente. A pauta está carregada de matérias como o Orçamento e os vetos da lei salarial dos servidores. Se essa pauta não for vencida, o Congresso Nacional se colocará em situação extremamente difícil. Como V. Exª está empenhado em resolver este problema, comungo do espírito de V. Exª e apelamos ao Srs. Congressistas para que venham ao plenário votar.

A outra comunicação que quero manifestar brevemente aqui é a de que, neste momento, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil está realizando uma reunião nacional com as entidades da sociedade civil e com representantes dos partidos políticos. Com isso, a OAB retoma sua iniciativa política suprapartidária e convida entidades da sociedade civil para discutir um posicionamento político em relação à grave crise que o País atravessa, especialmente no que diz respeito a um posicionamento de defesa da Constituição contra a proposta do Emendão.

O Emendão, Sr. Presidente, não é saída para crise. Denunciamos essa cortina de fumaça e a sua pouca eficácia, assim como qualquer outra saída que se venha costurar para crise que rompa com a ordem constitucional.

Nesse sentido, queremos parabenizar essa iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil. O nosso partido estará lá representado por Membros da sua Executiva, como o companheiro Plínio de Arruda Sampaio, bem como por uma delegação da Banca sob a coordenação do nosso Companheiro, Professor e Deputado Federal Hélio Bicudo. Quanto a nós, estamos no plenário do Congresso Nacional e, por isso, não estamos participando desse ato da maior importância para a democracia brasileira.

Sr. Presidente, solicito a V. Exª a retirada dos Requerimentos de nº 612 a 619, lidos na sessão do dia 27, referentes ao Item 1 da pauta. É um esforço do PT para desobstruir a pauta e possibilitar, assim, que votemos e derrubemos os vetos colocados à política salarial.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Mesa deferiu a solicitação do nobre Líder José Genoíno.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se à
ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 737, DE 1991-CN

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais requeremos a Inversão da Pauta de Hoje passando os itens a serem votados na seguinte ordem, a partir do item 1:

Itens: 3 — 5 — 7 — 4 — 6 e 2.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1991. — **José Genoíno**, Líder do PT — **Vivaldo Barbosa**, Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, será procedida a inversão solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência lembra aos Srs. Congressistas que 203 Srs. Deputados já se encontram no plenário. E, segundo informa a Secretaria-Geral da Mesa, encontram-se no plenário 36 Srs. Senadores. Com um pouco mais de boa vontade e, sobretudo, com o inextinguível espírito público dos nossos Deputados e Senadores, alcançaremos o **quorum** indispensável à apreciação da pauta da ordem do Dia de hoje.

Não podemos encerrar esta reunião sem que tenhamos feito, pelo menos, quatro votações garantidas pelo **quorum** mínimo de 252 Srs. Deputados e 41 Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — **Item 1:**

VETOS PRESIDENCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, DE 1989
(Nº 3.683/89, na Câmara dos Deputados)

Continuação da votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1989 (nº 3.683/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, tendo.

— Relatório, sob nº 8, de 1990-CN, da Comissão Mista. (Mens. nº 159/90-CN.)

Partes vetadas:

- §§ 1º e 2º do art. 5º, mantido;
- inciso IX do art. 6º;
- art. 11;
- art. 15;
- art. 16;
- art. item II do § 2º do art. 26;
- parágrafo único do art. 27;
- § 1º do art. 28;
- § 4º do art. 37;
- inciso X do art. 39;
- art. 45;
- inciso V e § 3º do art. 51;
- § 3º do art. 52;
- § 1º do art. 53;
- § 5º do art. 54;
- § 2º do art. 55;
- §§ 2º e 3º do art. 60;
- art. 62;
- parágrafo único do art. 67;
- parágrafo único do art. 68;
- §§ 2º e 3º do art. 82;
- parágrafo único do art. 83;
- art. 85;
- art. 86;
- art. 89;
- parágrafo único do art. 92;
- art. 96;
- parágrafo único do art. 97;
- §§ 1º e 2º do art. 102;
- incisos X, XI e XII do art. 106;
- art. 108;
- art. 109;

Prazo: 8-11-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

A Presidência pede aos Srs. Senadores que tomem seus respectivos assentos. A votação será iniciada pelo Senado Federal. A Presidência comunica, segundo informações da Secretaria-Geral da Mesa, que há **quorum** no Senado Federal. Ainda ontem, numa reunião realizada na residência oficial do Presidente do Senado, sessenta e seis Srs. Senadores confirmaram a presença naquele encontro e permanecem em Brasília a instâncias nossas, para que hoje pudéssemos esgotar a pauta da Ordem do Dia. Se de fato, hoje, nós conseguimos esgotar essa pauta, apreciaremos nos momentos subseqüentes outras proposições de igual importância.

Todos os Srs. Congressistas já tomaram assento nas suas bancadas?

A Presidência esclarece aos Srs. Senadores e Deputados que essa matéria vai ser votada em globo, em razão da inexistência de solicitação destaque. Portanto, a atenção da Casa para esta votação é de inquestionável importância.

O Sr. Humberto Lucena — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a exemplo do que V. Ex^a fez na Câmara dos Deputados, eu solicitaria também que se fizesse preliminarmente uma verificação de presença dos Srs. Senadores, antes de iniciarmos a votação dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O nobre Líder Humberto Lucena reivindica para o Senado Federal igual tratamento dispensado à Câmara dos Deputados na apuração de presenças, antecedendo à votação da matéria.

A Mesa, para garantir o tratamento paritário das duas Casas do Congresso, defere e pede aos Srs. Senadores que consignem as respectivas presenças no painel eletrônico.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Sr. Presidente, enquanto isso eu pediria a V. Ex^a também, *data venia*, que continuasse apelando para os Senadores que estão em seus gabinetes para virem ao plenário, a fim de consignarem a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência esclarece ao nobre Líder Humberto Lucena que o serviço de comunicação interna do Senado Federal, comumente chamado “dim-dom”, já está sendo acionado, para que os Srs. Senadores, que se encontram nas comissões e nos seus gabinetes, venham imediatamente para o plenário e comecem por consignar a presença, da mesma forma como ocorreu com os Srs. Deputados, que registraram o comparecimento de 213 membros da Câmara dos Deputados.

A Presidência comunica à Casa que o Senador Ronaldo Aragão, Presidente da Comissão de Orçamento, já determinou a suspensão dos trabalhos, permitindo, portanto, que Senadores e Deputados venham imediatamente a este plenário.

O Sr. Magno Bacelar — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre congressista.

O SR. MAGNO BACELAR (PDT — MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estamos numa Comissão de Inquérito em andamento, ouvindo um importante depoimento e fomos liberados pela Presidência da Comissão, para que viéssemos votar.

V. Ex^a se refere a marcar as presenças. Os Senadores, então, teriam que marcar as presenças no computador ou permanecer no Senado?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência consulta o nobre Senador Humberto Lucena que fez a solicitação, se S. Ex^a se dispensa de reiterá-la. A Mesa já visualiza o comparecimento de numerosos Srs. Senadores, e nos leva a prognosticar as presenças de 42 membros da Câmara Alta do País.

Então, vamos iniciar a votação, já que o nobre Senador Humberto Lucena concorda com esta decisão da Mesa.

Assim sendo, passaremos à votação da matéria.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra o nobre orador.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, neste momento, estamos com a Comissão de Orçamento que tem prazos peremptórios, e estamos, lá, reunidos, examinando alguns problemas bastante controversos. Por isso mesmo, solicito a V. Ex^a que envie alguém àquele local, pois o autofalante está desligado, para avisar aos Senadores presentes à reunião, porque o regimento não permite que nenhuma comissão funcione no concomitantemente com votação em plenário.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência agradece a intervenção do nobre Líder Ronan Tito. O Secretário-Geral da Mesa já fez a devida comunicação e o presidente, utilizando este microfone, já solicitou e recomendou ao Presidente da comissão, Senador Ronaldo Aragão, que suspenda os trabalhos da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, permitindo que os Srs. Senadores e Deputados se encaminhem a este plenário, porque, neste momento, vai se processar a votação.

A Sr^a Irma Passoni — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra V. Ex^a.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, o Senador Ronaldo Aragão já suspendeu a reunião e já estamos aqui, mas as outras Comissões precisariam ser avisadas.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência agradece a intervenção da nobre Congressista Irma Passoni.

Realmente, essa recomendação vai para todas as Comissões Permanentes, Mistas, de Inquérito e de Orçamentos e Planos, para que todos os seus integrantes possam vir ao plenário participar desta votação.

Portanto, a votação vai-se processar pelo Senado Federal.

A Presidência solicita aos Srs. Senadores que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Os Srs. Senadores que se encontram nas bancadas queiram registrar os seus códigos de votação.

Os Srs. Senadores que se encontram nas bancadas queiram acionar simultaneamente o botão preto no painel e a chave sob a bancada, até que as luzes do posto se apaguem.

(Procede-se à votação)

O SR. HUMBERTO LUCENA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Pela ordem.) — Sr. Presidente, só para alertar a bancada que o PMDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O PMDB vota “não”.

Os Srs. Senadores que ainda não votaram poderão fazê-lo nos postos avulsos. (Pausa.)

A Presidência esclarece que aqueles que votarem “sim” estarão aprovando o veto do Senhor Presidente da República, e os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

(Prossegue a votação.)

O Sr. Telmo Vieira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra, ao nobre Senador Telmo Vieira

O SR. TELMO VIEIRA (PMDB — AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em virtude de ter assumido recentemente o mandato de Senador, ainda não tenho o código consignado nesta Casa, então queria registrar a minha presença nesta votação e dizer também que o meu voto é “não”, direcionado pela Liderança partidária.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Consignar-se-á a presença do nobre Senador Telmo Vieira, representante do Acre, no Senado da República. Como não serão realizadas sessões nem na Câmara, nem no Senado, para efeito de presença, a Mesa registrará o comparecimento dos Srs. Senadores e enviará para o Presidente da Câmara o comparecimento dos Srs. Deputados. Prevalecerá, já que a votação está sendo realizada, a lista de votação a nível de Senado e a nível de Câmara. Naturalmente, as providências subseqüentes serão adotadas na Câmara pelo Presidente Ibsen Pinheiro, e no Senado Federal por parte da respectiva Mesa Diretora.

O Sr. Hélio Rosas — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) V. Ex* tem a palavra pela ordem.

O SR. HÉLIO ROSAS (PMDB — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente, estávamos em reunião, em duas comissões permanentes e não estivemos presente na hora em que foram registrados os votos da Câmara. Assim, peço a V. Ex* para consignar a minha presença nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — V. Ex* terá sua presença consignada, mas a votação na Câmara vai-se processar logo após a do Senado.

O Sr. Benedito Domingos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — V. Ex* tem a palavra.

O SR. BENEDITO DOMINGOS (PTR — DF) — Sr. Presidente, peço a V. Ex* para consignar a minha presença, porque eu estava na comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A presença de V. Ex* será consignada.

A Presidência apela para as lideranças partidárias no Senado Federal, no sentido de que recomendem aos Srs. Senadores a presença em plenário. Faltam ainda 6 Senadores para garantir o **quorum** indispensável à apreciação dessa matéria.

(Prossegue a votação.)

O SR. NELSON BORNIERI (PL — RJ) — Sr. Presidente, gostaria de registrar a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputado, consignar-se-á a presença de V. Ex*

O Sr. Ney Maranhão — Sr. Presidente, acho que já passou da hora de encerrar a votação. Todos já votaram.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Senador, como há uma distância no espaço físico entre o gabinete dos Senadores e o plenário da Câmara, evidentemente, estamos sendo tolerantes, na expectativa de que os Srs. Senadores se encaminhem ao plenário, para que a Mesa não tenha que decidir computando presença de Senadores que, presentes, não registraram os seus votos.

A Srª Sandra Cavalcanti — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra à nobre Líder Sandra Cavalcanti.

A SRA. SANDRA CAVALCANTI (Bloco — RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, houve uma votação aqui no Congresso, há mais ou menos um mês, que foi feita, toda ela, em termos de um grande acordo de lideranças — um projeto de lei que estabelecia as normas e as diretrizes para o funcionamento das chamadas fundações de apoio e pesquisa às universidades.

V. Ex* conhece esse assunto tão bem, porque V. Ex*, lá no Ceará, sabe o imenso trabalho que algumas dessas fundações têm prestado na área do ensino superior, e até mesmo na área do funcionamento de algumas de nossas instituições de ensino superior.

Inexplicavelmente, Sr. Presidente, o projeto mereceu um veto total, e esse veto está para entrar em pauta a qualquer momento. Foi instalada uma Comissão Mista, eu até fui convidada para fazer parte dessa comissão, e estou aguardando o momento em que ela se reunirá para examinar o veto.

Mas gostaria de chamar a atenção da Casa para a gravidade desse veto total. É um dos vetos mais injustos que já chegaram ao Congresso nesses últimos tempos. E, mais do que injusto, Sr. Presidente, o veto é errado da primeira à última linha no seu arrazoado, porque os motivos alegados para vetar são exatamente os objetivos excelentes que se conseguiriam com a aprovação do projeto.

Ninguém tem a menor dúvida de que algumas fundações de apoio extrapolaram, usaram indevidamente os seus recursos, aplicaram os recursos em áreas onde não deveriam. Mas exatamente por isso é que esta Casa teve o cuidado de votar um projeto de lei enquadrando as fundações. Esse enquadramento, no texto do projeto de lei, está muito claro e bem feito.

Desta forma, gostaria de fazer um apelo a V. Ex*, Senador Mauro Benevides, se V. Ex* poderia articular a entrada em pauta desse projeto no prazo mais rápido possível, para que nós, tendo notícia disso, pudéssemos, também, articular junto aos nossos companheiros da Câmara e do Senado a derrubada desse veto. Esse veto é injusto, é inoportuno, é baseado em um raciocínio completamente ao contrário do que o projeto propõe, e me parece que teríamos uma responsabilidade muito grande. Veja V. Ex*, se essas fundações ficarem, como está dito no veto, aguardando que num futuro próximo o Poder Executivo queira mandar para cá um projeto de lei nesse sentido, hospitais universitários em todo o País vão parar de funcionar. É uma questão muito grave. E na condição mais até de educadora do que de Deputada faço a V. Ex* este apelo.

Estou me estendendo, Sr. Presidente, porque V. Ex^a está aguardando realmente a chegada em plenário de mais alguns Senadores para compor o **quorum**. Então, estou aproveitando que a Casa está cheia, que os Deputados e os Senadores estão aqui, para lembrar-lhes a importância da derrubada do veto com relação ao projeto das fundações de apoio. E aguardo que V. Ex^a me transmita depois as instruções, para que a articulação da derrubada desse veto possa ser feita na Câmara e no Senado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Líder Sandra Cavalcanti, a Presidência esclarece a V. Ex^a que tem recebido apelos de numerosas universidades brasileiras. O Conselho de Reitores, o chamado CRUB, por vários dos seus integrantes, já esteve na Presidência do Congresso Nacional e todos, unanimemente, reivindicaram a apreciação, por parte do Congresso, dessa matéria que vai possibilitar, em termos de pesquisa e extensão, um entendimento de forma mais ampla e abrangente em função do trabalho levado a efeito por essas fundações de ensino superior. Então, como V. Ex^a sabe, me empenharei nesse sentido, resguardado apenas o aspecto ético em que me enquadrado, por ter sido o autor da proposição. Da mesma forma como V. Ex^a o faz, neste instante, mas, evidentemente, sem o brilho da sua atuação parlamentar, eu irei para esse mesmo microfone, defender a proposição original e, conseqüentemente, conclamar os Srs. Senadores e os Srs. Deputados à derrubada do veto.

A SRA. SANDRA CAVALCANTI — Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, um estudo aprofundado dos erros do veto já está sendo feito por nós, pela Assessoria da Câmara e, também, por amigos nossos da Assessoria do Senado. V. Ex^a já terá em mãos todas as razões para a derrubada do veto na hora que assim o desejar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Já estão presentes no plenário 41 Srs. Senadores. Nós computamos a presença do Senador Telmo Vieira com a finalidade de garantir **quorum**. O nobre representante do Acre, que substitui o nobre Senador Flaviano Melo, ainda não teve seu nome inserido no painel.

Senador Telmo Vieira, a computação da sua presença se fará exclusivamente para fim de **quorum**. Portanto, está garantida a apreciação do veto.

Todos os Srs. Senadores já votaram? (Pausa.)

Vamos encerrar a votação no Senado.

Se a decisão do Senado for manter o veto, irá à Câmara; se for rejeitar o veto, não irá. (Pausa.)

VOTAM OS SRS. SENADORES:

Roraima

Cesar Dias.

Amapá

Henrique Almeida.

Rondônia

Ronaldo Aragão.

Acre

Nabor Junior.

Maranhão

Magno Bacelar.

Ceará

Cid Sabóia de Carvalho
Mauro Benevides.

Piauí

Chagas Rodrigues
Lucídio Portella.

Rio Grande do Norte

Dário Pereira
Garibaldi Alves
Lavoisier Maia.

Paraíba

Antônio Mariz
Humberto Lucena.

Pernambuco

Monsueto de Lavor
Ney Maranhão.

Alagoas

Teotônio Vilela Filho.

Sergipe

Francisco Rollemberg.

Bahia

Josaphat Marinho
Jutahy Magalhães.

Minas Gerais

Ronan Tito.

Espírito Santo

Elcio Álvares
Gerson Camata
João Calmon.

São Paulo

Eduardo Suplicy
Mário Covas.

Mato Grosso

Julio Campos
Louremberg Nunes Rocha.

Distrito Federal

Maurício Corrêa
Meira Filho
Valmir Campelo.

Goiás

Iram Saraiva

Mato Grosso do Sul

Levy Dias
Rachid Saldanha Derzi
Wilson Martins.

Paraná

Affonso Camargo
José Richa.

Santa Catarina

Esperidião Amin.

Rio Grande do Sul

José Paulo Bisol
Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Encerrada a votação.

Votaram SIM 16 Srs. Senadores; e NÃO, 20. Houve 4 abstenções.

Total de votos: 40.

Em razão da manifestação do Senado, a matéria não deve ser apreciada pela Câmara. Portanto, mantido o veto do Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passamos, então, para a matéria seguinte, que foi objeto do requerimento de inversão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) —

Item 3:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 49, DE 1990

(Nº 3.101/90, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências. (Mens. nº 158/90-CN.)

Prazo: 8-11-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

A Presidência esclarece à Casa que já foi votada uma legislação posterior a essa. Esse veto incidiu sobre aquela lei anterior, já reformulada por uma outra proposição sancionada pelo Senhor Presidente da República.

A Mesa esclarece, mais uma vez, que não pode alcançar, com o instituto da prejudicialidade, esse veto aposto pelo Senhor Presidente da República àquela primitiva Lei de Custeio e Benefícios da Previdência Social.

Então, nós só podemos decidir, desobstruindo a pauta, através do voto, e é isso que vamos fazer a partir deste momento.

A votação se iniciará pela Câmara dos Deputados.
Os Srs. Líderes já podem orientar as suas bancadas.
Como vota o Líder do Bloco?

O SR. ERALDO TRINDADE (Bloco — AP) — Sr. Presidente, é visível a falta de quorum na Casa. Como é um dispositivo regimental e nós temos, inclusive, matéria de interesse com relação à derrubada de um veto que se encontra na pauta, nós solicitamos à Bancada do Bloco que não vote, a fim de que possamos alcançar o quorum necessário e derrubar um veto relacionado a matéria importante, que se refere ao Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência se permite esclarecer ao nobre Líder do Bloco que essa matéria, a julgar pela Mesa, já estaria ultrapassada no tempo. Se é outro o objetivo, obviamente a Mesa aceitaria e respeitaria o tirocínio parlamentar de V. Exª Mas a Mesa, até do ponto de vista didático, sente-se no dever de informar que esses vetos incidiram sobre aquela Lei de Custeio e Benefícios da Previdência Social, já reformulada por uma posterior, votada consensualmente pelas duas Casas do Parlamento.

Apenas a Mesa não tem poderes constitucionais, nem regimentais, para excluir esta matéria, que está encerrada no tempo. Daí por que, com esses esclarecimentos, a Mesa pede a manifestação das Lideranças a respeito desses vetos.

Como vota a Bancada do PSDB?

O SR. PAULO HARTNUGS (PSDB — ES) — Sr. Presidente, essa já é uma questão superada, em função do Plano de Custeio e Benefícios da Previdência Social. É importante que esse veto seja apreciado, no sentido de desobstruir a pauta. O PSDB está imbuído desse espírito. Por isso, ficará presente no plenário e votará, nesta questão, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Como vota a Bancada do PT?

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP) — Sr. Presidente, votamos “não”, para marcar nossa posição. Mas apelamos a todos os Deputados no sentido de que venham votar. A Liderança do Governo está esvaziando o plenário. Por isso, apelamos ao Líder do Governo e aos seus liderados que votem. Por que sair do plenário agora, Sr. Presidente? Veja bem, o Governo devia vir votar. Se o Governo trouxe os seus liderados para votar, nós podemos até manter o veto. Eu não entendo: o Governo veta, há a possibilidade de se manter o veto, e o Governo está obstruindo a pauta. O Governo já obstruiu o País, agora está obstruindo a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional. Eu não entendo mais nada! Portanto, Sr. Presidente, apelamos ao Líder do Governo e aos seus liderados, que venha votar, e, assim, nós possamos resolver o problema da pauta.

Portanto, nosso voto é “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O PT vota “não”.

Como vota o PDT?

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ) — Sr. Presidente, o PDT vota “não” ao veto presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Como vota o PMDB?

O SR. JOÃO ALMEIDA (PMDB — BA) — Sr. Presidente, o PMDB, por uma questão de coerência, vota “sim”. Nós já negociamos uma lei aqui, que foi votada com amplo consenso de todos os partidos, o que torna essa coisa aqui absolutamente sem sentido. Daí por que temos que votar “sim”, para manter o veto, porque essa lei cujo veto estamos apreciando neste momento, perdeu o sentido, completamente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Portanto, instruída devidamente a matéria, a Presidência pede aos Srs. Deputados que tomem assento nas bancadas, pois há quorum.

Visivelmente, a Mesa está constatando, pelo menos nesta primeira aferição visual, a existência de quorum e pede aos Srs. Deputados que tomem assento nas bancadas para que

sejam acionadas as teclas que permitirão inicialmente a digitação e, logo em seguida, a seleção dos votos.

O Sr. César Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. CÉSAR MAIA (PMDB — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, entendo que a lista de presença que vai verificar a presença das Srs. e dos Srs. Deputados não é a primeira. É a lista desta votação, se cair o **quorum**. Gostaria de saber se esse é o entendimento de V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Se realmente não se registrar **quorum**, nobre Deputado César Maia, a votação será adiada para às 14 horas e 30 minutos.

O SR. CÉSAR MAIA — Agora, a lista de presença é que vale?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência fará encaminhar ao Sr. Presidente da Câmara, Deputado Ibsen Pinheiro, a folha de votação desta primeira votação que se processa na Câmara dos Deputados, porque o veto anterior, por ter sido mantido no Senado, não foi apreciado pela Câmara.

Vamos processar a votação, agora, na Câmara dos Deputados.

O SR. CÉSAR MAIA — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Como vota o Líder do PC do B?

O SR. ALDO REBELO (PC do B — SP) — Vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Atenção, Srs. Deputados! A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados que tomem assento em seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico. Ainda há Deputados fora das suas bancadas.

Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram registrar os seus códigos de votação. (Pausa.)

Os Srs. Deputados queiram selecionar os seus votos. (Pausa.)

Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram acionar simultaneamente o botão preto do painel e a chave sob a bancada, até que as luzes do posto se apaguem. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência lembra aos Srs. Congressistas que às 14 horas e 30 minutos retomaremos os nossos trabalhos, sem mais qualquer preocupação de comissões reunidas, a fim de que tenhamos condições de prosseguir na apreciação dos vetos do Senhor Presidente da República. Portanto, às 14 horas e 30 minutos, voltaremos a nos reunir, já na expectativa de que o comparecimento seja maciço na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Todos os Srs. Deputados já votaram?

Srs. Deputados, lamentavelmente, ainda não se alcançou o **quorum** necessário. (Pausa.)

A Presidência fará encaminhar ao Presidente Ibsen Pinheiro as listas de votação, para que, naquilo que seja pertinente à Câmara dos Deputados, S. Ex^a adote as providências cabíveis. No que tange ao Senado Federal, de igual forma, adotarei as medidas previstas no respectivo Regimento.

O Sr. Messias Góis — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. MESSIAS GÓIS (Bloco — SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, diante da advertência de V. Ex^a que encaminharia a lista ao nobre Deputado Ibsen Pinheiro, quero comunicar aos nobres Colegas que o Líder Eraldo Trindade, previamente, indicou que o Bloco estaria em obstrução. Portanto, a lista pode ser encaminhada, mas estamos usando do recurso regimental para a obstrução.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — É o esclarecimento do nobre Deputado Messias Góis, mas a Mesa não pode se dispensar de encaminhar, ao Presidente da Câmara, a lista.

S. Ex^a adotará as providências cabíveis, já que apesar do magnífico entendimento entre os dois Presidentes, o que fortalece o Congresso, S. Ex^a, nesta parte que lhe é pertinente, adotará, se assim entender necessárias, as providências previstas no Regimento da Casa.

Há um grupo de Deputados com o Presidente da Câmara, Deputado Ibsen Pinheiro, reunidos no seu gabinete, vindo para posto avulso, para que todos possam exercer o direito de voto.

Aguardamos apenas, a chegada desse bloco de Parlamentares.

O Sr. Irani Barbosa — Sr. Presidente, há comissões reunidas ainda. V. Ex^a poderia insistir que os Deputados, que nelas se encontram viessem também efetuar o seu direito de voto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — V. Ex^a sabe, nobre Deputado Irani Barbosa, que a Mesa já fez tantos e seguidos apelos, que aguarda, apenas, a sessão das 14 horas e 30 minutos, para continuar conclamando aos Srs. Senadores e Deputados a comparecerem ao plenário para a votação da pauta da Ordem do Dia, com os vetos do Senhor Presidente da República.

O Sr. Jurandyr Paixão — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JURANDYR PAIXÃO (PMDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o jornal *Folha de S. Paulo*, de ontem, publicou uma afirmação atribuída ao Presidente Nacional do PSDB, Sr. Tasso Jereissati, segundo a qual S. Ex^a tem pregado o fim da “República de Alagoas”, sob o argumento de que lá há muitos paulistas que têm discriminação contra os Estados do Norte.

Se a informação é do Sr. Tasso Jereissati, Presidente Nacional do PSDB, e, se não me falha a memória, ex-Governador, é de se espantar que S. Ex^a se refira ao Estado de São Paulo com tamanha leviandade. Mesmo porque o Estado de São Paulo jamais discriminou, em toda sua história, qual-

quer região deste País. O que nós, paulistas, não gostamos muito, e eu, em particular detesto, é a sonegação de impostos, porque ela não permite a realização de obras nem o desenvolvimento como um todo do País. Isso, nós paulistas, discriminamos.

Sr. Presidente, fica aqui o meu protesto, como paulista, a respeito dessas informações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Vai ser encerrado o processo de votação.

O nobre Líder Vivaldo Barbosa ainda não votou?

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ) — Sr. Presidente, já exerci o meu dever de voto como parlamentar. Queria apenas registrar que nós, parlamentares presentes, estamos estranhando a atitude da Liderança do Bloco, que dá sustentação política ao Governo, porque estamos aqui votando, segundo entendimento e a posição assumida pela imensa maioria dos parlamentares, pela aprovação do veto presidencial, mas estamos sendo surpreendidos pela atitude do Bloco Parlamentar que está declarando-se em obstrução à aprovação desses vetos do Senhor Presidente da República.

Este tipo de atitude tem prejudicado, até, a imagem do Congresso Nacional. Neste semestre, este Congresso não realizou nenhuma votação ainda, não houve nenhuma sessão de votação, há mais de um mês e meio, desde 1º de agosto até agora. Isso degrada, diante da Nação brasileira, a imagem deste Congresso Nacional. Há muitas questões pendentes, como a questão da agricultura, por exemplo, que está pendente da aprovação desses vetos, para que se possa iniciar, inclusive, os financiamentos.

A produção do País está comprometida para o ano que vem, se esses vetos não forem aprovados. Isso tudo degrada a imagem do Congresso Nacional.

Neste momento não estamos alcançando o **quorum** necessário para a aprovação ou rejeição do veto, porque os parlamentares que dão sustentação ao Governo, inspirados na sua liderança, orientados pela sua liderança, estão obstruindo, a votação, negando a possibilidade da agricultura, neste País, receber os incentivos, receber os financiamentos próprios e já incluídos na lei e agora pendentes da aprovação deste veto.

Sr. Presidente, registro a estranheza da Liderança do PDT pela atitude dos parlamentares, que dão sustentação ao Governo, que criam uma situação inexplicável do ponto de vista político, deixando de vir ao plenário aprovar o veto do Governo.

Estamos, também, chocados, porque essa iniciativa degrada a imagem do Congresso Nacional diante da Nação brasileira. É necessário, neste instante delicado, em que esta instituição está depreciada, desmerecida e até achincalhada, é que esses parlamentares venham contribuir para que nossa instituição recupere a sua imagem, a sua dignidade, a sua presença de respeitabilidade diante da Nação brasileira.

Sr. Presidente, registro com muita lamentação essa atitude do Bloco que apóia o Governo. (Muito bem!)

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, já havíamos feito os

nossos apelos para que o Bloco votasse. Estranhamos que não o faça.

Mas como o País está passando por uma grave crise, talvez o Bloco, com essa atitude, esteja declarando oposição ao Governo Collor. Só posso entender dessa forma: o Bloco declara-se em oposição ao Governo Collor, porque não há outra explicação para essa atitude de obstrução à manutenção dos vetos!

Já disse que o Governo obstruiu o País e o Bloco está obstruindo o Congresso, visto que está em oposição ao Governo. Aí fica difícil entender qual o partido que irá dar sustentação a este Governo!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Srs. Congressistas, a Mesa já estabeleceu que, às 14 horas e 30 minutos de hoje, será realizada uma nova sessão do Congresso Nacional.

Neste momento, quando Deputados e Senadores ainda permanecem nas dependências das duas Casas, a Mesa se sente no dever de transmitir um apelo veemente, patético, para que todos os Srs. Deputados e Senadores, a partir das 14 horas e 30 minutos, retornem a este plenário, para que possamos apreciar essas matérias.

Hoje, durante essas três horas, nesta manhã, fizemos apenas uma única votação, quando poderíamos, ter realizado pelo menos quatro votações e, com isto, positivariamos o nosso desejo. Vejam V. Ex^{as}, por exemplo, o nobre Presidente Ibsen Pinheiro, que, neste momento, cumpre a sua prerrogativa de voto. Nós esperávamos que, em sua companhia, viessem outros pares, que garantiriam o **quorum** de 252 Srs. Deputados.

O SR. VIVALDO BARBOSA — Sr. Presidente, talvez tenhamos atingido o voto de qualidade com o voto do Sr. Presidente da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Claro, não há dúvida de que esse voto tem uma qualificação de alto nível pelo prestígio do Presidente da Casa e pelo que S. Ex^a representa na vida democrática do País. Mas, lamentavelmente, essa constatação é inexorável, porque ela vem do painel eletrônico: até o momento 207 presentes, não há **quorum** para deliberar.

O Sr. Vivaldo Barbosa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, reiteraria a V. Ex^a que fosse divulgada a lista de presença. Em consequência, seriam verificadas as ausências aqui, que não são apenas obstrução à votação do veto do Presidente da República ou a esta sessão, mas também uma atitude de se manter uma pauta sobrecarregada, de forma a terminarmos este ano sem a votação do veto à política salarial. É preciso que os trabalhadores deste País tenham conhecimento de quem está ausente, de quem está obstruindo essas votações, para não permitir que votemos os vetos à lei de política salarial, mantendo o arrocho brutal e cruel nos salários dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Esta é a manifestação do nobre Líder Vivaldo Barbosa.

O Sr. Messias Góis — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. MESSIAS GÓIS (Bloco — SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção do nobre Líder Vivaldo Barbosa para o fato de que obstrução é um direito regimental. Além disso, se se quiser saber a presença dos que se habilitaram a votar, é só ler o *Diário do Congresso Nacional* que lá encontrará o nome de todos os presentes; encontrará, também, nas notas taquigráficas, que nós, do Bloco, declaramos obstrução. Só isto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Em virtude da falta de **quorum**, as demais matérias constantes da Ordem do Dia ficam com a sua votação adiada.

São os seguintes os itens cuja votação fica adiada:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 21, DE 1990

(Medida Provisória nº 151, de 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. (Mens. nº 71/90-CN.)

Partes vetadas:

- § 1º do art. 1º;
- § 2º do art. 1º;
- § 3º do art. 1º;
- art. 3º;
- § 1º do art. 4º;
- art. 6º e seu parágrafo;
- parágrafo único do art. 7º;
- alínea e do parágrafo único do art. 16;
- § 5º do art. 18;
- § 2º do art. 20;
- art. 25; e
- art. 26.

Prazo: 23-6-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 49, DE 1990

(Nº 3.101/90, na origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências. (Mens. nº 158/90-CN.)

Prazo: 8-11-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 48, DE 1990

(Nº 3.099/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competência ge-

rais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento, e dá outras providências. (Mens. nº 172/90-CN.)

Prazo: 10-11-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 50, DE 1990

(Medida Provisória nº 249/90)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 50, de 1990, que dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social, tendo

— Relatório, sob nº 3, de 1991-CN, da Comissão Mista. (Mens. nº 10-91-CN.)

Partes vetadas:

- art. 1º;
- art. 2º;
- art. 3º;
- art. 4º;
- art. 6º;
- art. 7º;
- art. 8º;
- art. 9º;
- art. 10; e
- art. 16.

Prazo: 28-3-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 176, DE 1989

(Nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 176, de 1989 (nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a Política Agrícola.

(Mens. nº 23/91-CN.)

Partes vetadas:

- item V do art. 3º;
- item XII do art. 3º;
- item I, II e V do art. 5º;
- item XII do § 1º do art. 5º;
- § 2º do art. 5º;
- §§ 7º e 8º do art. 5º;
- item I do art. 6º;
- §§ 1º e 2º do art. 8º;
- art. 11, **caput**;
- art. 15;
- art. 21;
- art. 24;
- art. 27;
- art. 28;
- art. 29;
- itens V, VII, VIII, X, XI, XII do art. 30;
- §§ 2º e 4º do art. 31;
- art. 32;
- art. 33, **caput**, e § 1º;

— art. 34;
 — parágrafo único do art. 37;
 — art. 38;
 — art. 39;
 — art. 40;
 — art. 41;
 — art. 43;
 — art. 44;
 — art. 46;
 — item IV do art. 48;
 — § 1º do art. 50;
 — art. 51;
 — art. 53;
 — art. 54;
 — art. 55;
 — art. 57;
 — art. 61;
 — art. 62;
 — art. 63;
 — art. 64;
 — art. 67;
 — art. 68;
 — art. 69;
 — art. 70;
 — art. 71;
 — art. 72;
 — art. 73;
 — art. 74;
 — art. 75;
 — art. 76;
 — art. 77;
 — art. 78;
 — art. 79;
 — art. 80;
 — itens I, VII, IX do art. 81;
 — itens II, III e VII do art. 82;
 — art. 83;
 — art. 86;
 — § 2º do art. 87;
 — art. 88;

— art. 90;
 — art. 91;
 — art. 92;
 — item V do art. 96;
 — § 1º do art. 99;
 — art. 100;
 — art. 101;
 — art. 105;

Prazo: 2-5-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

PROJETO DE LEI Nº 19, DE 1990-CN

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 19, de 1990-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1991.
 (Mens. nº 25/91-CN.)

Partes vetadas:

— art. 16; e
 — itens de programação constantes dos Anexos I e II.

Prazo: 2-5-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O Presidente Ibsen Pinheiro, no que tange à Câmara dos Deputados, saberá decidir, com sapiência, esta matéria agora afluída.

Portanto, informo aos Srs. Congressistas que está convocada sessão do Congresso Nacional para às 14 horas e 30 minutos, destinada à apreciação dos vetos presidenciais.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 45 minutos.)

Ata da 57ª Sessão Conjunta, em 12 de setembro de 1991

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura Presidência dos Srs. Mauro Benevides e Alexandre Costa

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo — Alexandre Costa — Aluizio Bezerra — Amazonino Mendes — Amir Lando — Antonio Mariz — Áureo Mello — Beni Veras — Carlos De'Carli — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Dario Pereira — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Eptácio Cafeiteira — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — João Calmon — João Rocha — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Richa

— José Sarney — Júlio Campos — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Levy Dias — Louremberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Magno Baccelar — Mansueto de Lavor — Marco Maciel — Mário Covas — Marluce Pinto — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nabor Júnior — Ney Maranhão — Odacir Soares — Oziel Carneiro — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Raimundo Lira — Ronan Tito — Valmir Campelo — Wilson Martins — Telmo Vieira — Teotônio Vilela Filho

E OS SRS. DEPUTADOS

Roraima

João Fagundes — PMDB.

Amapá

Aroldo Goes — PDT; Eraldo Trindade — Bloco; Lourival Freitas PT.

Pará

Hilário Coimbra — PTB; Mario Martins — PMDB; Paulo Titan — PMDB.

Amazonas

Ricardo Moraes — PT.

Rondônia

Edison Fidelis — PTB; Jabes Rabelo — PTB; Noel Moura — PTB; Raquel Cândido — PDT; Reditário Cassol — PTR.

Acre

Adelaide Neri — PMDB; Francisco Diógenes — PDS; Ronivon Santiago — PMDB; Zila Bezerra — PMDB.

Tocantins

Derval de Paiva — PMDB.

Maranhão

Costa Ferreira — Bloco; Eduardo Matias — PDC; José Burnett — Bloco; José Carlos Sabóia — PSB; José Reinaldo — Bloco; Pedro Novais — PDC; Roseana Sarney — Bloco.

Ceará

Ariosto Holanda — PSB; Edison Silva — PDT; Ernani Viana — PSDB; Gonzaga Mota — PMDB; Jose Linhares — PSDB; Luiz Pontes — PSDB; Marcos Penaforte — PSDB; Maria Luiza Fontenele PSB; Moroni Torgan — PSDB; Sergio Machado — PSDB.

Piauí

B. Sá — S/P; Ciro Nogueira — Bloco; Felipe Mendes — PDS; João Henrique — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Murilo Rezende — PMDB.

Rio Grande do Norte

Aluizio Alves — PMDB.

Paraíba

Edivaldo Motta — PMDB; Ivandro Cunha — PMDB; José Luiz Clerot — PMDB; José Maranhão — PMDB; Rivaldo Medeiros — Bloco; Vital do Rego — PDT.

Pernambuco

Álvaro Ribeiro — PSB; Gustavo Krause — Bloco; Inocêncio Oliveira — Bloco; José Moura — Bloco; Luiz Piauhy-lino — PSB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PSB; Nilson Gibson — PMDB; Reinaldo — Calheiros — PC do B.

Alagoas

Antônio Holanda — Bloco; Mendonça Neto — PDT; Olavo Calheiros — S/P. *

Sergipe

Everaldo de Oliveira — Bloco; Messias Góis — Bloco.

Bahia

Bernardo Boaventura — PDT; Clóvis Assis — PDT; Eraldo Tinoco — Bloco; Gedel Vieira Lima — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Jaques Wagner — PT; Jutahy Junior — PSDB; João Almeida — PMDB; Luiz Moreira — PTB; Luiz Viana Neto — PMDB; Manoel Castro — Bloco; Marcos Medrado — PDC; Nestor Duarte — PMDB; Sebastião Ferreira — PMDB; Sérgio Gaudenzi — PDT; Waldir Pires — PDT.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PTB; Armando Costa — PMDB; Célio de Castro — PSB; Elias Murad — PSDB; Fernando Diniz — PMDB; Ibrahim Abi-Ackel — PDS; Irani Barbosa — PL; Nilmário Miranda — PT; Odelmo Leão — Bloco; Pedro Tassis — PMDB; Raul Belém — Bloco; Ronaldo Perim — PMDB; Sandra Starling — PT; Tildei Santiago — PT; Zaire Rezende — PMDB.

Espírito Santo

Jones Santos Neto — PL; Paulo Hartung — PSDB; Rita Camata — PMDB; Roberto Valadão — PSDB; Rose Freitas — PSDB.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral — PTB; Álvaro Vale — PL; Amaral Netto — PDS; Aroldo de Oliveira — Bloco; Artur da Távola — PSDB; Carlos Lupi — PDT; Cesar Maia — PMDB; Eduardo Mascarenhas — PDT; Flávio Palmier da Veiga — Bloco; Jair Bolsonaro — PDC; Laerte Bastos — PDT; Laprovita Vieira — PMDB; Marino Clinger — PDT; Miro Teixeira — PDT; Nelson Bornier — PL; Paulo Portugal — PDT; Sandra Cavalcanti — Bloco; Sergio Arouca — PCB; Simão Sessim — Bloco; Vivaldo Barbosa — PDT.

São Paulo

Alberto Goldeman — PMDB; Aloizio Mercadante — PDT; Antonio Carlos Mendes Thame — PSDB; Eduardo Jorge — PT; Florestan Fernandes — PT; Gastone Righi — PTB; Helio Bicudo — PT; Helio Rosas — PMDB; Irma Passoni — PT; Jorge Tadeu Muldalen — PMDB; José Genoíno — PT; Jandyr Paixão — PMDB; Koyu Iha — PSDB; Liberato Caboclo — PDT; Magalhães Teixeira — PSDB; Manoel Moreira — PMDB; Nelson Marquizezelli — PTB; Oswaldo Steca — PSDB; Solon Borges dos Reis — PTB; Valdemar Costa — PL.

Mato Grosso

João Teixeira — PL; Rodrigues Palma — PTB.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Chico Vigilante — PT.

Goiás

Delio Braz — PMDB; Lazaro Barbosa — PMDB; Maria Valadão — PDS; Mauro Borges — PDC; Osório Santa Cruz — PDC; Paulo Mandarino — PDC; Pedro Abrão — PMDB; Ronaldo Caiado — S/P; Virmondes Cruvinel — PMDB.

Paraná

Carlos Scarpelini — PMDB; Delcio Tavares — PMDB; Edésio Passos — PT; Elio Dalla-Vecchia — PDT; Flávio Arns — PSDB; Joni Varisco — PMDB; Luiz Carlos Hauly —

PMDB; Munhoz da Rocha — PSDB; Paulo Bernardo — PT; Pedro Tonelli — PT; Reinhold Stephanes — Bloco; Romero Filho — PMDB; Said Ferreira — PMDB; Wilson Moreira — PSDB.

Santa Catarina

Ângela Amin — PDS; Dêrcio Knop — PDT; Luci Choinacki — PT; Nelson Morro — Bloco; Roberval Pilotto — PDS; Vasco Furlan — PDS.

Rio Grande do Sul

Adão Pretto — PT; Amaury Müller — PDT; Carlos Azambuja — PDS; Eden Pedrosa — PDT; Fernando Carrion — PDS; Fetter Junior — PDS; Germano Rigotto — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; Jose Fortunati — PT; Nelson Jobim — PMDB; Odacir Klein — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Paulo Paim — PT; Telmo Kirts — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — As listas de presença acusam o comparecimento de 63 Srs. Senadores e 185 Srs. Deputados.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de Breves Comunicações, concedo a palavra ao nobre Congressista Orlando Pacheco. (Pausa.) S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra à nobre Congressista Irma Passoni.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, recebemos o Orçamento da União e, em análise que fizemos, verificamos que todos os setores tiveram alguma diferença negativa, em relação ao ano passado, muito significativa. A Câmara dos Deputados teve, pela ordem discriminada, 0,12% a menos do que o orçamento previsto desse ano; o Senado Federal 0,12% a menos, negativo. O Ministério do Trabalho teve menos 10,8%, num total de 14,8%, em relação aos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério. Só os encargos financeiros da União é que tiveram um acréscimo de 18,93%. Justamente o Ministério da Economia que teve 4,53%, positivo a mais. Isso mostra que este orçamento, como diz a mensagem originária, não vai promover o desenvolvimento do País. Ele vai manter o País na estaca negativa, não é nem zero, é negativa. O que significa isso, então? E aí temos que observar que não são números. As consequências são, efetivamente, determinadas por um princípio político do Governo Collor de que o País não cresce, portanto, o País não oferece nenhuma condição de que se possa pensar em geração de emprego; não gerando emprego, não temos salários; não tendo salários, não temos consumo, e não tendo consumo temos a fome. Isso é compreensível dentro de um processo ocasional, mas como determinação de governo de decretar o processo de fome, considero isso da maior gravidade. Isso não significa que, agora, os Deputados não poderão fazer emendas, porque não têm recursos de onde tirar. Efetivamente que não têm, porque já veio tudo muito bem estruturado e fechado. Isto, para mim, é de consequência gravíssima, porque já temos, atualmente, milhões de pessoas desempregadas, a fome grassa no País e a agricultura não planta o suficiente para o consumo e não é possível que nós, cidadãos brasileiros, assimilamos essa situação numa passividade, sem reação. Não dá.

Hoje, ouvi uma expressão que considere muito feliz: “que não adianta o Governo aumentar impostos, mas temos

que fazer um processo de aumentar contribuintes”. Acho que é por aí, quer dizer, como é que vamos fazer para que pessoas que não pagam impostos passem a pagar, porque, na verdade, o Governo achou que poderia tirar os miseráveis desta situação em que se encontram, o que não vai acontecer este ano e nem no ano que vem.

Quero deixar isso registrado, porque é impossível conviver na normalidade do País com a fome e a violência grassando.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estou muito preocupado com a verdadeira confusão que está fazendo o Ministério da Economia, onde se nota pela própria Imprensa, com discordância do Ministério da Justiça e, também, do Ministério do Trabalho e da Previdência.

O Ministério da Economia, não seguindo orientação jurídica nenhuma, ao vetar a política salarial aprovada pelo Congresso Nacional, cometeu uma série de erros ou quis jogar na confusão. Vetou, Sr. Presidente, o art. 17 da política salarial, aprovada por esta Casa, que garantia simplesmente a incorporação dos abonos no salário dos trabalhadores.

Ora, ao vetar o art. 17, por incompetência ou por má-fé, o Ministério da Economia quer que os assalariados voltem a ter os salários de março passado já agora em fins de setembro.

Isso não tem sentido, é irracional e é inconstitucional, Sr. Presidente.

O art. 7 da Constituição diz que não se pode reduzir salários. É natural que os abonos sejam incorporados. E aí sou obrigado a fazer uma homenagem, agora, à ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello, que teve a sensibilidade de quando mandou o seu projeto de salário mínimo e de política salarial para esta Casa, e eu o li neste momento, já dizia: que se incorpore os abonos desde março de 90. Ela sabia que seria um absurdo não incorporar os abonos e querer que os salários dos trabalhadores voltassem à valores de 6 meses atrás.

Estou muito preocupado com essa postura do Ministério da Economia. E vou mais além nas minhas preocupações: votaram também o § 1º do art. 10, entendendo que com isso o salário mínimo não terá aumento bimestral, enquanto que o art. 3º diz que de zero até três tem aumento bimestral. Mas eles teimam em não querer pagar a favor da posição do Congresso, da OAB, do Ministro do TST, Almir Pazzianotto, de mais de 40 juristas do País todo, e continuam as seções do terceiro escalão do Ministério da Economia dizendo que o salário mínimo não terá aumento bimestral.

Vejam que o Ministério da Previdência discorda do percentual que vão ganhar os aposentados e pensionistas, que está muito aquém daquilo que têm direito. Isso vai levar, Sr. Presidente, a milhares de ações no Supremo na busca de um direito que está assegurado na lei.

Mas poderemos resolver tudo isso através da única maneira que temos que é a derrubada dos vetos antepostos pelo Presidente na lei por nós aprovada com ampla maioria. Neste sentido, comunico à Casa que parlamentares de todos os partidos, PMDB, PDT, PSDB, PSB, PC, PC do B, PTB, entendo que vai um parlamentar do PRN, um do PDS e um do PFL, estarão, segunda-feira, às 9 horas e 30 minutos, em São Paulo,

visitando a CGT, às 10 horas e 30 minutos, a Central Unica dos Trabalhadores, às 11 horas e 30 minutos, a Força Sindical, às 12 horas e 30 minutos, a CGT, do Presidente Canindé Pegado, às 15 horas, por iniciativa do PMDB, que eu elogio, com o Governador Fleury, às 18 horas e 30 minutos, no Rio de Janeiro, com o Governador Leonel Brizola.

Pretendem os parlamentares, de quase todos os partidos da Casa, participar de uma verdadeira cruzada a nível nacional, pela derrubada dos vetos que, tenho certeza absoluta, nem que não dê para ser votado agora no fim de setembro, mas no início de outubro teremos condições de derrubar esses vetos e resolver essas questões jurídicas que estão sendo criadas pelo Ministério da Economia.

Infelizmente, tenho que dizer, não posso achar que é má-fé, acho que é pura incompetência mesmo. Seria muita maldade — tenho que usar o termo maldade — querer que o trabalhador volte a ter salário de março passado, é inconcebível, é irracional. Qualquer um que entrar na Justiça vai ganhar, por isso não consigo entender.

Para concluir, Sr. Presidente, faremos na terça-feira, de novo com parlamentares de todos os partidos, aqui na CNTI, em Brasília, uma reunião com todas as Confederações, com representantes de todas as centrais sindicais, para desenxear, a partir de terça-feira, uma campanha nacional, com cartazes, com boletins, defendendo exatamente o projeto aprovado pelo Congresso Nacional. São cartazes que vão pelo aspecto positivo, não de denúncia, mas sim de alerta para que a sociedade, neste momento, apoie o Congresso Nacional na derrubada dos vetos. Infelizmente, são 11 vetos apostos pelo Presidente da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Solicito aos Srs. Congressistas que compareçam ao plenário do Congresso Nacional. Dentro de 20 minutos daremos início à votação.

Os painéis estão abertos e registram a presença de apenas de 34 Srs. Congressistas, quando a lista de presença registra 785 Srs. Deputados e 63 Srs. Senadores.

Queiram comparecer ao plenário. Temos votações inadiáveis a realizar.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Orlando Pacheco.

O SR. OLANDO PACHECO (PFL — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O início da nova era

Pode parecer alucinação de desesperado, mas não é. Neste olho de furação que se encontra, o Brasil finalmente ingressou na reta final da longa travessia em busca de um novo modelo de desenvolvimento.

O penoso processo de mais de uma década de discussões aparentemente estéreis começou a frutificar. Os acontecimentos do mês passado foram históricos. Sob os ecos da rebelião civil de Moscou, a maciça rejeição do Emendão constituiu-se na vitória definitiva do novo sobre o velho modelo centralizador, que nasceu nos anos 30, morreu nos anos 70 e permaneceu insepulto no decorrer dos 80.

No fundo, todos os planos econômicos da última década nada mais fizeram do que tentar prorrogar a agonia do paciente.

Cuidavam de tentar recompor a capacidade financeira do Estado, colar os cacos da credibilidade do Executivo forte, sem ousar alterar a sua essência.

A falta de imaginação para se tentar fugir do convencional devia-se ao fato de ainda não estar suficientemente madura a percepção nacional sobre o novo País.

Sabia-se o que não se queria modelos centralizadores, políticas anti-sociais, a aceitação passiva da corrupção como inerente aos processos políticos, etc. Mas sonhar um novo País, com um Estado enxuto, voltado para prioridades sociais, com trabalhadores controlando fundos sociais, estatais dando satisfações a acionistas privados, concorrências públicas transportes, abertura maior para o exterior, Poder Judiciário autônomo, parecia um voo alto demais, perto do poder massacrante do Executivo.

O salto adiado.

Mudanças significam perda de poder. Da parte do governo, não se abre mão do poder gratuitamente. Da parte de outros segmentos políticos, havia sempre o receio de que a busca do novo modelo se constituísse em um salto no escuro. A falta de consenso sobre os novos caminhos, preferia-se adiar o salto, refugiando-se em soluções provisórias, que adiassem o desfecho.

Estes nós — que se interpõem tanto no caminho das pessoas como das nações — só conseguem ser rompidos com uma boa crise.

O fracasso do Emendão resolveu o dilema, não deixando alternativas. Não mais que de repente todas as alternativas convencionais até agora pensadas para solucionar a crise pública tornaram-se irreversivelmente velhas. A partir de agora, os atos de governo, experiências acadêmicas, iniciativas políticas visando recuperar a governabilidade, seja de Congresso, governadores ou sociedade civil, terão que necessariamente ser submetidas a esta nova ótica, da implantação do federalismo da busca de soluções social e politicamente legítimas, da incorporação de uma gama maior de segmentos sociais nas discussões do pacto. Enfim, tudo o que pode ser enquadrado na denominação genérica de pacto social.

Pode demorar um pouco mais, um pouco menos, nunca se deve menosprezar a miopia do governo, mas o caminho está aberto.

Quem não se curvar à nova lógica que se implanta será atropelado pela história.

O País já comporta a modernidade, como afirma o jornalista Luis Nassif, do jornal *Folha de S. Paulo*, do dia 1-9-91.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Congressistas o caminho da modernidade passa pela via do entendimento com o Congresso Nacional, com os diversos setores da sociedade, com classes categorias representativas, com a chamada de responsabilidade, com distribuição de rendas, com justiça social. Remuneração justa com produtividade. Num país de dimensão continental como o Brasil, salário setorizado e regionalizado por categoria e produtividade profissional. Aí, implantar-se-ia a livre negociação; é claro que isto passa pela reforma ou revisão constitucional, pois tudo está atrelado a ela. Reforma na Constituição, tudo bem, faz parte da modernidade, mas e a revisão? O texto prevê a revisão constitucional! Emendão já! A Constituição anterior foi assim, muitas emendas, virou colcha de retalhos. E as leis complementares, leis ordinárias, onde ficam? Será que evoluímos tanto assim? Será que isto é progresso ou retrocesso? Senhores, temos que fazer avaliações para não voltarmos à Idade Média, no mínimo ao Quarto Mundo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Bender.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Parlamentares, está-se realizando em todo o País o recenseamento feito pelo IBGE, que era para ter sido realizado no ano passado. No entanto, ficou para esta data, precisamente, quando os recenseadores estão em plena campanha, visitando casa por casa, para termos uma estatística, termos ou retrato mais nítido deste País. Sem dúvida, é praxe do próprio País, de 10 em 10 anos, fazer-se esse recenseamento.

Mas o que me surpreendeu, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é a maneira como está sendo feito esse recenseamento. Dizem que apenas de 10 em 10 casas é que se faz um levantamento completo. Ora, se o País vai gastar quase cem bilhões de cruzeiros, por que não fazer de lar em lar, de casa em casa, um levantamento mais claro, mais perfeito, mais nítido? As perguntas referem-se apenas ao número de pessoas que habita aquela casa e ao rendimento do chefe da família.

Seria muito fácil incluir nessas perguntas, por exemplo, o rendimento total da família, o grau de instrução, a propriedade, quanta terra possui, se tem casa alugada, se não tem casa alugada. Enfim, em poucos minutos, no máximo em 5, o recenseador teria as respostas. Aí, sim, teríamos uma verdadeira estatística.

Agora, fazer um levantamento completo apenas de 10 em 10 casas, e fazer isso corresponder à média, à verdade, então por que gastar quase cem bilhões, e fazer caminhar essas pessoas de casa em casa. Será inútil. Teremos apenas essa média de 10%.

É lamentável, Sr. Presidente, talvez seja tarde para corrigir. Sei que nisso o próprio Presidente da República não tem nada a ver. São os próprios tecnocratas deste País que não enxergam que esses recursos poderiam ser aproveitados para uma estatística completa. É lamentável, Sr. Presidente, afinal de contas esse País é de todos.

Como brasileiro, e especialmente como parlamentar, eu protesto contra essa grande despesa que se está fazendo e pelo resultado duvidoso que teremos. Tenho as minhas dúvidas, grandes dúvidas.

Se fosse feito de casa em casa, nós teríamos não apenas o número de habitantes deste País, mas também a situação econômica, a situação cultural, a situação educacional, a situação com problemas de saúde, por exemplo. Seria necessário apenas incluir mais algumas perguntas.

É neste sentido, Sr. Presidente, que quero deixar aqui o meu protesto pelo recenseamento que se está procedendo em todo o País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A ausência no plenário do Congresso Nacional significa, na quinta-feira, ausência na Câmara e ausência no Senado.

Chamo a atenção dos Srs. Senadores e Deputados para que ocorram ao plenário do Congresso Nacional. Dentro de 15 minutos vamos proceder à votação.

O Sr. Messias Góis — Sr. presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Messias Góis.

O SR. MESSIAS GÓIS (Bloco — SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas,

na manhã de hoje, na sessão extraordinária do Congresso Nacional, quando se apreciava os vetos presidenciais, houve um entendimento do Bloco Parlamentar, no sentido de que não seria válida a antecipação, com a limpeza da pauta do Congresso Nacional, da apreciação dos vetos à política salarial apostos recentemente pelo Presidente da República, e que devem chegar ao Congresso Nacional dentro de poucos dias.

Entendeu a Liderança do Bloco, usando dispositivo regimental, declarar a obstrução à votação dos vetos pendentes de apreciação do Congresso nacional até ser esclarecida a posição...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Vamos à questão de ordem, nobre Deputado. O que V. Ex^a está fazendo é uma comunicação. V. Ex^a tem o direito de fazer obstrução, mas, agora, trata-se de uma questão de ordem.

O SR. MESSIAS GÓIS — Em razão disso, o Congresso Nacional, lamentavelmente, não terá **quorum** para a apreciação dos vetos.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a questão de ordem que formulo a V. Ex^a é a seguinte: só se aplica o dispositivo regimental da obstrução quando for votada a matéria objeto da obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A Mesa não tomou conhecimento, nobre Líder.

O SR. JOSÉ GENOÍNO — A questão de ordem é a seguinte, Sr. Presidente. O painel vale para efeito de presença. A obstrução só será considerada na hora da votação do veto. Portanto, é válido V. Ex^a chamar os Srs. Deputados para virem para cá para que possamos saber, Sr. Presidente, quem é que está aqui e quem está obstruindo, senão a obstrução é feita enquanto os Srs. Congressistas viajam de avião.

O Sr. Messias Góis — Farei o sacrifício e permanecerei em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas o jornal **O Estado de S. Paulo**, no dia de hoje, publicou entrevista extraordinariamente reveladora a respeito dos fatos que caracterizaram a política econômica do Governo Fernando Collor de Mello, desde 15 de março de 1990 até abril passado, quando saiu do Governo a Ministra Zélia Cardoso de Mello.

A Sr^a Zélia Cardoso de Mello presta hoje alguns esclarecimentos que demonstram, em primeiro lugar, que nem sempre ela costuma dizer a verdade. E vou, aqui, esclarecer por quê. Há poucos dias, Srs. Congressistas, formulei requerimento no sentido de que a Comissão Mista de Orçamento convidasse a Sr^a Zélia Maria Cardoso de Mello para expor naquela comissão as diretrizes que segundo a sua experiência deve ter o Governo, em particular o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, sobre os fundos de previdência fechada, tais, como a Previ, a Funcep, a Petrus, a Sistel, e outros que, em verdade, no seu conjunto, constituem um instrumento muito peculiar de política econômica. De há tempos isso acon-

tece no Brasil. Por que razão? Porque, conforme o Tribunal de Contas da União chamou a atenção, esses fundos, só em 1990, mobilizaram mais de 107 bilhões de cruzeiros, adquirindo imóveis, comprando títulos, ações as mais diversas no mercado financeiro. O montante que esses fundos administram em 1991 é ainda muito maior. Ao final do primeiro trimestre de 1991, só a Previ — da Associação dos Funcionários do Banco do Brasil, estava administrando um patrimônio que totalizava mais de 830 bilhões de cruzeiros.

Pedi informações sobre o patrimônio desses cinco maiores fundos, e verifiquei transações excepcionais realizadas, dentre as quais as maiores realizadas no mercado imobiliário brasileiro. Uma delas em 15 de janeiro de 1991, a aquisição do edifício-sede do Grupo Pão de Açúcar, da Companhia Paulista de Supermercados, por mais de 10 bilhões de cruzeiros.

Perguntei a Previ, por requerimento de informações, quanto teria sido pago de intermediação na transação imobiliária. A Previ informou-me, oficialmente, que a intermediação não havia sido paga nas diversas transações imobiliárias feitas pelos vendedores.

Em vista dessa informação, telefonei para o Superintendente do Grupo Pão de Açúcar, Abílio dos Santos Diniz, na última segunda-feira, e lhe disse: “Abílio, gostaria de lhe perguntar algo que considero meu dever, minha responsabilidade saber. O Grupo Pão de Açúcar pagou comissão a qualquer pessoa pela venda do edifício-sede do Pão de Açúcar”? Ele disse-me: — Não houve qualquer comissão paga. O que houve, apenas, foi muito boa vontade por parte da Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, Zélia Cardoso de Mello, do Sr. Eduardo Teixeira, do Sr. Alberto Policaro, Presidente do Banco do Brasil, que compreenderam a situação difícil em que se encontrava o Grupo Pão de Açúcar, permitindo aquela aquisição, sem pagamento a intermediários.

Informou-me que muitas pessoas, inclusive, da Previ, haviam perguntado ao Pão de Açúcar sobre a operação. E que ele esclarecia a mim, assim como já o fizera a outros, que uma entidade especializada em avaliação de imóveis havia avaliado aquele imóvel em 80 milhões de dólares, mas que a operação havia sido realizada à vista pelo preço de 55 milhões de dólares, sem pagamento de comissão.

Então, Sr. Presidente, o que estranho é que o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou:

“Há outra denúncia sobre os fundos de pensão. Trata-se da operação da Previ, do Banco do Brasil, com o prédio da Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, do Grupo Pão de Açúcar. A operação foi de US\$ 55 milhões e há denúncia é que a senhora Zélia teria levado 2,5%.”

A resposta da ex-Ministra foi:

“Nem sabia que o Pão de Açúcar tinha imóvel na Berrini. Essa acusação é uma leviandade sem tamanho. Acho que o Brasil é isso. As pessoas agora resolveram todas ser irresponsáveis. Eu, até este momento, desconhecia essa operação.”

Como poderia ela ter desconhecido a operação se o próprio Superintendente do Pão de Açúcar, Abílio dos Santos Diniz, me disse, segunda-feira passada, que ela teve a maior boa vontade em resolver o problema?

Continua ela:

“O que estou sabendo é o seguinte: a Consemp, que é uma empresa de amigos meus, dentre eles o Andréa Calabi, fez um plano de saneamento e financiamento para o Abílio Diniz. E a única coisa que sei a esse respeito.”

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Ora, Sr. Presidente, pela gravidade do que estou falando, peço apenas a sua tolerância de um minuto a mais, porque há uma passagem aqui que é algo incrível.

Diz ela, quando perguntada se há informações de que o Instituto Brasil, que ela inaugurou, já tem contratos com empresas do Governo, como Eletrobrás e BNDES. Ela disse:

“Não temos nenhum até agora, mas podemos fazer, nada impede. Estamos abertos. O instituto é uma entidade sem fins lucrativos. Se um dia ele fechar e tiver dinheiro em caixa, esses recursos terão que ser revertidos para o Governo Federal. Por lei, se formos fazer um contrato, não precisamos entrar em licitação.”

Ora, então a Sr^a Zélia Cardoso de Mello e a sua equipe poderão se contratados agora, sem licitação, para prestar serviços à Eletrobrás, ao BNDES, pagando o quê? Quem é que vai dizer qual é o preço justo? É aquele que o Governo vai ditar?

Claro que a Sr^a Zélia Cardoso de Mello é uma preferida, é claro que ela conhece economia, e pode até prestar serviços de grande qualidade econômica-financeira, mas fazer isso sem licitação? O fato de isso ser dito pela ex-Ministra, aquela que foi a mais importante Ministra deste Governo, mostra a que ponto chegamos, Sr. Presidente. É incrível! Será que não há noção da ética por parte deste Governo, pelos que estiveram no Governo e pelos que estão agora? É algo incrível, Sr. Presidente!

Eu gostaria que os Presidentes da Eletrobrás e do BNDES estivessem aqui explicando. Será que já estão adiantados tais contratos? Quanto é que se vai pagar pela hora de consultoria do Sr. Eduardo Teixeira e de todos os membros da equipe da Sr^a Zélia Cardoso de Mello? E para fazer que tipos de operações? Operações como essa, de pedir aos fundos de pensão para resolver os problemas de grupos econômicos financeiros privados?

Sr. Presidente, o Deputado Aloízio Mercadante, ainda hoje, estará encaminhando à Comissão Mista de Orçamento requerimento, complementar ao meu, solicitando esclarecimentos. É muito importante, antes mesmo que qualquer cidadão possa fazer o que a Sr^a Zélia Cardoso de Mello se propõe, ir ao Ministério Público, para que seja dada a oportunidade para que ela, perante a Comissão Mista de Orçamento, perante Deputados e Senadores, esclareça, para que nenhuma dúvida reste sobre os problemas que têm sido colocados em relação a essa entrevista e, inclusive, para que ela possa até dizer, segundo a sua experiência, quais seriam as regras adequadas de equidade, de respeito à ética no trato do dinheiro público, para qualquer pessoa que esteja à frente do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, e de instituições como o Banco do Brasil, o BNDES, a Caixa Econômica Federal e outras.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR.
EDUARDO SUPPLY EM SEU DISCURSO:*

Entrevista

ZÉLIA ENFRENTA ONDA DE DENÚNCIA

Ana Maria Géia

Desde que deixou o Ministério da Economia, no dia 8 de maio, a ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello enfrenta uma onda de denúncias que incluem favorecimento pessoal a amigos, acusações de enriquecimento ilícito e envolvimento em operações de fundos de pensão de estatais. As acusações, nenhuma das quais até agora documentada, baseiam-se num mistério que Zélia se nega a explicar: a origem do dinheiro que tem gasto desde sua saída do governo. Ontem, em entrevista ao *Estado*, ela reiterou. “As minhas rendas pertencem a mim. Respondo sobre elas se houver denúncias formais no Ministério Público”.

Nos 15 meses em que foi Ministra da Economia, Zélia recebeu salários brutos num total equivalente a US\$42 mil. Abatidos cerca de 20% de descontos, chega-se a um líquido de US\$34 mil. Com esse dinheiro, a ex-Ministra teria conseguido bancar simultaneamente as obras de reforma do seu apartamento da Rua Manuel Guedes, no Itaim, e da casa da Praça Morungaba, nos Jardins — palco das reuniões sigilosas ao longo das quais nasceu o Plano Collor —, manter-se num apartamento luxuoso nas Rua Barão de Capanema, também nos Jardins, montar o Instituto Brasil e, de quebra, fazer uma viagem de 40 dias à Europa e aos Estados Unidos.

Zélia garante não ter gastado nenhum tostão na viagem à Europa, desfrutada primeiro na companhia do ex-Ministro da Justiça Bernardo Cabral e, depois, em parceria com a amiga Patrícia Tanure, mulher do Amador Nelson Tanure, dono da Sade Sul — Americana de Engenharia. “Eu estava acompanhada, todo mundo sabe por quem e ele pagou tudo”, informa. A temporada européia começou em 17 de maio e estendeu-se até 7 de junho. No início de julho, a ex-ministra decolou rumo aos EUA. Depois de uma escala em Miami, encontrou-se com a psicóloga Marina Arnhold, de quem é amiga desde 1983. Juntas, percorreram a bordo de um carro alugado, boa parte da Califórnia, passando pelos portos e parques turísticos de San Francisco, por Carmel, Los Angeles e Nova Iorque. Agentes de turismo calculam o custo de um passeio desse tipo em cerca de US\$10 mil.

Uma das mais graves denúncias contra Zélia tem sido chamada de “operação aposentadoria”. Trata-se de uma transação que serviria para compensar a ex-ministra por sua lealdade ao Presidente Fernando Collor. Envolve usineiros, o Banco do Brasil e figuras do Governo Federal. Seu móvel seria uma dívida de US\$85 milhões que os usineiros acumulavam havia anos com os bancos ingleses National Westminster, Barkley e Morgan. O Banco do Brasil, avalista do empréstimo, vinha se recusando a honrar sua garantia desde o Governo José Sarney. Cansados de esperar, os banqueiros teriam concordado em liquidar o empréstimo recebendo US\$40 milhões. Pouco antes da saída da ex-ministra, o Presidente do Banco do Brasil, Alberto Policaro, teria autorizado o pagamento integral dos US\$85 milhões. A operação só foi concluída depois da demissão da ministra mas uma parcela considerável da diferença, em dólares, teria pousado numa conta no exterior.

O nome de Zélia também foi envolvido no chamado escândalo do café. O caso, que está sendo investigado pela

Polícia Federal, explodiu quando vazou a notícia de que o Brasil suspenderia as exportações de café, facilitando especulações com o preço do produto no mercado externo. Em Nova Iorque, as três maiores torrefadoras de café dos EUA — Procter & Gamble, Nestlé e General Foods — pediram ao governo que investigasse a atuação dos exportadores brasileiros na manipulação do mercado. Em seguida, surgiram denúncias dando conta das relações de amizade entre Guilherme Ribeiro e Leopoldo Collor. O Deputado José Dirceu, do PT, também havia afirmado, na época, que um amigo da então ministra, Pedro Henrique Mello, estava envolvido nas operações.

Zélia conta que em 22 de março, um dia depois da suspensão das exportações, durante reunião no Ministério da Economia com os cafeicultores, o então presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, Roberto Rodrigues, avisou: “Essa história pode respingar na senhora.” A ex-ministra disse ter ficado assustada com o risco e ordenado a abertura de sindicâncias no ministério. “Não foi a Polícia Federal que levantou nenhuma suspeita, eu que mandei investigar”, afirmou. Não satisfeita com os resultados da sindicância, mandou Ary Oswaldo Mattos Filho, presidente da CVM, para Nova Iorque. “Com a lista que ele trouxe eu mandei a Receita Federal, o Banco Central e o Ministério Público investigarem”, conta. “Estou absolutamente tranquila.

Estado — Uma das acusações mais fortes contra a senhora aponta para uma “operação aposentadoria”, que envolve dívidas de US\$85 milhões dos usineiros do Nordeste com banqueiros ingleses. A senhora teria levado US\$20 milhões nessa jogada.

Zélia Maria Cardoso de Mello — Vou abreviar essa conversa. Não sei qual é essa história. Não sei nem falar sobre essa operação. Isso é uma questão do Banco do Brasil. Nem eu nem nenhum ministro da Economia tem condição de acompanhar passo a passo as operações desse banco. É uma questão administrativa que foi resolvida e deve ser esclarecida com o presidente do Banco do Brasil, o Conselho de Administração e Fiscal do banco.

Estado — Mas é uma denúncia muito grave que a senhora não pode simplesmente dizer que quem tem de explicar é o presidente do Banco.

Zélia — Também acho. E acho que quem tiver comprovações dessa denúncia deve encaminhar as provas para o Ministério Público, o foro adequado para tratar disso. Imagine se o presidente do Banco do Brasil fosse despachar com o ministro da Economia e resolvesse descrever todas as operações. O ministro da Economia não faria outra coisa.

Estado — Outra acusação é com relação a fundos de pensão. Há denúncias de que a senhora teria obrigado os fundos de pensão das estatais a comprar ações da Sade, empresa de seu amigo Nelson Tanure. Há, inclusive, investigação na CVM sobre isso.

Zélia — O Nelson Tanure e sua mulher de fato são meus amigos. Se eu quisesse favorecer o Nelson teria pedido ao ministro da Infra-Estrutura que pagasse as dívidas que o governo tem com as empresas dele, que não são pequenas. Os fundos de pensão, que eu saiba, são fiscalizados pelo Banco Central — aliás porque eu mesma propus essa fiscalização. Os fundos de pensão, para fazer suas aplicações junto a qualquer empresa, tem que produzir uma justificativa. Então eu suponho que os diretores e presidentes das fundações, ao comprar ações da Sade, tenham feito a justificativa. É um problema deles, não é meu. Se há alguma operação que o

BC julgue indevida ele deve abrir um processo. Além do mais, a CVM já chegou à conclusão de que a operação com a Sadé foi rigorosamente normal.

Estado — Há outra denúncia sobre fundos de pensão. É sobre a operação da Previ, do Banco do Brasil, com o prédio da Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini do Grupo Pão de Açúcar. A operação foi de US\$55 milhões e a denúncia é de que a senhora teria levado 2,5%.

Zélia — Nem sabia que o Pão de Açúcar tinha imóvel na Berrini. Essa acusação é de uma leviandade sem tamanho. Acho que o Brasil é isso. As pessoas agora resolveram todas ser irresponsáveis. Eu, até este momento, desconhecia essa operação. Estou sabendo por você. O que estou sabendo é o seguinte: a Consemp, que é uma empresa de amigos meus, entre eles a Andréa Calabi, fez um plano de saneamento e financiamento para o Abílio Diniz. É a única coisa que sei a esse respeito.

Estado — Por que a senhora acha que têm surgido tantas denúncias contra a sua gestão?

Zélia — Acho que há pessoas interessadas em denegrir a minha imagem. Estou muito tranquila e o tempo mostrará isso. As pessoas verão que vou continuar morando no mesmo lugar, fazendo as mesmas coisas, com os mesmos amigos. Verão que nada mudou na minha vida depois que assumi o ministério. Nada, zero.

Estado — Por que querem denegrir sua imagem?

Zélia — Porque eu fui uma ministra que feriu muitos interesses. Derrubei cartórios, derrubei privilégios, derrubei interesses financeiros muito fortes, tanto internos quanto externos. Inimigos é que não me faltam. Mas eu não tenho medo deles.

Estado — As pessoas que fazem as denúncias mostram que Zélia viaja misteriosamente e que está gastando muito dinheiro. Dizem, por exemplo, que a Zélia professora e até ministra não teria tanto dinheiro para os gastos que tem assumido.

Zélia — Falam por exemplo do meu apartamento do Itaim. Sabe quando eu comprei o apartamento? Em 1979, com o meu dinheiro, dinheiro que eu ganhei.

Estado — Mas as reformas dele estão sendo feitas agora. De onde a senhora tirou o dinheiro para fazer tudo de uma vez: reformar o apartamento, a casa da Praça Morungaba, criar o Instituto Brasil e viajar para o exterior. A soma do que a senhora recebeu como salário, no tempo em que foi ministra, não passou US\$34 mil livres. Por que a senhora não esclarece de vez de onde vêm suas rendas?

Zélia — Esclareço tudo isso num processo judicial. Eu tenho outras rendas, tenho pensão familiar do meu pai como servidor público. Minhas rendas pertencem a mim. Se alguém fizer uma acusação ao Ministério Público e a Justiça exigir uma apuração dos meus rendimentos, vou declará-los.

Estado — Mas as contas do seu salário e dos gastos não batem.

Zélia — Você pode fazer a conta que quiser. Eu gasto muito pouco. Não tenho filhos, não tenho marido e tenho o privilégio de ser mulher e solteira. Quando vou almoçar ou jantar sempre acabam pagando a conta. Difícilmente sou eu que pago. Além disso, não saio de casa, sou muito caseira.

Estado — E quais são os seus gastos?

Zélia — Realmente é muito pouco. Pago luz, água, telefone, gás, gasolina, dos empregados e comida. Isso me lembra uma conversa engraçada que tive com meu primo João Manuel Cardoso de Melo que se queixava do quanto ele gastava

com os filhos. Ele ia falando e eu ia registrando o quanto eu estava economizando. Trabalho desde os 17 anos. Logo que me formei, aos 21 anos, comecei a trabalhar com salário excepcional. Meu primeiro salário no Banco Auxiliar de São Paulo era tão bom que um mês depois comprei um Fiat do ano — 1977. Muitas pessoas podem testemunhar que, nesses anos todos, fui amealhando um patrimônio. Comprei ações, participei de empreendimentos imobiliários, comprei jóias, quadros, tudo isso está no meu Imposto de Renda. Trabalho há 11 anos e nunca tive ninguém para sustentar. Sempre fui uma pessoa com renda mais do que média. Em 1977, eu tinha uma renda de cerca de US\$3 mil por mês e quase não gastava nada. Minha casa não é regada a caviar. Mas a bife, arroz, feijão e batata frita. Devo gastar no máximo Cr\$600 mil por mês hoje. Minhas contas de água, luz e gás somadas dão menos de Cr\$100 mil por mês.

Estado — Quanto a senhora está gastando na reforma da casa da Praça Morungaba?

Zélia — O projeto de reforma da minha casa existe há quatro anos. Comprei a casa em 1978. Fiz o projeto de reforma há alguns anos e eu não topei começar imediatamente as obras porque ia gastar muito dinheiro. A casa não mudou a estrutura. Comecei a fazer as obras no início de 90. Fui comprando os materiais aos poucos. Mas não coleciono notas. Gastei cerca de Cr\$5 milhões na reforma e ainda tenho uma dívida com os empreiteiros de Cr\$1,5 milhão. A decoração foi feita de graça pela minha amiga Lia Strauss.

Estado — Por que a senhora não divulga logo a lista de seus bens?

Zélia — Porque isso é um desrespeito. Minha vida não é modesta, mesmo porque venho de uma família rica e tenho patrimônio. Tenho uma casa, por exemplo, na rua Sampaio Vidal, que estava alugada até há pouco tempo. Eu, minha mãe e meu irmão dividíamos a renda.

Estado — E a reforma do apartamento do Itaim?

Zélia — Isso é um problema da minha mãe. O apartamento é meu, mas ela decidiu fazer uma pequena reforma para acabar com um problema de vazamento na cobertura e arcou com o custo porque vai morar lá.

Estado — E o Instituto Brasil, por que o aluguel dos dois andares da Berrini, por exemplo, não está em nome do Instituto? O imóvel foi alugado do corretor de títulos Horácio Vaz Guimarães Neto por uma empresa de consultoria de engenharia chamada Oiko, do Rio. Por que tanto mistério?

Zélia — Toda papelada do Instituto está em processamento e o contrato de aluguel tem de ser registrado. Não sei quem é essa Oiko. Cheguei aqui no Instituto ontem (terça-feira), nem vi o conjunto antes da reforma. O Instituto Brasil tem 12 ou 15 sócios, entre eles alguns empresários como o Carlos Eduardo Pedreira, Luiz Fernando Levy e Roberto Rodrigues. E outras pessoas, como José Cunha, Luiz Otávio Pacifico, o José Marques Reis Alves. Mas, na maioria dos casos as pessoas acham que o Instituto sou eu.

Estado — Quem está custeando as despesas Instituto? Só de aluguel são Cr\$4,1 milhões por mês.

Zélia — São todos os sócios fundadores. As perguntas sobre o Instituto têm de ser dirigidas também ao João Maia, ao Eduardo Teixeira, ao Antônio Kandir, Luiz Eduardo de Assis, José Francisco Gonçalves, Cid Heráclito de Queiroz... Eu não sou a dona do Instituto. Aliás, eu não coloquei um tostão no Instituto. Quem colocou dinheiro foram o Eduardo Teixeira, o Luiz Otávio, o Marques, o João Maia. De outro lado, muitas coisas não custaram absolutamente nada. Os

móveis, por exemplo, foram emprestados pela Tok & Stok. Os quadros são antigos, da época da ZLC, meu escritório de consultoria econômica. A decoração quem fez foi a Lia Strauss, de graça. O paisagismo foi da Naila de Freitas Campos, de graça.

Estado — Há informações de que o instituto já tem contratos com empresas do Governo, como a Eletrobrás, BNDES. Isso é verdade?

Zélia — Não temos nenhum até agora, mas podemos fazer, nada impede. Estamos abertos. O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos. Se um dia ele fechar e tiver dinheiro em caixa, esses recursos terão de ser revertidos para o Governo Federal. Por lei, se formos fazer um contrato, não precisamos entrar em licitação.

Estado — O fato de o Instituto não precisar entrar em licitação pode ser motivo para mais denúncias.

Zélia — Repito, o Instituto é uma sociedade sem fins lucrativos. Todos os membros vão ser remunerados como prestadores de serviços.

Estado — Por que o contrato de aluguel foi feito com essa Oiko do Rio?

Zélia — Deve ter sido alguma razão administrativa. Essa empresa deve ser do João Maia, ele tem umas duas empresas.

Estado — E o apartamento onde a senhora está morando na Rua Barão de Capanema foi alugado mesmo por US\$5 mil/mês?

Zélia — Esse apartamento é do advogado Luiz Otávio Pacífico, meu amigo de longa data, que me emprestou. No próximo fim de semana, vou deixar o imóvel.

Estado — E quanto aos três contratos de consultoria que a senhora disse que mantém? A senhora me citou, por telefone, a Klabin e ficou de dar outros nomes. A Klabin negou qualquer contrato. Quem são os outros?

Zélia — Pensei melhor e achei que não devo dar os nomes, mesmo porque as pessoas não me autorizaram. Na verdade, a consultoria não é para Klabin, é uma empresa que tem participação no grupo — a Riocell — e em outras empresas do setor de papel e celulose, para as quais dou consultoria de planejamento estratégico.

Estado — Quando saiu o Plano Collor, a senhora dizia que tinha, no máximo, Cr\$300 mil em poupança e fundos. Ou a senhora tinha mais e mentiu ou tinha dinheiro fora do mercado financeiro.

Zélia — Ou eu tinha um relógio que vendi, um quadro... Pode ser que sim. Estou satisfeita com os Cr\$500 mil por mês que estou tirando do bloqueio dos cruzados. Tenho quase Cr\$5 milhões bloqueados. Com esse dinheiro mais a pensão do meu pai, o que dá um pouco mais de Cr\$1 milhão, vivo muito bem.

Estado — E quanto às viagens. A senhora me disse, anteriormente, também por telefone, que a da Europa foi toda custeada pelo ex-Ministro Bernardo Cabral. Mas ele voltou bem antes, não foi?

Zélia — E daí? Seu marido quanto sai não deixa o dinheiro para os gastos? E mais: fiz uma viagem em condições que garanti ao escritor Fernando Sabino contar em primeira mão. Mas não gastei um tostão.

Estado — E a dos Estados Unidos. Foram 15 dias de passeio?

Zélia — Se eu gastei US\$4 mil, incluindo passagem, foi muito. Ficamos em hotéis de diárias médias de US\$200. Em Nova Iorque fiquei na casa de meu irmão. Alimentação gastei no máximo US\$100 por dia, dividido por dois. Em Miami,

antes de encontrar com a minha amiga Marina Arnhold em São Francisco, fiquei na casa de amigos. Dizer que gastei demais é mais uma leviandade. E tem mais: se eu telefonar agora para um empresário qualquer e me oferecer para dar uma palestra sobre economia, me pagam na hora US\$10 mil.

Estado — Só a passagem de primeira classe é mais de US\$5 mil.

Zélia — Eu não compro passagem de primeira classe. Compro de classe executiva e a Varig faz a conversão como faz para todas as pessoas razoavelmente importantes.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Carlos Lupi.

Temos apenas três oradores inscritos. Dentro de quinze minutos anunciaremos a Ordem do Dia e procederemos à votação. Os painéis estão abertos e o registro das presenças, tanto na Câmara quanto no Senado, será feito através deles.

O SR. CARLOS LUPI (PD'T — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, antes de começar propriamente o discurso, gostaria de saber de V. Ex^a, já que, segundo a apresentação do Líder do Governo, em exercício, será feita uma obstrução regimental, se será contada a presença do Bloco no painel para efeito dessa obstrução. Gostaria de ter essa informação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A Mesa não tomou conhecimento da comunicação do Líder.

O SR. CARLOS LUPI — Muito obrigado.

Estou plenamente esclarecido quanto ao assunto. Já que a Mesa não tomou conhecimento, temos que ter a presença no painel.

Sr. Presidente, queria aqui, apenas em meu nome pessoal, enquanto Deputado Federal, ressaltar que as palavras ditas pelo Senador Eduardo Suplicy retratam que a crise que vivemos no Brasil, hoje, não é só crise de competência, não é só crise de falta de um programa de governo, é, sobretudo, Sr. Presidente, uma crise de probidade, uma crise de decência, de vergonha na cara.

Realmente, dá vergonha a nós, brasileiros — principalmente a nós, Parlamentares —, no momento em que a opinião pública e a imprensa escrita, falada e televisada, via de regra, criticam esta Casa — e, hoje, poderão até criticar com razão pelo baixo **quorum** que verifico aqui, para minha decepção pessoal — que um Governo como este que está posto hoje na República do Brasil, um Governo que quer buscar, segundo seus porta-vozes, seus Ministros, a coalizão nacional, que quer apresentar boa vontade para com o setor político, para com o Congresso, não tenha sequer, em nenhum momento, apresentado uma proposta concreta a esta Casa. A proposta do Governo é enfiar goela abaixo desta Casa uma antecipação de uma reforma constitucional arbitrária, autoritária, que visa tão-somente ferir as conquistas da classe trabalhadora e assalariada, que visa entregar a economia brasileira ao capital internacional, que visa entregar a empresa pública, por preços suspeitos, ao capital privado. Não há nada que possamos retratar como algo que reverte o quadro da situação atual de crise que o povo e a sociedade brasileira vivem.

Sr. Presidente, enquanto o comando do governo tiver como orientação, como norma a ser seguida a mesma postura elitista, arbitrária, autoritária, que vem tendo desde o começo deste Governo, nós, em nenhum momento, em nome da soberania desta Casa, em nome de um mandato outorgado por uma população que busca solução para os seus problemas

principais, que vão desde a fome, a falta de emprego, uma inflação que não tem controle, à desmoralização do Poder Público Federal, pela corrupção generalizada, que sai da assessoria do Palácio do Planalto e se espalha por todos os setores do Governo Federal. Conseguiremos, por maior boa vontade que possamos ter, encontrar uma solução para a Nação brasileira, o que me preocupa muito mais do que qualquer objetivo pessoal e individual.

Não consigo, por maior boa vontade que busque dentro de mim, acreditar em nada que o Presidente da República apresente como solução para o Brasil, porque nada que vem de Sua Excelência, tem como objetivo realmente, o bem da sociedade, do povo mais carente, do assalariado e do Brasil. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra a nobre Deputada Maria Luíza Fontenele, por cinco minutos, improrrogáveis.

A SRA. MARIA LUÍZA FONTENELE (PSB — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, ocupo pela segunda vez esta tribuna no dia de hoje movida pelo resultado que obtivemos, há poucos minutos, numa reunião, sob a coordenação da CNBB e da OAB, a convite desta última, que tem para todos nós uma grande importância, por que, nos momentos decisivos — da nossa história, a OAB se colocou no centro das articulações nacionais. Portanto colocando o seu papel num patamar de profunda significação para o País.

O resultado da reunião consubstanciou-se numa nota: “Proclamação do Povo Brasileiro”, que gostaria de ter, Sr. Presidente, para que ficasse registrada nos Anais do Congresso Nacional.

Brasília, 12 de setembro de 1991

PROCLAMAÇÃO AO POVO BRASILEIRO

1 — Como em outros momentos graves da vida nacional, os segmentos organizados da sociedade civil brasileira voltam a se mobilizar, certos de que o futuro da Nação, e a solução para os seus problemas, passam necessariamente pela participação da sociedade brasileira como um todo.

2 — Imramos-nos na certeza de que o respeito à Constituição e o empenho em lhe conferir plena eficácia mediante legislação que a complete, são condições indispensáveis para a existência, no Brasil, de um Estado Democrático de Direito. Quem não defende sua Constituição, não tem Constituição.

3 — Recusamo-nos a integrar, a massa das nações submersas na pobreza. A sociedade brasileira tem o direito de buscar soberanamente seu desenvolvimento econômico, que se mede pelos indicadores de bem-estar social. Rejeitamos qualquer modelo de crescimento econômico que penalize a maioria da população, negando-lhe condições de vida, exigida pela dignidade humana.

4 — Unidos em torno destas convicções fundamentais, decidimos nos articular de maneira permanente para aprofundar estas reflexões, definindo pontos de luta e reivindicações concretas indispensáveis. Nenhuma nação progrediu abandonando a cultura e a educação de seu povo, razão por que este setor é prioritário para garantir-se o futuro do país. Também prioritária é a política de democratização do conhecimento, do uso e do aproveitamento racional de sementes e da terra. Sem ela faltam alimentos, evazia-se o campo, medram, nas cidades, o caos e a violência. O atendimento às

necessidades básicas dos trabalhadores, em que se incluem o salário mínimo constitucional e a segurança no emprego, é pré-requisito impostergável a qualquer projeto de desenvolvimento econômico e social. São, estas, condições mínimas. Sem elas, qualquer ensaio de entendimento permaneceria no campo da retórica. Da mesma forma, o respeito ao mandato dos governantes legitimamente exercidos, que entendemos ser importante, sem prejuízo do direito à crítica.

5 — Mobilizados pela consciência de nossa responsabilidade histórica, afirmamos nosso direito de construir nosso próprio destino, e conclamamos, a todos os brasileiros, que se unam nessa tarefa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Paulo Mandarino.

O SR. PAULO MANDARINO (PDC — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, recentemente, a imprensa divulgou uma crítica da FEBRABAN — Federação Brasileira de Bancos — ao processo de centralização das contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço na Caixa Econômica Federal.

Essa matéria merece um registro especial, porque se há segmento da sociedade brasileira que durante muitos anos, graças à omissão das lideranças sindicais deste País, e também graças à omissão dos políticos, foi exatamente a rede bancária privada se locupletando com o fato de permanecer com os recursos, a custo zero, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, após cada depósito, durante 42 dias.

Ora, a centralização das contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço na Caixa Econômica Federal é uma consequência da Lei nº 8.139, exatamente para evitar que o grande prejudicado continue sendo o trabalhador, exatamente o trabalhador humilde, que tem mais de um emprego ao longo da sua vida, e muitos deles têm dois, três, quatro empregos por ano e, quando se aposentam, são incapazes de recolher esse Fundo, porque ele está absolutamente disperso em vários bancos.

Imaginem a situação da viúva ou dos menores dependentes de um trabalhador, que não tendo mais a sua carteira profissional em mãos, como poderão eles, dependentes, buscarem esses recursos dispersos em vários bancos? Ora, esse processo de centralização das contas, sobretudo das contas inativas, é matéria da maior importância para se moralizar a administração do Fundo.

Vem agora a Federação Brasileira de Bancos, FEBRABAN, exatamente representante do segmento que mais ganhou com isso, porque quem menos ganhou foi o trabalhador, porque o dinheiro não chegava, já que entrava corroído pela inflação, e não era suficiente para financiar habitação popular, como de fato não foi.

Num momento como esse da sociedade brasileira, vem a Febraban criticar a centralização dessas contas.

Deixo este registro e apelo, Sr. Presidente, para que a Câmara e o Senado realmente instalem — hoje tivemos a segunda reunião infrutífera — a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, que irá apurar todos os equívocos ocorridos na conta do FGTS.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista César Maia.

O SR. CÉSAR MAIA (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: na manhã de hoje, na Comissão de Orçamento, encaminhei solicitação ao Exmº Sr. Presidente, Senador Ronaldo Aragão, para a urgente constituição de um grupo de trabalho, com a finalidade de esclarecer elementos constantes do relatório do Conselheiro Homero Santos, do Tribunal de Contas, que indicam, nas contas do Governo, de 1990, que o Governo da República, em várias rubricas orçamentárias, gastou além do que estava previsto.

Diz o relatório do Conselheiro Homero Santos, na página 260:

“Doze fundos, embora não relacionados, no anexo da Lei Orçamentária, figuraram nas contas com valores expressivos nos respectivos balanços financeiros...”

Que fundos são esses, Sr. Presidente, que, segundo o Relator do Tribunal de Contas, utilizaram recursos sem autorização?

Em primeiro lugar, e de forma destacada, o Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT — com 250 bilhões de cruzeiros usados sem autorização; sem segundo lugar, o Fundo Geral de Turismo; em terceiro lugar, o Fundo Rotativo Habitacional de Brasília.

Inclusive, Sr. Presidente, são citados o Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados e o Fundo do Centro Gráfico do Senado Federal. Continua, Sr. Presidente, o relatório do Conselheiro Homero Santos:

“No exercício de 1990, diversas estatais extrapolaram os limites de investimentos autorizados pela lei orçamentária anual. Das 19 empresas, apenas 5 apresentaram justificativas. Foram ainda identificadas 51 empresas que ultrapassaram a nível de projeto e 70 a nível de subprojeto, ficando assim caracterizadas inobservâncias da legislação em vigor.”

Que empresas são essas, Sr. Presidente? São empresas como a Itaipu-Binacional, a Usiminas, Rede Federal de Armazéns-Gerais, Alumínio do Norte do Brasil, Alumínio Brasileiro S/A., Braspetro, e assim por diante. Pois bem, Sr. Presidente, se a lei orçamentária em nosso País é meramente autorizativa, pior porque, agora, nem as dotações orçamentárias são respeitadas. Do meu ponto de vista, acredito que esta Casa não poderá aprovar orçamento nenhum para 1992, sem que antes essas extrapolações orçamentárias, essas irregularidades sejam explicadas pelo Poder Executivo. O Presidente da Comissão de Orçamento, o Senador Ronaldo Aragão, em boa hora, decidiu construir esse grupo de trabalho, que espero constituído antes do término dos trabalhos da Comissão de Orçamento, esclareça devidamente essas irregularidades que, inclusive, colocam em cheque a própria relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, e desmoralizam o Orçamento da União.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, recente

nota emitida pela Comissão Executiva Nacional do PMDB expressou, de forma clara e inequívoca, o posicionamento responsável e conseqüente que o Partido assume neste momento em que o País vive a angústia e a perplexidade de uma crise econômica que persiste e se aprofunda, cercada por dificuldades políticas que ganham proporções cada vez mais inquietantes.

O Presidente da República, ao convocar o Conselho da República, sinalizou ao País a dramaticidade e a dimensão da crise do Estado brasileiro. O Conselho da República tem a função constitucional de pronunciar-se sobre questões relevantes, relativas à estabilidade das instituições democráticas.

Como não há, aparentemente, visivelmente, nenhuma ameaça à estabilidade das instituições democráticas, só nos resta concluir, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que o Presidente da República detém informações secretas, reservadas, de alta gravidade e que, por certo, haverá de revelar na reunião do dia 17 de setembro.

A não ser isto, trata-se de uma irresponsabilidade política, Sr. Presidente, convocar o Conselho da República apenas para propor um conjunto de emendas à Constituição. O Conselho da República não é o foro, não é o lugar apropriado onde se possa levantar e propor questões dessa natureza. Em primeiro lugar, porque o Conselho da República só se pronuncia sobre questões institucionais; não se pronuncia a respeito de questões relativas à administração pública, à administração do Estado.

Por outro lado, se Sua Excelência o Senhor Presidente da República quer usar o clima, a emocionalidade, a gravidade da convocação de um Conselho dessa natureza para tentar impingir a reforma constitucional que pretende, também é uma irresponsabilidade, um ato inconseqüente.

Por isto, Sr. Presidente, nesta hora, embora não renunciando a uma disposição permanente ao diálogo, à discussão aberta dos problemas nacionais, preocupa-nos, muito, a convocação do Conselho da República sem nenhum motivo visível, sem nenhum motivo concreto que o justifique. Seria absolutamente injustificável, além de iníquo e ineficaz, tratar a questão apenas do ponto de vista restrito, expresso no conjunto de emendas à Constituição anunciado pelo Governo.

A recuperação da capacidade de investimento do Estado é apenas uma parte, embora essencial, de um amplo programa de iniciativas políticas, sociais e econômicas que poderiam vir a ser sustentadas por um acordo nacional abrangente e representativo. Essa medida está associada indeclinavelmente a uma sólida equilibrada política de rendas, mesmo que esta venha a ter um caráter transitório e gradualista.

Uma reforma modernizadora do Estado e uma política de estabilização de salários e preços, pelos sacrifícios que exigirão da sociedade brasileira, jamais serão eficazmente implementadas se não vierem acompanhadas, em etapas sucessivas e interligadas, de uma política social efetiva dirigida aos setores de baixa renda e aos desempregados, de um programa de investimentos em infra-estrutura capaz de abrir frentes de expansão econômica e alavancar o crescimento, de uma política de modernização e competitividade de que fortaleça e amplie o parque industrial brasileiro; de uma política de financiamento à agricultura que estimule a produção e a produtividade.

Há uma indissociável vinculação entre cada um dos pontos de abordagem das dificuldades econômicas por que passa o Brasil.

O PMDB se dispõe honesta e inequivocamente ao diálogo e ao entendimento nacional.

Não é possível, porém, que uma imensa mobilização das energias nacionais para um projeto de construção consensual seja desperdiçada em ações parciais e inconseqüentes, e tudo isso acabe na redoma restrita do Conselho da República.

Coerentes com nossa história e nossa tradição, mais uma vez assumimos plenamente nossos compromissos e nossas responsabilidades perante o presente e o futuro do País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Aloízio Mercadante.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, durante a campanha presidencial, em muitas ocasiões, fui obrigado a me defrontar com uma colega de banco da escola, na Universidade de São Paulo, Sr^a Zélia Cardoso de Mello.

Ao longo das nossas vidas, fomos escolhendo caminhos diferentes, ela aderindo à campanha do Presidente Fernando Collor de Mello e depois ministra desse Governo. Iniciou seu mandato, impondo à sociedade imensos sacrifícios. Só o confisco da poupança gerou, para inúmeras famílias da nossa sociedade, para empresas e instituições, dificuldades imensas. Foi, evidentemente, um tempo de grandes dificuldades econômicas.

No entanto, hoje de manhã, ao abrir o jornal *O Estado de S. Paulo* e verificar que pairam sobre a ex-Ministra Zélia graves acusações de participação em vários fatos que atentam contra o zelo do Tesouro Nacional e que, sobre a equipe econômica de então, há acusações de corrupção, tomei a iniciativa de encaminhar um requerimento à Comissão Mista de Orçamento, juntamente com o Senador Eduardo Suplicy, requerendo a presença da ex-Ministra, para que ela possa explicar as seguintes acusações: em primeiro lugar, o último dia de sua gestão, foi autorizado o pagamento de uma dívida dos usineiros da região Nordeste pelo Banco do Brasil a um banco inglês no valor de 85 milhões de dólares. Em relação a essa dívida já havia um acordo no sentido de que o pagamento seria inferior. Teria havido, assim, um desvio, para um caixa paralelo, da ordem de 20 milhões de dólares. Em segundo lugar, há a questão das operações de compra de ações das empresas Sade, de Nelson Tanure, que a própria Ministra reconhece como sendo um amigo, tendo participado, inclusive, da última viagem dela aos Estados Unidos, às praias da Califórnia. Um fundo de pensão teria sido pressionado pelo Ministério para adquirir ações da referida empresa.

Em terceiro lugar, há o caso das transações envolvendo a Previ do Banco do Brasil na compra do imóvel situado na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini do Grupo Pão de Açúcar, uma transação da ordem de 55 milhões de dólares com uma caixinha da ordem de 2,5% do valor da transação. Há, ainda, a acusação de recebimento de comissão, nessa transação da compra, da ordem de 2,5% através de uma empresa de consultoria. O conjunto dessas acusações e mais operações ligadas à compra de café na Bolsa de Valores de Nova Iorque trazem uma sombra muito pesada para a antiga equipe econômica.

Espero que, na presença da Comissão de Finanças e Orçamento deste Congresso, a ex-Ministra preste os esclarecimentos devidos, para que possamos manter as profundas divergências políticas em relação aos serviços que prestou a esse Gover-

no, que pouco tem contribuído com a história econômica, social e política da República, embora, na minha expectativa, essas divergências não cheguem a comprometer a ética política dessa equipe e da própria ex-Ministra. Anuncio, portanto, que quero ir a fundo nessa investigação, ainda com a expectativa de que a ex-Ministra possa comprovar que não tem qualquer participação nas graves acusações que são feitas hoje pelo jornal *O Estado de S. Paulo* à figura de Zélia Cardoso de Mello. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Ivo Mainardi.

O SR. IVO MAINARDI (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, o Presidente Collor está tentando desesperadamente se articular com os mais variados setores representativos da sociedade, na busca de uma coalisão política, para salvar o seu Governo e o País de uma das crises sócio-econômicas mais agudas e profundas de que se tem notícia na história do Brasil.

Para aqueles que não esqueceram a postura autoritária e orgulhosa do Presidente quando sua excelência assumiu o poder — e até bem pouco tempo atrás —, centralizando totalmente as decisões, colocando-se como único e grande salvador da pátria, subestimando e isolando-se do Congresso Nacional — numa demonstração primária de desconhecimento das regras do jogo democrático —, fica claro que esse giro de 180 graus de sua praxis política é resultado do desespero daqueles que, mais cedo ou mais tarde, aprendem que é impossível governar sozinho, ilhado num castelo de idéias onipotentes e oniscientes às quais ninguém tem acesso. O Presidente, em seu afã juvenil, sonhou com a glória dos louros do Olympus, supondo que poderia ser rei e benfeitor absoluto a despeito de tudo e de todos. Agora, ao que tudo indica, despertou!

Sabe que sua popularidade vem despencando, que suas decisões políticas têm sido coroadas de fracassos e que sua postura de empáfia já não seduz mais ninguém. Inteligente como é, percebeu a necessidade de rever as coisas, admitiu finalmente que estava equivocado e deseja agora o apoio de lideranças políticas, intelectuais, sindicais e empresariais da Nação.

Esta tomada de consciência deve ser valorizada e devidamente analisada pois quem provavelmente colherá os frutos desse processo de amadurecimento será a população brasileira.

Senhor Presidente! Gostaria de, aproveitando a recente onda de lucidez do Sr. Fernando Collor de Mello, levantar minha voz mais uma vez com relação à questão da agricultura. Não seria demais ressaltar que, se o esforço conjunto que ele agora acredita necessário, deve ser em prol do desenvolvimento do País, este está diretamente ligado à alimentação do seu povo. A fome é um fantasma que assombra milhões de brasileiros! O Brasil em pouco tempo passou da auto-suficiência à mais absoluta escassez de produtos alimentícios. A safra nacional desse ano, conforme várias matérias publicadas na imprensa, foi quase igual a do ano passado, significando 8 milhões de toneladas a menos do que o necessário para o abastecimento interno. Para uma Nação historicamente agrícola, com uma área cultivável superior a muitos países desenvolvidos, a importação de alimentos é o atestado da incapacidade oficial na administração da política agrícola.

Senhoras e Senhores Deputados! Já no ano passado o Ministério da Agricultura havia sido contemplado com poucos recursos do Orçamento — 1,84% — para esse ano. E para

1992 foi destinada uma verba ainda mais magra — 1,47%! Como pode, senhores parlamentares, um País com milhões de pessoas morrendo de fome destinar quase nada à produção de alimentos?

Contudo, a inadimplência dos produtores devido, principalmente a falta de recursos adequados, não arrefeceu os ânimos daqueles que trabalham a terra. Fato curioso! Apesar da ausência total de incentivos substanciais a produtividade de muitas culturas aumentou! O trigo gaúcho é um exemplo! Sua produtividade deverá crescer em média 7% apesar de área da plantio ter sido reduzida em quase 30%. Tal dado nos permite constatar um esforço heróico da classe produtora rural no sentido de se manter trabalhando, investindo e melhorando o nível de produção. Como pode o Governo não se irmanar com tamanha demonstração de honradez, cidadania e coragem por parte de uma parcela tão grande e significativa, social e economicamente, da população deste País?

Deixo aqui registrado, mais uma vez, meu apelo para que as autoridades executivas voltem a investir massivamente na produção de alimentos. Os produtores precisam trabalhar! O Brasil necessita sair da situação de humilhação em que se encontra perante a comunidade internacional! Precisa evitar que seus filhos continuem morrendo de fome!

Por seu tamanho, clima, sistema hidrográfico e vontade do povo trabalhador, o Brasil poderia vir a ser tranquilamente o celeiro do mundo! É um sonho possível. Vamos trabalhar para isso!

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PFL — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o jornalista Evandro Carlos de Andrade publicou artigo domingo último no jornal *O Globo* intitulado “Você está sendo roubado”. Analisa um dos problemas mais atuais da realidade econômica brasileira, que é a diferença entre o dispêndio da empresa com o salário do trabalhador e o montante por ele recebido a título de salário.

Para cada Cr\$100,00 de salário recebido pelo trabalhador, a empresa despende aproximadamente Cr\$230,00. Como consequência, embora o salário do trabalhador brasileiro seja um dos mais baixos do mundo, o seu custo para a empresa brasileira é tão elevado quanto nos países mais desenvolvidos.

Essa situação existe porque o Estado criou várias contribuições que tiveram o salário como base de cálculo. Sobre a folha de salário, existem hoje Contribuição Previdenciária, FGTS, salário educação, salário: família e uma série de outras contribuições para fiscais.

As contribuições mencionadas foram criadas com o objetivo de propiciar ao trabalhador aposentadoria digna, serviços de educação e saúde eficientes, participação no crescimento econômico, formação técnica, garantia no momento do desemprego.

Entretanto, Sr. Presidente, as chamadas contribuições sociais passaram a ser administradas sem qualquer critério e muitas delas aplicadas visando exclusivamente ao interesse do Estado e não ao interesse do trabalhador.

Sobre a folha de salário do trabalhador incide o salário de educação e o trabalhador não tem escolas e quando as tem o ensino é de péssima qualidade. Sobre a folha de salário incide a contribuição do INSS e os serviços da previdência são considerados os piores do mundo. O FGTS está pratica-

mente falido, porque foi utilizado para fazer empréstimos a entidades públicas historicamente caloteiras.

O jornalista Evandro Carlos de Andrade mostra que o trabalhador poderia ter o seu salário amplamente aumentado, sem implicar qualquer elevação de custo para a empresa, caso esses “penduricalhos” fossem eliminados ou, pelo menos, fossem racionalmente reestruturados, objetivando inclusive não onerar a folha de salários.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou elaborando um trabalho a respeito da para fiscalidade, para trazer a público as enormes distorções que ocorrem na área. Antes mesmo da sua conclusão, desejo fazer incluir, nos Anais do Congresso Nacional, o brilhante artigo do jornalista Evandro Carlos de Andrade, sobre aquele que considero, atualmente, um dos mais sérios problemas das finanças públicas brasileiras.

VOCÊ ESTÁ SENDO ROUBADO

Evandro Carlos de Andrade

Se o prezado leitor é assalariado e o patrão é pontual, seu contracheque entrou semana passada. Pouco, não é? É. Mas não é o seu salário verdadeiro. Embora talvez continuasse insatisfatório se lhe chegasse inteirinho às mãos, o fato é que o salário verdadeiro é (ou pelo menos poderia ser) uns trinta ou quarenta por cento maior. E você poderia recebê-lo sem que, para pagar, seu patrão gastasse um centavo a mais.

Infelizmente para você, porém, a lei o obriga a destinar essa quase metade do que recebe à ineficiência burocrática do Estado, que lhe promete apenas devolver uma parte disso em atendimento assistencial de péssima qualidade, aposentadoria miserável e, ao ser despedido ou ao aposentar-se, recuperação parcial de uma poupança, já que esse mesmo Estado lhe afanou outra parte, por meio das correções monetárias fajutas.

Em compensação, com o suor do seu trabalho assim extorquido sem que o ouvissem a respeito, você sustenta dezenas de milhares de servidores mal pagos e dispostos às greves remuneradas e à inércia funcional e muitas centenas de marajás muito bem dispostos a não fazerem coisa alguma.

E não estamos falando de impostos, que são outro departamento, também vicioso e que será mencionado a seguir. Quer dizer: você poderia botar no bolso um salário significativamente aumentado e dele separar o que lhe conviesse para cuidar da assistência médica sua e da sua família, e da futura aposentadoria. Tem alguma dúvida de que sairia tudo melhor e mais barato — se não lhe coubesse carregar às costas, como um burro, os jacás do parasitismo oficial?

Tratemos agora do outro jacá, o dos impostos. Diretos ou indiretos (embutidos nos preços) — você é quem paga todos eles. Com a agravante de que grande parte você paga, mas não entra nos cofres públicos. Porque o sistema fiscal em vigor está baseado na mais perversa das organizações, que poderia ser chamada de sistema de sonegação obrigatória. Se, em vez de assalariado, o prezado leitor é pequeno ou médio empresário, está careca de saber disso: é impossível pagar todos os impostos a que se está obrigado. São tantos, as taxas são tão altas, que você resolve correr o risco relativo de sonegar digamos algo em torno de dois terços dos impostos devidos (é como se dizia antigamente do registro da coleta de passagens nos bondes: uma para a Light, duas para o condutor).

Por que risco relativo? Porque está de acordo com as tabelas de suborno ora vigentes, que garantem também o

bem-estar e até os fiscais corretos costumam ser afastados do front e mantidos em posições burocráticas.

Grandes empresas e sobretudo as multinacionais têm menos chance de sonegar. Os volumes seriam fantásticos; o escândalo, arrasador — e afinal de contas o Estado, em suas várias configurações, precisa salvar a face, pois não lhe basta o dinheiro que arranca mensal e automaticamente dos assalariados, com o Imposto de Renda.

Portanto, meu amigo, estão levando o seu. É muito. E todo dia.

Agora, não leve a mal se eu disser que o culpado é mesmo o caro amigo. Porque, quando votou e elegeu, para o Executivo e o Legislativo, não parou para pensar se aquele seu escolhido estava disposto a dar um paradeiro nisso, a cuidar com honestidade da sua contribuição e a lhe conferir o direito democrático de escolher em que é que você deseja aplicar o fruto do seu trabalho.

Não me venha dizer que a roubalheira é inerente ao regime democrático e às liberdades públicas — irritante desculpa que hoje se ouve até de gente correta e bem informada. Não é uma fatalidade. Dou exemplos: os Estados do Ceará e do Paraná tiveram, no período anterior, governos assinados pela probidade e pela eficiência. Tasso Jereissati, no Ceará, e Álvaro Dias, no Paraná, elegeram seus candidatos em campanhas pobres e sem promessas demagógicas, e os sucessores continuam a honrar a investidura. Portanto, o povo soube reconhecer o administrador honesto e eficiente mesmo que esse desprezasse as irritantes técnicas de marketing que hoje parece constituírem a preocupação única de tantos detentores do poder.

Agora mesmo, o Governador de Santa Catarina dá sinais de que se inclui nesse lamentavelmente restrito grupo de políticos que merecem o respeito do povo. Por mais pessimista que sejamos, sempre vale a pena alimentar a esperança de que essa espécie rara prolifere. Quando nada para que o seu dinheiro, assim como o do vizinho, seja respeitado.

Evandro Carlos de Andrade é Diretor de Redação do O Globo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Félix Mendonça.

O SR. FÉLIX MENDONÇA (PTB — BA. Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, registro, com grande satisfação, a instalação da Comarca no Município de Cristópolis, no oeste do Estado da Bahia. O evento contou com a presença do Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Desembargador Mário Albani Alves, e do Prefeito Lírio Miranda, que teve valiosa participação na instalação da Comarca, há muito reivindicada pela comunidade dos municípios beneficiados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista João Mendes.

O SR. JOÃO MENDES (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, Abelardo, teólogo e filósofo francês que viveu no século XI, escreveu um tratado ético que ficou muito conhecido, por ter como princípio fundamental que a moralidade das ações humanas reside na vontade; apesar de todo o tempo decorrido entre o lançamento daquela obra e os dias de hoje, esse conceito, de alto valor judicioso, continua atual como nunca.

Principalmente em nosso País, Sr. Presidente, ressoa-se a sociedade de uma espécie de “pacto de nacionalismo”, mas não aquele nacionalismo piegas, oportunístico e que, no fundo, não tem como princípio básico a defesa dos mais legítimos interesses nacionais, mas aquele nacionalismo autêntico, que decorre da Ética.

A Nação, em verdade, acha-se inteiramente entregue à sanha de pessoas oportunistas, verdadeiros fariseus da era moderna, autênticos “abutres” da democracia, aproveitadores da perplexidade em que se acha mergulhada a nossa sociedade, e que não podem ser confundidos com nacionalistas verdadeiros porque jamais foram patriotas.

Enquanto a sociedade se debate na maior crise de toda sua história, Sr. Presidente, somos de opinião que o Brasil e os brasileiros devem aproveitar a estupenda lição que nos chega do Leste Europeu, e, em especial, do povo russo, que, por meio de ação firme e decisiva de suas massas, está mudando a face do mundo.

O poder que corrompe e que não está colocado a serviço das transformações sociais necessárias e urgentes, deve, por isso mesmo, ser substituído pelo poder democrático, em que se dê ao povo a oportunidade de decidir sobre seu próprio destino; no dia em que se fizer isso no Brasil, Sr. Presidente, não apenas a corrupção política e administrativa será banida do mapa, mas será possível curar sem traumas, todas as nossas mazelas.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Luiz Gushiken.

O SR. LUIZ GUSHIKEN (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, quero chamar a atenção desta Casa para o significado da greve dos bancários e petroleiros, em curso em todo o País, neste momento.

Em primeiro lugar, quero ressaltar que esta greve só começou porque o governo e os banqueiros não aceitaram negociar seriamente, o que forçou as categorias a optarem pela paralisação.

Este impasse se deve à ganância dos banqueiros, que em nosso País, agem como agiotas, aplicando políticas salariais quase escravistas, e atuando como parasitas do setor produtivo da economia nacional.

A situação é também fruto da subserviência do Governo Collor ao capital internacional que exige, neste momento, a liquidação das duas mais tradicionais instituições financeiras do País: o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

A direção destas instituições alega falta de recursos para custear uma política salarial mais digna. Mas não consegue esconder a generosidade suspeita com que a diretoria do Banco do Brasil trata determinados usineiros, perdendo dívidas que alcançam milhões de dólares. Como tampouco consegue esconder o escandaloso contrato firmado entre a CEF e a Interbank, através do qual a Caixa paga, com supersalários, serviços que poderiam ser realizados por seu próprio corpo funcional.

À população, cabe compreender que os possíveis transtornos são de responsabilidade do governo e dos banqueiros. E que a derrota da política econômica de arrocho salarial e recessão interessa à grande maioria do povo.

Aos bancários e as suas organizações sindicais cabe realizar a mais absoluta unidade de ação, pois este é um fator decisivo na mobilização que deve ter por objetivo paralisar

totalmente o sistema bancário, tendo claro que esta é uma condição importante para forçar negociações sérias e produtivas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Vasco Furlan.

O SR. VASCO FURLAN (PDS — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, houve tempo em que a Polícia Rodoviária Federal era uma elite, equipada com viaturas compatíveis com o serviço e com um material humano condizente com a função de fiscalizar, orientar, socorrer e, se necessário, colaborar com outros segmentos policiais, quando chamados.

Não que esta tenha deixado de ser, em tese, a ocupação primordial do PRF, mas, as viaturas, os equipamentos (macas, guinchos, radares, bafômetros, binóculos) estão hoje aquém das necessidades, tanto em número, quanto em modernização.

Vou me reportar ao Estado de Santa Catarina, onde existem 1.842km de malha rodoviária federal.

Lá, Sr. Presidente, para policiar as BR 101, 116, 153, 158, 282 e 470, o 16º DRF, hoje do Ministério da Justiça, conta com apenas 150 PRF em trabalho de campo.

Das 58 viaturas, metade com mais de dez anos de uso.

Santa Catarina teve desativados quatro postos rodoviários, já depredados pelo não-uso.

É óbvio, Srs. Congressistas, que essas insuficiências acima apontadas, somada à reduzida quota de combustível e os poucos recursos financeiros para serviços extraordinários — sem falar na remuneração dos policiais — vem determinando um atendimento ineficiente, quase precário.

O saldo é um comprometimento da segurança do trânsito, principalmente nas BR 282, 116 e a campeã de acidentes no Sul, a BR 101.

Se o Governo não tem recursos para duplicar a BR-101, que ao menos intensifique o policiamento preventivo nessa rodovia de alta periculosidade.

É apenas um exemplo, para chamar a atenção do Ministério da Justiça, já interpelado pelas Câmaras de Vereadores e pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina, que já não mais se conformam em ter que aceitar o fato de que hoje, em 1991, a ação da polícia rodoviária naquele Estado, esteja pior do que há dez anos atrás.

Por isso, é de nosso dever fazermos coro com a edilidade catarinense e com os deputados estaduais, que nos acionam aqui em Brasília, no sentido de reclamar uma atuação mais eficaz, eficiente e moderna, por parte dessa corporação, lá no meu Estado de Santa Catarina.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER (Bloco — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, está na Constituição: “a Saúde é um direito de todos e um dever do Estado”. E mais: “o acesso a qualquer serviço de saúde deve ser igualitário”. Foi uma conquista dos brasileiros do ponto de vista dos seus direitos básicos, agora terá de ser na prática, com a universalização do atendimento, sem qualquer distorção ou discriminação. Para isso, mais do que recursos, é preciso uma visão mais moderna do administrador.

É isto que está acontecendo hoje com a Saúde brasileira. Ainda defasada em termos de infra-estrutura, carente de re-

ursos, mas com outra mentalidade a nível de gerenciamento e com um instrumento decisivo para correção de todas as distorções: o Sistema Único de Saúde — SUS.

Descentralizado e com direção única em cada esfera de Governo, o Sistema Único de Saúde a cada dia vem sendo aperfeiçoado para cumprir sua meta constitucional. Uma demonstração desse processo de correção de rumo acaba de ser dado pelo Presidente do Inamps, Ricardo Akel, ao consolidar a gratuidade em todos os hospitais do SUS. Ou seja, o paciente através da Autorização de Internação Hospitalar terá todos os serviços gratuitos, independente do tipo de acomodação que lhe oferecer o hospital, seja quarto ou enfermaria.

A medida está respaldada em portaria do Ministério da Saúde, já publicada no **Diário Oficial** da União e já implantada na rede hospitalar do Paraná, devendo ser estendida ao resto do País, com a determinação e o empenho do Ministro Alceni Guerra. Com isso, o usuário ganha atendimento igualitário, sem ter de “pagar por fora” por algum serviço extra, como o internamento em quartos ou até mesmo por medicamentos ou anestesia.

Este é o registro que queríamos fazer para ressaltar a importância do bom gerenciamento no tratamento da coisa pública. O bom administrador é aquele que busca soluções simples mas efetivas. O bom administrador é aquele que não se desculpa com a falta de recursos ou pessoal, mas aquele que busca a racionalidade e a eficiência com o que dispõe.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT⁸ — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, venho a esta tribuna denunciar que o ex-Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Amaral de Souza, no ano de 1982, queimou todos os arquivos do fichário do então DOPS.

Sr. Presidente, enviei um ofício para a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, solicitando que o ex-Governador seja convidado para depor nesta Comissão, com a finalidade de explicar a sua atitude de ter sumido com os fichários.

Ainda hoje há muitos pesquisadores e familiares em busca de informações dos desaparecidos políticos e é um dever cívico que a geração de hoje permita que aqueles que lutaram e morreram na busca da democracia sejam identificados.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ficamos estarelecidos ao constatar, em nosso estado, que agricultores sem terra estão fichados no Serviço Central de Informações, órgão vinculado à Secretaria de Segurança Pública do Governo Estadual. Isto demonstra claramente a manutenção de um “DOPS paralelo” em pleno Governo Collares.

Meu muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista José Carlos Sabóia.

O SR. JOSÉ CARLOS SABÓIA (PSB — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, os bancários, petroleiros e petroquímicos do País estão em greve, mobilizando um total de 800 mil trabalhadores em campanha unificada pela reposição das perdas salariais sofridas desde 1989.

A cada greve realizada nos últimos dois anos, é como se o País fosse obrigado a ver a sua cara. Cada vez mais

desbotada, desnutrida, ela indica a queda avassaladora da qualidade de vida, a dilapidação irresponsável de instituições e de seus recursos humanos.

A cada greve as categorias mobilizadas nos lembram que já deram sua cota de sacrifício a todos os planos mirabolantes contra a inflação e que, se ele valeu para alguma coisa, não foi para estabilizar a economia e sim para manter os altos lucros auferidos por seus patrões.

A situação não é de agora, mas os dados referentes apenas ao governo Collor demonstram com clareza quais são os perdedores de sua política recessiva. Entre janeiro de 1990 e março de 1991, o sistema bancário despediu 92.155 trabalhadores. Entre setembro de 1989 e agosto de 1991, para uma inflação de 21.970,05%, os salários dos bancários tiveram reajustes que atingiram 5.387,67%. Isso com muitas greves, duras negociações, para conseguir que os salários estejam hoje valendo um quarto do valor de dois anos atrás.

Dos 650 mil bancários do país, 50,6% ganham até três salários mínimos e 40,9% entre três e dez salários mínimos.

Os bancos vão bem, sempre saudáveis como a inflação que alimenta seus lucros. Após muita choradeira sobre as perdas que teriam neste semestre, eis que a publicação dos balanços semestrais de 1991 revelam um crescimento do lucro líquido de fazer inveja aos pequenos e médios empresários, postos à míngua pela impossibilidade de recorrer aos empréstimos bancários. Dentre os bancos privados, em olímpico primeiro lugar está o Bradesco, com 28,2 bilhões de cruzeiros de lucro líquido. À frente dele, apenas o Banespa, com 29 bilhões, e o Banco do Brasil, com 61,5 bilhões.

O caso do Banco do Brasil é exemplar. Alvo preferido das autoridades interessadas em privatizá-lo, desde 1979, com o início das seguidas políticas econômicas de estabilização assumidas internamente para fazer frente ao estrangulamento da dívida externa e conseguir dinheiro novo, o Banco do Brasil tem sido usado de dupla maneira. Para desmontagem das políticas de governo em relação à agricultura e, simultaneamente, pelo esvaziamento de suas funções, para denegrir a imagem da instituição. Campanhas seguidas ao longo dos últimos anos tentaram acuar os bancários como marajás do serviço público. Na política de arrocho salarial generalizado, eles foram sempre apresentados como os mais bem pagos através da divulgação de tabelas falaciosas. Muitos de nós já subimos a esta tribuna para denunciar a manipulação oficial dos dados de gasto com a folha de pagamento. Em alguns momentos, como em maio de 1989, os bancários foram tão acuados pelo então ministro Mailson da Nóbrega, que abdicaram de lutar por seus salários quando verificaram que esta luta estava sendo usada para destruir a instituição.

O resultado dessa história toda está aí. Entrar hoje no Banco do Brasil, por concurso, como escrivão, significa receber pouco mais de 90 mil cruzeiros de salário. Este é o piso atual. Com perdas acumuladas de 510% desde 90, o Banco começou a negociar oferecendo 15% em setembro e outros 15 em novembro. Depois aumentou a proposta para, respectivamente, 40% e 40%. Estes índices, no entanto, não seriam para os totais dos salários, mas apenas para o pagamento-base das funções, excluídos os comissionamentos. É bom lembrar com toda clareza que os índices reivindicados não se referem a aumento real, mas a reposição de perdas. Como aceitar que, a uma inflação de 15% ao mês, o Banco do Brasil comece uma negociação propondo 15% para perdas referentes a um ano?

Este é o índice do desrespeito, da chacota. É o índice que revela o conteúdo da política econômica do governo Collor em relação aos assalariados de modo geral.

O Partido Socialista Brasileiro faz questão de registrar total solidariedade ao movimento grevista pela reposição das perdas salariais. Todos devemos ter a clareza de reconhecer que é nesta resistência que há alguma possibilidade de evitar o aniquilamento do mercado de trabalho e o aviltamento irreparável das condições de vida da população.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, se na área econômica o País ainda não conseguiu superar alguns constrangimentos sérios — como é o caso da dívida externa e também das altas taxas de inflação provocadas pelo déficit das contas públicas — na área agrícola a situação não é menos inquietante.

Estamos nos aproximando perigosamente da escassez de alimentos básicos aliada à forte alta de preços dos produtos agrícolas a nível do consumidor final.

A última colheita revelou que a safra não correspondeu aos estímulos do Governo: 57 milhões de toneladas de grãos. E a expectativa para 1992 é de que esse número se repita, com alguma diferença a maior ou menor.

O que teria provocado essa retração da produção? Para alguns observadores, o crédito que chegou fora de hora; a falta de preços compensatórios a nível do produtor; uma política financeira madrastra que puniu, linearmente, os produtores inadimplentes desde as últimas safras, não lhes permitindo as operações de consolidação de passivo (*stand by*) — como foi o caso de produtores de soja, no sul e Centro-Oeste, e de produtores de cana-de-açúcar no Nordeste — restringindo o acesso às linhas de crédito apenas aos produtores rigorosamente em dia com a Banca privada e oficial.

Estudo agora divulgado e elaborado por Luís Antônio Pinazza, diretor da

Agrocere, e Regis Alimandro, da Fundação Getúlio Vargas, aponta para “um cenário de alto risco à agricultura brasileira, na próxima safra de 92”.

Para o País tornar-se auto-suficiente na produção de grãos — e temos espaço para isto — teríamos de acrescentar mais 10 milhões de hectares à área cultivada até o ano 2000.

O Senhor Presidente da República, Doutor Fernando Collor de Mello, já foi alertado para esse risco pelos produtores sulistas e, como político identificado com os problemas regionais do Nordeste, acompanha a situação das lavouras de milho, algodão e cana-de-açúcar nessa região, que, pelas suas características de solo e clima, tem de receber atenção e tratamento privilegiados do Governo Federal.

Sei que o Ministro Antônio Cabrera Mano Filho é sensível ao problema e tem-se preocupado com o aumento dos níveis de produção e produtividade agrícolas no País, pedindo crédito tempestivo e sugerindo a liberação de preços ao nível do produtor, bem como as garantias mínimas ao produtor que se arrisca, a despeito da adversidade do solo e do clima.

Houve até mesmo uma recuperação do PIB agrícola de 89 para 90, apesar de sua queda desde 1986.

Arroz, feijão, milho, soja, trigo, cana-de-açúcar são alguns dos produtos que têm de ser acompanhados pelo Governo, na assistência direta aos produtores.

Em todos os países do Hemisfério Norte, o que se observa é uma política de crédito e de preços que subsidia fortemente o produtor rural, ampliando-lhe as margens de negociação de sua safra, facilitando-lhe o acesso ao crédito e aos insumos básicos, e, em muitos casos, perdendo velhas dívidas ou reescalando-as sucessivamente sem a “espada de Dâmo-cles” dos juros hamburgueses — juros sobre juros, mais correção monetária, que não têm fim e endividam e inviabilizam o produtor rural, além de desestimulá-lo a novos plantios.

Desta tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, faço um apelo ao Presidente Collor de Mello e ao Ministro Cabrera Mano para que, juntos, ampliem na área econômico-financeira os estímulos aos produtores e autorizem a tempestividade de créditos e assistência técnica, a fim de que o País não chegue à situação trágica de ter de importar comida, a partir de 1992.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Euler Ribeiro, por 5 minutos.

Chamo a atenção dos Srs. Parlamentares de que a lista de presença acusa o comparecimento de 352 Srs. Deputados e 54 Srs. Senadores. Os painéis registram apenas 134 Srs. Deputados.

A presença na quinta-feira, dia do Congresso Nacional, é aquela registrada pelos painéis, tanto no Senado como na Câmara; e o veto que vamos apreciar hoje, para que os Srs. Parlamentares possam tomar conhecimento, teve encerrada a sua discussão em outubro do ano passado. Está, portanto, completando um ano.

O SR. EULER RIBEIRO (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, a Imprensa tem publicado, aqui e ali, sem identificar a origem, notícias de que o Ministro da Saúde, Doutor Alcení Guerra, estaria para ser afastado do cargo.

Temos vivido no Brasil, neste Governo, a prática da fritura, estimulada pelo próprio Palácio do Planalto. Quase sempre ela se confirma. Mas é certo que alguns aproveitadores, insatisfeitos com a atuação do Ministro Alcení Guerra — quem sabe porque S. Ex^a não os beneficiou como eles esperavam — podem estar adotando a mesma prática para tentar defenestrar o Doutor Alcení Guerra do Ministério da Saúde.

Parlamentar do PMDB, partido que faz oposição ao Governo, mas não faz oposição ao Brasil, como afirma o meu Líder, Deputado Genebaldo Correia, estou sinceramente à vontade para colocar-me do lado do Ministro Alcení Guerra, para situar-me francamente em posição de defesa de sua permanência no cargo de confiança que ocupa, desde o primeiro dia do Governo Fernando Collor, com eficiência, dignidade, probidade e muita dedicação.

Médico que sou há mais de 20 anos, Secretário de Saúde que fui em dois Governos no Estado do Amazonas, imagino as dificuldades que o Ministro Alcení Guerra enfrenta para cuidar da saúde de um país continental como o nosso, com falta quase que total de saneamento básico — esgotos e água em boas condições — com recursos escassos e enfrentando a pior crise de toda a sua história.

Por questão de justiça, dou um depoimento pessoal da visão do Ministro Alcení Guerra nas questões de saúde que lhe estão afetas.

Ao ser informado do primeiro caso de cólera no Peru, e sabedor das carências na infra-estrutura sanitária nos municí-

pios fronteiriços do Brasil com aquele País, procurei imediatamente o Ministro Alcení Guerra, que não conhecia, e falei-lhe de minhas preocupações. Já o encontrei preocupado com o problema e buscando soluções sem que tivesse os recursos suficientes. Conversamos a respeito e dispus-me a auxiliá-lo no que fosse possível.

Tive a honra de realizar com ele a primeira viagem que fez a Tabatinga, para conhecer pessoalmente as condições de saúde da região e vi a atenção com que se debruçou sobre o assunto.

O Ministro Alcení Guerra realizou mais seis viagens a Tabatinga. Numa delas, visitou o município de Atalaia do Norte, às margens do rio Javari, tornando-se o primeiro ministro brasileiro, em todos os tempos, a visitar aqueles municípios.

Equipes do Ministério da Saúde, por determinação do Ministro Alcení Guerra, estão permanente e ostensivamente trabalhando no Alto Solimões, demonstrando eficiência no cumprimento de seu dever.

Graças à rápida e eficiente ação do Ministro Alcení Guerra, o Brasil não registrou um só caso de óbito por cólera, desde que o atual surto apareceu no vizinho Peru.

A cada problema no campo da saúde que o Estado do Amazonas enfrenta, procuro o Ministro Alcení Guerra e as portas de seu gabinete estão permanentemente abertas. Há, sempre, uma solução para o problema, a despeito das dificuldades econômico-financeiras que o Brasil atravessa.

Poucas pessoas dedicam-se tanto e tão bem às suas tarefas como o Ministro Alcení Guerra o faz em relação ao Ministério da Saúde. Este é um depoimento que presto com a sinceridade e a verdade que me caracterizam e por questão de justiça.

Sei que outros parlamentares podem prestar idêntico depoimento pelas atenções que seus estados têm recebido do Ministro Alcení Guerra e de suas equipes de trabalho, os quais têm atuado, incansavelmente, para enfrentar e vencer — como tem ocorrido quase sempre — os problemas graves do setor de Saúde do nosso combalido país.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Wilson Cunha.

O SR. WILSON CUNHA (PTB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na qualidade simplesmente de líder comunitário, na presença de mais de 600 representantes e Presidentes de Associações Comunitárias do Vale do Jequitinhonha e todos os municípios do Norte de Minas Gerais, fui distinguido, condecorado e sagrado Grande Oficial da Ordem do Mérito Cultural Bernardo Sayão.

Naquele memorável encontro, que denominamos “Brasília no Norte de Minas” e estavam presentes também os técnicos e dirigentes de todos os órgãos e ministérios do Governo Federal e órgãos do Governo de Minas, deborando com o povo a problemática da sofrida região, o Grã-Mestre da Ordem do Mérito Cultural Bernardo Sayão, em ato solene, revestido de todo o protocolo e ritual da Entidade, entregou-me a vestidura, a Medalha e o Diploma dessa Instituição apartidária, eclética e destinada ao apoio e a convivência no sentido mais amplo e mais elevado da cultura, nas mais diferentes manifestações da expressão humana.

Sr. Presidente e Senhores Deputados, naquele 21 de junho, frente ao meu povo e autoridades, recebi também o compromisso de comandar uma região de homens, desarma-

dos no sentido bélico mas armados do convívio fraterno, e assim coordenar todos os esforços necessários para o desenvolvimento não só material mas também cultural da região do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas.

A condecoração que me foi entregue, em dia memorável da história da cidade de Porteirinha, em autêntico rito nobilitante, fez-me, de simples plebeu, Cavaleiro, burguês e aristocrata, defensor da Cultura e defensor da Paz Universal, mas também defensor do desenvolvimento e da expansão da minha região.

De fato, Senhor Presidente e Senhores Deputados, neste momento crucial de definição política, de indefinição de rumos a seguir, antes de tudo, precisamos retornar aos princípios, à nobreza dos costumes que inspiraram os bravos Cavaleiros da Idade Média, nos seus atos de coragem, de amor à terra e de bravura indômita.

Se fisicamente não pertencemos a uma Távola Redonda, também não podemos negar que estamos todos iguais e irmanados na defesa dos valores nacionais e universais da concórdia e da Paz.

E assim Senhor Presidente e Senhores Deputados, formamos a legião desarmada, amante dos princípios mais nobres que podem coroar o espírito humano.

Também registro, Senhor Presidente, para os Anais desta casa a sagração de outros novos membros da Ordem do Mérito Cultural Bernardo Sayão, em solenidade realizada no último dia 5 de setembro, no Clube do Congresso, quando recebeu a comenda no grau de Grã-Cruz o empresário Bernardo Monteverde, também pioneiro e construtor de Brasília como o foi Bernardo Sayão. Catarinense de Joinville, Bernardo Monteverde apaixonou-se por Brasília desde os seus primórdios, entregando-se, dentro de uma vida de atividades construtivas, à tarefa de ajudar a erguer os alicerces desta cidade, disseminando pelos seus recantos as sementes do progresso e dos bons exemplos. Bernardo Monteverde, além de outros títulos, ostenta pergaminho que recebeu das mãos do Presidente Juscelino Kubitschek, manifestando gratidão por haver contribuído para a inauguração da Nova Capital do Brasil.

E para que os pósteros conheçam o pensamento que norteia o seu ideal de luta, pedimos, Senhor Presidente, que se transcreva para os Anais deste Parlamento o discurso com que Bernardo Monteverde, em nome dos agraciados, registrou o seu momento naquela solenidade.

(DISCURSO A QUE SE REFERE O ORADOR.)

Senhores Senadores, Deputados e demais autoridades;
Senhores Agraciados;
Senhores Presidentes e Representantes de Entidades Co-Irmãs;
Senhores membros da Ordem Cultural Bernardo Sayão;
Exm^a Sr^a Ilda Cabral Carvalho de Araújo, viúva de Bernardo Sayão;
Minhas senhoras e senhores,

É para nós, nesta noite memorável, motivo de grande júbilo e honra termos sido agraciados com o distinto título de Grã-Cruz da Ordem cujo patrono, Bernardo Sayão, é hoje merecidamente reconhecido como um dos mais audaciosos, persistentes e inovadores brasileiros e, mais ainda, termos recebido a incumbência de aqui representar todos os agraciados deste dia, imensurável responsabilidade que, dentro de nossas limitações, tentaremos assumir a contento.

Portanto, meus senhores e senhoras; este é um momento de grande emoção, instante em que rememoramos aquele que foi símbolo de uma nação, ansiosa por conhecer-se a si mesma, e que não mediu esforços, nem sacrifícios, na busca da concretização desses ideais de progresso e prosperidade. Para isso empunhou o estandarte da luta ferrenha contra as forças da natureza mata adentro, rasgando caminhos, interligando zonas inóspitas, lutando lado a lado com os que o seguiam, imbuídos do mesmo espírito desbravador.

E o reflexo de todo esse empenho se traduz hoje na Belém—Brasília, sonho de Sayão, e na grande Brasília, uma das mais modernas e belas capitais do mundo, alicerçada no suor do trabalho de homens de estirpe como Juscelino Kubitschek, Lúcio Costa, Israel Pinheiro, Oscar Niemeyer, Burl Marx e tantos outros nomes incontáveis; alguns já não mais estando entre nós, todavia, lembrados com saudade por terem partido deixando um legado e a semente de um ideal de amor à pátria em que nasceram, através da difusão de suas idéias ou dos filhos, companheiros e seguidores, que dão continuidade a seus esforços e a sua obra. Como exemplo podemos citar nossos confrades, o Exm^o Sr. Governador Joaquim Roriz, a Vice-Governadora Márcia Kubitschek, a Secretária de Estado Elizabeth Garcia Campos, a Professora Léa Sayão, o Grã-Mestre Miguel Cruz e Silva, o Ministro Nilton Rossi, o Reverendo Roque, e tantos outros agraciados com os títulos da nossa ordem, além dos incontáveis benfeitores desta pátria, espalhados por sua vastidão continental e que tanto têm se empenhado por seu desenvolvimento e progresso. Portanto, não existem palavras nem adjetivos suficientes para qualificar estes seres predestinados, dotados de elevada capacidade altruística e construtiva; não existem palavras para exaltar Sayão, também não existem para o exemplo de sua família, extensão e apoio para o ideal que defendia, tão brilhantemente retratado na obra "Meu Pai, Bernardo Sayão", de autoria de sua filha Léa.

Para quem teve o privilégio de conhecer este Bandeirante contemporâneo, como tivemos nos idos de 1942, este livro traz doces e gratas recordações, servindo de incentivo e espelho para todos aqueles que quiserem ter em Sayão um exemplo de integridade e patriotismo.

Portanto, estar aqui recebendo este título, e representando nossos nobres companheiros, se traduz em selar um compromisso, que é de todos, de manter acesa a chama dos ideais de progresso humano, de preservação e difusão da cultura em geral, e da de nossa Pátria em especial, e irmanados juntar esforços no sentido de contribuir para um mundo maior e melhor.

A instituição que hoje homenageia todos nos espera isso, que resgatem os valores do destemor e perseverança dos bravos cavaleiros medievais, nos quais se inspirou, para a era moderna. Afinal, o mundo é uma sucessão de ciclos que se repetem, no eterno sonho humano das conquistas, defesa e preservação dos legados materiais, culturais e espirituais, que, por tradição, foram sendo passados de geração a geração, desde o começo dos tempos.

Bernardo Sayão, o grande Sayão, pode ser comparado a um desses bravos e, ao mesmo tempo, a um carinhoso pai ou irmão, pela benevolência que acompanhava seus atos no trato com os humildes que o seguiam rumo ao desconhecido das matas, empunhando martelos, tijolos, machados e serras, empenhados na lide diária e sacrificada da construção de um Brasil que hoje conhece suas distâncias, seu povo, riquezas e obstáculos.

Portanto, falando em nosso nome e nos dos nossos nobres companheiros aqui presentes, é uma honra o recebimento destas condecorações, pelas quais agradecemos penhoradamente e que servirão de poderoso estímulo para continuarmos colaborando em tudo que for útil, benéfico e positivo e pedimos que a união seja selada nesta noite, pois os esforços conjuntos certamente produzirão bons frutos e permitirão aos que nos sucederem regozijarem-se com momentos como este, o trabalho de cada um de nós, a responsabilidade que assumimos, com o objetivo de alcançar os mais elevados ideais, servirá de sustentáculo para as gerações futuras.

Este momento, portanto, não é somente uma solenidade de entrega de títulos, mas sim o compromisso sério e tenaz de perpetuar esta instituição, seus valores e o exemplo sem par de seu patrono.

E tal compromisso se torna mais imperioso por estarmos, inclusive, na Semana da Pátria, quando o nosso Brasil comemora seus 169 anos de independência, seu sonho de liberdade...

Para finalizar, gostaríamos de ressaltar, para que todos possam refletir, uns poucos conceitos que orientam e dirigem a nossa querida ordem, oriundos dos quatro padrões da integridade moral humana: honestidade, pureza, altruísmo e amor, e que incorporam também o cerne da ciência logosófica.

"Devemos ser tolerantes com as faltas dos outros e reprimir as nossas com o máximo rigor."

"A alegria do triunfo jamais poderia ser experimentada se não fosse a luta que é a que determina a oportunidade de vencer."

"A felicidade ou se compartilha ou se perde, pois, ninguém pode ser feliz sozinho."

"Para nos sentirmos verdadeiramente realizados, devemos ser úteis ao nosso semelhante e cultivar a bondade em toda a sua plenitude."

"O afeto, a generosidade, a gratidão e, sobretudo, o amor puro e verdadeiro, devem presidir todas as nossas ações."

"O conhecimento amplia a vida. Conhecer é viver uma realidade que a ignorância impede destruir."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 735, DE 1991

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais requeremos a Inversão da Pauta de Hoje passando os itens a serem votados na seguinte ordem:

Itens: 2, 4, 6, 3, 5 e 1.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1991. — **José Genoio**, Líder do PT — **Paulo Ramos**, Vice-Líder.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Em votação o requerimento.

Como vota o Líder do Bloco?

O SR. MESSIAS GÓIS — Sr. Presidente, o Bloco Partidário orienta sua Bancada que vote "não".

O Sr. José Genoio — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOIO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estamos votando um requerimento sobre a inversão da pauta. Vamos fazer uma obstrução mais inteligente, nobre Líder do Bloco!

O Sr. Messias Góis — Tenho o direito de orientar minha Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Não é possível, nobre Líder.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Srs. Congressistas, está em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. MESSIAS GÓIS (Bloco — SE) — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. JOSÉ GENOIO — Sr. Presidente, o PFL obstruiu o Governo e o Governo obstrui o País.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Vamos proceder à verificação de votação solicitada.

Os Srs. Congressistas tomem assento nos seus lugares.

A Mesa não deseja que os postos avulsos sejam ocupados. A votação deve proceder-se nas bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o Líder do PMDB?

O SR. CÉSAR MAIA — Sr. Presidente, o PMDB vota a favor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o nobre Líder do PDT?

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ) — Sr. Presidente, o PDT vota a favor do requerimento, deixando registrado, aqui, que a Liderança do Governo está realmente obstruindo a orientação do próprio veto.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O PDT vota a favor do requerimento.

Como vota o nobre Líder do PT?

O SR. JOSÉ GENOIO (PT — SP) — Sr. Presidente, evidentemente, votamos a favor do requerimento e queremos deixar, bem claro, que esse requerimento se coloca como os primeiros pontos da pauta, e, inclusive, votaríamos favoráveis ao veto. Por isso, não estamos entendendo essa obstrução por parte do Bloco governamental.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O PT vota pelo requerimento.

Como vota o nobre Líder do Bloco governamental?

O SR. MESSIAS GÓIS (Bloco — SE) — Sr. Presidente, o Bloco, como se anunciou anteriormente, votará contra o requerimento e dá um esclarecimento ao nobre Deputado Carlos Lupi: não sou Líder de Governo, estou no exercício da Liderança do Bloco. E mais, Sr. Presidente, o Bloco continua em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o nobre Líder do PSB?

A SRA. MARIA LUIZA FONTENELE(PSB — CE) — Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro vota a favor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o nobre Líder do PSDB?

O SR. PAULO HARTUNG (PSDB — ES) — Sr. Presidente, o PSDB vota a favor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O PSDB vota pelo requerimento.

Como vota o nobre Líder do PCB?

O SR. SÉRGIO AROUCA (PCB — RJ) — Sr. Presidente, o PCB é a favor do requerimento, para acabar com o surrealismo político deste País!

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Peço aos Srs. Parlamentares que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação.

Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram acionar, simultaneamente, o botão preto no painel e a chave sob a bancada, até que as luzes se apaguem. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. JOSÉ GENOÍNO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é importante que a Casa vote, porque V. Exª se esforçou para votar hoje na sessão do Congresso Nacional.

É grave: não tivemos sessão da Câmara e temos uma pauta importante para votar na Câmara dos Deputados.

Esperávamos, com a sessão do Congresso, votarmos os vetos. O Parlamento está paralisado. Não podemos aceitar essa situação, Sr. Presidente, numa quinta-feira.

Queremos registrar o nosso protesto e elogiar a decisão da Mesa do Senado de colocar a pauta para votar os vetos, tanto na parte da tarde quanto na parte da noite.

Nós só votamos um veto na parte da manhã, com um esforço tremendo da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Basta V. Exª verificar que a discussão desse veto encerrou-se no dia 30 de outubro de 1990.

O SR. JOSÉ GENOÍNO — É importante a informação: a discussão encerrou-se no dia 30 de outubro de 1990, isto é, vamos completar um ano do encerramento da discussão e não se vota o veto.

Isso desmoraliza o Congresso, desmoraliza o Parlamento e queremos registrar o nosso protesto.

O Sr. Sérgio Arouca — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. SÉRGIO AROUCA (PCB — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queria propor que, se até o aniversário do presente veto não tivermos conseguido resolvê-lo, que fizéssemos uma grande festa aqui no plenário e apagássemos a velinha do primeiro aniversário dessa enorme competência..

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Vamos votar. Srs. Congressistas, compareçam aos postos avulsos para o cumprimento do dever.

(Procede-se à votação.)

O Sr. Eduardo Suplicy — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente Alexandre Costa, permita-me aproveitar este momento em que os Deputados estão votando, para fazer uma solicitação à Mesa da sessão do Congresso Nacional, que também é a Mesa do Senado Federal.

Há 8 dias, Sr. Presidente, o Presidente Mauro Benevides conversou, por telefone, com o Ministro Márcio Marques Moreira que estava em Tóquio e solicitou a S. Exª que fosse, de pronto, restabelecido o acesso pleno ao Sistema Integrado de Administração Financeira da União, de tal forma que pudesse o Congresso Nacional atender, na sua plenitude, o que está previsto nos arts. 49 e 70 da Constituição, a saber: fiscalizar os atos do Executivo.

Ora, prezado Presidente Mauro Benevides, 8 dias se passaram e o Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento ainda não deu resposta à providência que prometeu tomar.

Avalio, Sr. Presidente, que isto é muito importante na defesa da instituição do Congresso Nacional, do Senado Federal, de nossas prerrogativas. Solicito a V. Exª insistir junto ao Ministro, enfatizando que se trata de uma questão de respeito ao Parlamento. Esclareço, Sr. Presidente, que nada adiantará ao Governo evitar que tenhamos acesso ao SIAFI. Preparei para hoje — só não estou apresentando, porque não há sessão do Senado Federal — alguns requerimentos de informação, solicitando de algumas das unidades gestoras do Governo Federal, pelas quais tenho o maior interesse em saber, esclarecimentos que poderiam ser prestados pelo computador. Mas que terei de obter, gastando papel e tempo do Governo. Seria muito mais fácil ao Governo permitir que a informática nos desse essa informação. Portanto, não adiantará ao Governo esconder, porque obteremos todas as informações, que é de nosso direito conhecê-las. Assim, Sr. Presidente, quem sabe, na medida em que está exercendo a Presidência da República um ex-Senador que tanto batalhou pelas prerrogativas do Congresso Nacional, possa V. Exª até também insistir junto a Sua Excelência, que, hoje, é a autoridade maior no Território nacional, para que devolva essa prerrogativa ao Senado Federal.

Sr. Presidente, para concluir, quero aqui, de público, cumprimentar a atitude de V. Exª que, ontem, reuniu todos os Senadores na sua residência para, então, ouvir os sentimentos de cada um sobre a convocação da Presidência do Senado Federal, para o Conselho da República no próximo dia 17. Tratou-se de uma das reuniões mais importantes realizadas entre os Senadores este ano. Todos os Senadores presentes em Brasília fizeram questão de ali ouvir com atenção as ponderações tanto de V. Exª quanto dos demais companheiros do Senado Federal. E considero da maior importância o que V. Exª nos disse. Acredito que estarei honrando a sua palavra e o Senado ao reproduzir o que V. Exª disse: "se porventura, o Presidente da República invocar segredo de Estado sobre os temas que serão tratados no Conselho da República, V. Exª convocará, obviamente, também pedindo aos Srs. Sena-

dores que guardem a devida reserva, — os 81 Srs. Senadores — daquilo que o Presidente eventualmente considerar grave.

Quero cumprimentar esta atitude de transparência de V. Exª e de respeito para com todos os Senadores da República.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Alexandre Costa, 1º Vice Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência agradece ao nobre Senador Eduardo Suplicy o registro que fez da reunião ontem levado a efeito na residência oficial do Senado Federal, quando 66 Srs. Senadores presentes se debruçaram sobre a problemática política-econômica e social do País, em razão sobretudo da convocação do Presidente do Senado, da mesma forma como ocorreu em relação ao Presidente da Câmara, para uma reunião do Conselho da República a realizar-se no próximo dia 17 às 10 horas da manhã. Não há dúvida de que os senadores presentes, exatamente aqueles que se encontravam em Brasília, dimencionara os objetivos do encontro e se consideraram partícipes daquela decisão que, em nome do Senado, terei que levar como pensamento da unanimidade da Casa sobre as questões que, se presume, sejam tratadas no encontro presidido pelo Chefe da Nação. Portanto, agradeço ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

Por outro lado, tenho que comunicar à Casa, uma vez mais, que, ainda em Tóquio, o Ministro Marcílio Marques Moreira, foi instado a decidir, sem qualquer tardança, no seu retorno ao País, quanto ao exercício das prerrogativas de fiscalização e controle dos Srs. Senadores, prerrogativa que é também, naturalmente, inerente ao desempenho do mandato de Deputado Federal e, no caso específico do Senador Eduardo Suplicy, o direito de acessar aos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do País — SIAF. Portanto, em comunicação, na capital japonesa, com o Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento naquela ocasião e já, agora, com a presença de S. Exª em Brasília, esperamos que, sem qualquer procrastinação, consigamos restabelecer aquela comunicação entre o Senador ou o Deputado, ambos no exercício da sua missão de fiscalização e controle, e todos tendo, portanto, condições de acompanhar a execução orçamentária. Reiterarei essa solicitação que fiz ao Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, a ele, inclusive, endereçarei um expediente, até mesmo para que se formalize a nossa reclamação.

E, ao mesmo tempo, em que reclamarei do Ministro esta providência, a S. Exª, garantirei, numa reciprocidade natural entre partes convenientes, o acesso aos dados armazenados no Centro de Processamento de Dados do Senado.

E não subestimaria, e creio que nenhum Senador ou Deputado subestimarão o volume de dados armazenados no Prodasen. Tudo isso, evidentemente está a serviço do País e, consequentemente, à serviço do Poder Executivo, que terá a qualquer hora acesso a esses dados, que podem ser importantes para o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, ou para qualquer outro setor da administração pública federal.

O SR. EDUARDO SUPlicy Sr. Presidente, agradeço e cumprimento V. Exª por esta iniciativa.

O Sr. Magalhães Teixeira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. MAGALHÃES TEIXEIRA (PSDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o pronunciamento que seria feito pelo empresário Ricardo Semler por ocasião da homenagem que a *Gazeta Mercantil* prestou às lideranças empresariais do País, no seu balanço anual, é uma autocrítica a respeito da atuação do setor.

Solicito que esse pronunciamento do jovem empresário Ricardo Semler conste dos Anais do Congresso Nacional, em função da sua análise realista em relação aos empresários brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MAGALHÃES TEIXEIRA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

A ÍNTEGRA DO DISCURSO PREPARADO POR SEMLER

Esta é a íntegra do discurso preparado por Ricardo Semler para a homenagem aos líderes empresariais, da "Balanço Anual":

"Líderes empresariais

Vivemos mais uma grave crise, repetitiva dentro do ciclo de graves crises que ocupa a energia desta nação. A frustração cresce, e a desesperança não cede. Empresários empurrados à condição de liderança oficial se reúnem, em eventos como este, para lamentar o estado das coisas. O que dizer sem resvalar para o pessimismo, a crítica pungente ou a auto-absolvição?

É da história do mundo que elites nunca introduziram mudanças que favorecessem a sociedade como um todo. Estaríamos nos enganando se achássemos que estas lideranças empresariais aqui reunidas teriam a motivação para fazer a distribuição de poderes e rendas que uma nação equilibrada precisa ter. Aliás, é ingenuidade imaginar que a vontade de distribuir renda passe pelo empobrecimento da elite. É também ocioso pensar que nós, da tal elite, temos riqueza suficiente para distribuir. Faço sempre, para meu desânimo, a soma do faturamento das nossas mil maiores e melhores empresas, e chego a um número menor do que o faturamento de apenas duas empresas japonesas. Digamos, a Mitsubishi e mais um pouquinho. Sejamos francos. Em termos mundiais somos irrelevantes como potência econômica, mas ao mesmo tempo externamente representativos como população.

Precisamos parar de citar o Brasil como oitava potência do mundo (dado, aliás, incorreto), e aceitarmos a realidade de estarmos entre 50 ou 60 países em termos de renda *per capita*. Vivemos e produzimos para uma Espanha dentro de um Brasil. Não mais do que 20 ou 30 milhões de pessoas podem ser consideradas consumidores. E as grandes capitais têm demonstrado que está cada vez mais difícil imitarmos os ingleses do começo do século, que podiam jogar cricket em gramados meticulosos enquanto massas de miseráveis se mantinham à distância. Vivemos encarcerados em nossas casas, selecionando da população de pobres aqueles que nos protegerão dos outros pobres.

Por outro lado, começa a ficar patente que o empresariado nacional não está preparado para atravessar a ponte em direção ao Primeiro Mundo. Entre outras razões, porque tem mantido uma relação incestuosa com o poder, sendo incapaz de fazer valer o tão citado e pouco aplicado conceito de livre iniciativa. É claro que generalizações sempre implicam injustiças, e as honradas exceções devem me perdoar. Mas não estaríamos nesta situação se os donos do dinheiro deste país tivessem dado um basta às negociações, à corrupção e ao imediatismo que nos caracterizam hoje.

A questão da obsolescência dos parques fabris, da necessidade de buscar produtividade, qualidade e outros conceitos tais é secundária quando comparada com a falta de uma mentalidade moderna. O empresariado continua reclamando diminuição de impostos, retração do Estado e liberdade de mercado. Ao mesmo tempo, faz lobby para impedir que as tarifas de importação caiam e busca a reintrodução de subsídios. Tem súbita simpatia pelo conceito de participação nos lucros assim que publica balanços com os piores prejuízos. Quer a livre negociação nos salários apenas quando há mais de um milhão de desempregados rondando as suas fábricas. Talvez seja hora de perceber que este oportunismo coletivo só fará reprisarmos o filme do país decadente que está nas telas.

Agora, a elite empresarial se cotiza para encontrar maneiras de viabilizar a governabilidade deste país. Ora, não estaríamos recorrendo ao simpósio do desespero ao fazê-lo? Algum de nós acreditaria se nosso executivo-chefe nos dissesse que considera a nossa empresa inadministrável? O fato é que existem administradores competentes ou incompetentes. A coisa não é diferente quando se trata de um país.

Nunca fui da opinião que o empresariado nacional é incompetente. É até dos mais competentes do globo, na medida em que convive com uma conjuntura política e econômica surrealista, mas, por seu conservadorismo, tem preferência deixar as coisas como estão. Afinal, hoje as empresas sabem como conviver com inflação, com choques econômicos e com trocas de ministro.

Mais uma vez, nestas oportunidades sazonais que a história oferece, o empresariado está frente a uma bifurcação. Ou escolhe o caminho já conhecido de convivência amistosa com uma situação inadmissível, ou usa de seu poder relativo para ser agente de mudança. Se optar pela mudança efetiva terá que se aproximar, de forma transparente, dos legítimos representantes da população, incluídos aí Congresso e sindicatos, e promover uma alternativa viável. Que não será a de garantir governabilidade aos atuais gestores da maneira que estes a pedem. Mas sim através de uma coalizão suprapartidária que fixe uma transição até o próximo governo, talvez até parlamentarista. Que dê ao presidente o que lhe falta, um corpo homogêneo de assistentes competentes e com poder real, para que a transição ocorra.

Para isso, seria viável que este grupo fosse capaz de tomar um rumo coletivo, que fosse capaz de se abstrair de seus interesses mais imediatos. Em suma, requeria uma tal mudança de postura que a hipótese é remota. Resta-nos, portanto, a alternativa de repensar nosso papel. Se nós podemos acabar com a corrupção, só nós poderemos parar de financiar candidatos de passado duvidoso. Se nós podemos nos recusar a participar de concorrências fraudulentas ou de claudicações financeiras estranhas. Se o fizermos, seremos a primeira grande exceção na história do mundo. Por mais que o Brasil tenha mania de grandeza, esta hipótese é também remotíssima.

Talvez a sugestão que fica é que procuremos nos recolher à realidade. Que não sejamos críticos vocais do governo em público e colaboradores por trás do palco. Que não gritemos sobre o excesso de corrupção quando somos as primordiais fontes da propina. Que não reclamemos a necessidade de privatização enquanto nossas empresas não forem eficientes.

Vamos achar nossos próprios caminhos de independência. Vamos declarar a nossa alforria em relação a governos incompetentes. Vamos procurar a livre iniciativa e a democracia dentro de nossos próprios mercados e empresas, e ganharmos o direito de reclamar. Vamos subir no conceito da população através de nossos atos. Depois, será fácil liderar movimentos intelectuais que apontem para rumos mais saudáveis para o país. Nós temos a incompetência governamental que merecemos. Afinal, sem nós, nenhum dos veículos de governo que atolaram o país neste lamaçal teria combustível para continuar acelerando. Vamos reduzir a octanagem, e fazer valer a regra de que carro atolado só sai da lama com suavidade e técnica. A nação, com lama respingada por todo lado, agradecerá.

Ricardo Semler

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Fica o registro solicitado pelo nobre Deputado Magalhães Teixeira.

A Sra. Irma Passoni — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra a nobre congressista.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, estamos observando que este País vive uma situação muito complicada, muito difícil, e ainda se acrescenta a greve dos funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Lembro que os funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal estão em dissídio coletivo, quer dizer, ou o Governo abre a negociação ou esses bancários não terão como sobreviver neste arrocho salarial por que passa o País. Não estão fazendo greve por acaso, estão em época de dissídio coletivo.

Apelamos, e até pediríamos ajuda ao Sr. Presidente do Senado, no sentido de gestionar junto ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, para que se abram as negociações e se atenda o mínimo de reivindicações por ocasião do dissídio coletivo dos funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Deixo aqui registrado o meu apoio à greve, porque não é possível sobreviver durante um ano sem nenhum reajuste. Durante esse período em que a Justiça tem que deliberar, fica essa situação sem solução dos funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, e de outros bancos também que estão em greve.

Solicito ao Sr. Presidente que gestione junto aos Presidentes da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil por uma solução. Funcionário nenhum quer ficar sem trabalhar, mas também não é possível trabalhar sem o mínimo de condições.

Temos o registro de que o suicídio é muito grande entre os bancários, porque é impossível sobreviver num trabalho tão estressante, como esse, sem o mínimo de remuneração digna que merecem os funcionários tanto do Banco do Brasil

como da Caixa Econômica Federal e de outros bancos ligados a nível estatal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Srs. Deputados, chegamos a esta altura dos nossos trabalhos, e inexoravelmente a Mesa terá que anunciar a inexistência de **quorum** na Câmara dos Deputados para a apreciação dos vetos.

A Presidência se permite destacar, neste instante, que a destinação do dia de hoje para apreciação dos vetos presidenciais decorreu de um entendimento entre a Mesa da Câmara, a Mesa do Senado e consequentemente, a Mesa do Congresso e todas as lideranças partidárias.

Desde as 10 horas da manhã de hoje tentamos votar as matérias inseridas na Ordem do Dia e apenas uma votação se processou. Apenas um item da pauta chegou a ser apreciado até este momento.

Desta forma, a Presidência deseja chamar a atenção não apenas dos líderes partidários, mas de todos os senadores e deputados para a circunstância de que se pretende antecipar, com esse trabalho obstrucionista que agora se inicia, um debate que virá, inapelavelmente, só em 10 de outubro, que seria em torno dos vetos do Senhor Presidente da República às diretrizes da política salarial.

Ora, se iniciamos já um processo obstrucionista, impedindo a votação das matérias, estamos, sem dúvida, tentando comprometer a imagem do Congresso Nacional, que até aqui tem sido de eficiência, de espírito público, de dedicação, de penetração das nossas responsabilidades.

Eu ressaltaria que no primeiro semestre deste ano foram votados 53 vetos presidenciais, um fato inusitado na história parlamentar brasileira. E se, comparativamente, fizemos um confronto com o primeiro semestre de 1990, veremos que naquele período apenas 14 vetos foram apreciados, e já em 1991, 53 vetos foram discutidos e votados neste plenário. Portanto, a Mesa sente-se no dever, pela minha manifestação, de conclamar os Srs. Deputados e Senadores para uma articulação que resulte na apreciação desses vetos presidenciais. Não teria sentido que antecipássemos, agora, com essa obstrução, a uma Ordem do Dia para a qual poderiam convergir as tendências político-partidárias desta Casa, iniciemos, já, a obstrução daquilo que fatalmente poderá ocorrer somente a partir de 10 de outubro. Fica a imagem do parlamento dentro dessa vulnerabilidade da falta de **quorum**, que choca a opinião pública e faz com que sejamos alvo de críticas, nesse caso justas e procedentes, em relação a nossa ausência nessas votações.

Veja-se, por exemplo, que apenas uma votação se processou na manhã de hoje, e se anunciava a presença na Casa de um número expressivo de parlamentares, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal. É, portanto, lastimável, mas a Mesa confia em que se restabeleça esse prestígio do Congresso Nacional diante da opinião pública, com o comparecimento dos nossos parlamentares às votações.

A Srª Sandra Cavalcanti — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra à nobre Congressista.

A SRA. SANDRA CAVALCANTI (Bloco — RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, peço apenas, para registrar o meu profundo descontentamento com este episódio que, realmente, nos deixa a todos nós da Câmara

dos Deputados numa situação muito desagradável. E no meu caso particular, eu gostaria de deixar bem claro que não concordo com certas decisões que são tomadas até pela liderança mesma do meu partido, que afetam profundamente a imagem daqueles que integram o Partido da Frente Liberal, como tendo sido uma decisão tomada em reunião de Bancada, amadurecida, uma decisão importantíssima para a sobrevivência do regime, das instituições e do Governo.

Não se trata de nada disso. Eu me insurjo contra esse tipo de decisões, tomadas à nossa revelia e que, no entanto, nos deixam, a nós do PFL, numa situação extremamente constrangedora.

Fiquei aqui, votei. Não faço obstrução. Acho que a pauta deve ser aberta, e me envergonha que essas decisões estejam sendo tomadas arbitrariamente sobre a segunda maior Bancada da Câmara dos Deputados.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Não há dúvida, nobre Deputada Sandra Cavalcanti, que a preocupação de V. Exª atinge a todos nós neste momento.

Eu até me disponho, juntamente com o Presidente Ibsen Pinheiro, a quem me dirigirei em primeiro momento, a promover uma articulação com todas as Lideranças partidárias, os Líderes do PFL nesta Casa, do Bloco, nobre Líder Messias Góis, que se acha no exercício da Liderança, o próprio Presidente do Partido, Senador Hugo Napoleão, e as outras forças que, em razão de entendimento político-parlamentar, essas forças também estão ausentes do plenário neste momento, no sentido de que possamos recompor o **quorum** nesta Casa, e desta maneira projetemos o Congresso como órgão que cumpre realmente, de modo exemplar, as suas obrigações.

Não tem sentido que já neste momento, numa pauta que não tem realmente maiores complicações em termos de complexidade, de discussão e de votação, percamos, praticamente, o dia com uma única votação, como ocorreu na manhã de hoje. Então, já agora, antes mesmo do contato que vou estabelecer, neste momento, com o Presidente Ibsen Pinheiro, a fim de que se desdobrem esses contatos com as Lideranças dos Partidos que estão ausentes, para ver se nós superamos, aqui, este momento em termos de **quorum** no Congresso Nacional, porque isso atinge a imagem do Parlamento brasileiro e, por uma decorrência natural, a nossa própria imagem de Senadores e Deputados integrantes do Congresso brasileiro. Se esta matéria, cuja inclusão preocupa alguns Partidos, inclusive o PFL, o Partido da nobre Deputada Sandra Cavalcanti que mencionou, agora, essa circunstância, V. Exª poderão dimensionar aquilo que será, no momento próprio, a discussão em torno dos vetos, esses, sim, polêmicos e, nesta Casa, da forma mais democrática possível, poderão ser discutidos, poderão ser apreciados. E somente com 252 votos na Câmara e 41 no Senado, esses vetos serão recusados pelo Congresso Nacional. Portanto, irei ao Presidente Ibsen Pinheiro transmitir a minha apreensão, e estou absolutamente certo de que S. Exª fará contato com as Lideranças na Câmara, da mesma forma como me proponho a fazer em relação às Lideranças no Senado Federal.

O Sr. Chico Vigilante — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Chico Vigilante.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT — DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero parabenizar V. Exª pela preocupação que, neste instante, coloca, e adicionar uma preocupação a mais. Chamo a atenção principalmente da Liderança do Governo, para o componente de perigo que existe nessa atitude de obstrução dos trabalhos.

É preciso considerar uma coisa, Sr. Presidente. Um trabalhador, que teria de salário este mês, 40 mil cruzeiros, com mais 19 mil cruzeiros de abono, vai receber este mês, até segunda-feira, 59 mil cruzeiros.

Se esta Casa não desobstruir os trabalhos e não derrubar o veto da incorporação dos abonos, Sr. Presidente, dia 5 de outubro, esse trabalhador, que recebeu 59 mil cruzeiros este mês, vai receber exatos 40 mil cruzeiros. E aí, Sr. Presidente, não precisa de sindicato, não precisa de comissão de fábrica, não precisa de delegado sindical, não precisa de nada. Vai ser a explosão desordenada da classe trabalhadora, vai ser a maior bagunça generalizada neste País.

Não acredito, Sr. Presidente, que seja essa a vontade das Lideranças do Governo, que eles queiram jogar o País num impasse. Agora, se não suspenderem esse veto absurdo, essa obstrução absurda, e se não derrubarmos o veto, vai acontecer exatamente isso aí.

Sr. Presidente, para concluir, quero colocar uma proposta. Sei que os Parlamentares que estão obstruindo, não o fazem por causa do salário. Mesmo se não receberem nada eles vão continuar obstruindo. Mas mesmo assim, quero propor a V. Exª que considere como lista, para efeito de remuneração, esses 159 Srs. Congressistas que compareceram e que assinaram o nome aqui, hoje, que essa seja a lista com validade para efeito de remuneração. Que aqueles que não quiserem comparecer ao plenário para dar número que não recebam absolutamente nada.

Dessa maneira conseguiremos recuperar a imagem desta Casa.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência recolhe a sugestão do nobre Deputado Chico Vigilante e definirá a matéria junto ao Presidente da Câmara dos Deputados pelas suas implicações na administração da Casa.

O Sr. Flávio Palmier da Veiga — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. FLÁVIO PALMIER DA VEIGA (Bloco — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desde que chegou aqui o nobre Deputado Chico Vigilante, passamos a admirá-lo pela sua coragem, pela sua vivência, pela sua inteligência, pelo seu vigor mental. Todavia, tenho de discordar do nobre colega quando levanta essa questão junto a V. Exª, às vezes, o Congressista não está presente neste plenário, mas está trabalhando mais do que quem está aqui no plenário.

Passamos a manhã de hoje debatendo problemas sérios na Comissão Mista de Orçamento, de lá saímos praticamente às 13 horas, e estamos aqui novamente.

Não é justo que aquele que não estava tratando do orçamento, que é o desenvolvimento em todos os setores a este País para que todos os Srs. Congressistas possam participar do processo de desenvolvimento e da grandeza da nossa Pátria. Nós estamos fazendo esse trabalho. Não é, portanto, justo

que quem não esteve aqui pela manhã, mas esteve na Comissão Mista de Orçamento, perca qualquer vantagem, porque eu não sabia que o nobre Congressista era milionário, era rico, mas eu só vivo desse salário e faço jus, aqui, ao meu trabalho, a minha luta e, também, ao salário que ganho como Deputado Federal.

Deixei de ser tudo para ser somente Deputado Federal e trabalhar pelo meu Estado do Rio de Janeiro.

A Srª Rose de Freitas — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra à nobre Congressista.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PSDB — ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, antes de mais nada, gostaria de parabenizar V. Exª pela preocupação manifestada em relação à incompreensão de alguns líderes de Bancada sobre a necessidade de esta Casa apresentar seu trabalho à opinião pública. Pouquíssimas vezes temos visto um Presidente assumir a Mesa e admitir que essa obstrução é prejudicial ao andamento dos trabalhos da Casa.

Quero, também, fazer um apelo a V. Exª Nós, Deputados assíduos, que trabalhamos nas comissões, que estamos presentes no plenário, que atendemos às convocações da Casa, não podemos continuar aceitando essa situação.

A imprensa, quando veicula que o Congresso não trabalha não ressalta as manobras que são feitas em plenário. Todos somos prejudicados, à unanimidade, sem isenção de qualquer companheiro que se dedique mais ou menos ao trabalho.

Gostaria, portanto, de fazer um apelo a V. Exª para que convoque os Líderes e que ultime uma forma de agilizar os trabalhos. Também para que, dentro deste plenário, na hora da votação, os líderes, independente do partido a que pertençam, não deixem seus liderados ocupar o microfone com colocações inúteis. Perdemos duas ou três horas com colocações que poderiam ser feitas em outras ocasiões.

Sr. Presidente, tenho quatro anos nesta Casa, sei reconhecer, mais ou menos, pelos que retornaram, os companheiros de valor. Admiro o comportamento de V. Exª Parabenizo V. Exª pela preocupação. Agora, nós precisamos encontrar uma maneira de concretizar o trabalho. Nas comissões são sempre os mesmos Parlamentares, e funcionam várias ao mesmo tempo, temos que correr entre uma e outra comissão. Agora, temos que proibir que as comissões funcionem no horário de votação no plenário. Hoje, por exemplo, havia votações no Congresso e nós tivemos que estar presentes em várias comissões. Isso não pode continuar, porque tenho interesse em efetivar o meu trabalho, mostrando uma qualidade, uma presença e uma competência que justifiquem a minha presença aqui. Peço a V. Exª e, mais uma vez, volto a parabenizar pelo excelente desempenho no andamento dos trabalhos aqui no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — São absolutamente procedentes as manifestações de apreensão da eminente Deputada Rose de Freitas, no que diz respeito à condução dos trabalhos do Congresso Nacional. A Mesa se empenhará junto ao Presidente da Câmara dos Deputados, e às Lideranças partidárias no sentido de que haja um somatório de forças, garantindo, portanto, o *quorum*, propiciando que se discuta a matéria no voto, prevalecendo, evidentemente, a posição majoritária — é essa a formação democrática e objetiva do Congresso — mas nunca numa postura absenteísta

que desfigurará a imagem do Congresso Nacional diante do povo brasileiro.

O Sr. Mendonça Neto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. MENDONÇA NETO (PDT — AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queria vir aqui em socorro ao Deputado Chico Vigilante, quando S. Ex^a sugeriu que essa lista no painel fosse a lista de presença para efeito de pagamento de subsídio, e dizer o seguinte: que a Comissão de Orçamento possui 120 membros, Sr. Presidente, e ao funcionar concomitantemente com o plenário, que é vedado pelo Regimento das duas Casas e pelo Regimento Comum. Isso vem ocorrendo desde o início da legislatura. Ainda mais em um caso como esse, em que nós estamos examinando veto à política salarial, que interessa à maioria absoluta do povo brasileiro.

Assim, Sr. Presidente, esse absenteísmo a que V. Ex^a se refere, além de ser comandado pelos Líderes do Governo, que não querem que a Oposição e alguns governistas lúcidos derrubem esse veto do Presidente da República, significa também, a desorganização interna do Congresso Nacional. Várias e várias vezes na Câmara tenho requerido ao Presidente Ibsen Pinheiro que convoque os que estão reunidos em comissões permanentes, comissões parlamentares de inquérito, comissões especiais, dezenas de comissões funcionando ao mesmo tempo, enquanto no plenário não há número sequer, Sr. Presidente, que é uma reclamação do País inteiro, da classe jurídica nacional, para regulamentar a Constituição de 1988. Até hoje, cerca de 100 dispositivos constitucionais estão inaplicáveis por falta de regulamentação. E a responsabilidade cabe, em primeiro lugar, ao Deputado e ao Senador que não comparecem, mas também, Sr. Presidente, às Mesas de ambas as Casas, do Senado e da Câmara, que têm a responsabilidade de gerir os trabalhos do Congresso Nacional.

Assim, faço um apelo a V. Ex^a para que reúna a Mesa do Senado, que peça ao Presidente Ibsen Pinheiro que reúna concomitantemente a Mesa da Câmara, porque este exemplo de absenteísmo — uso a palavra mais uma vez — é dar à imprensa nacional, é dar àqueles que condenam o Congresso Nacional inteira razão em dizer que o Deputado e o Senador são irresponsáveis, são “marajás” que recebem dos cofres públicos injustamente, para nem sequer vir à Câmara e ao Senado ou ao Congresso quando tem que se votar matérias da importância como esta de hoje. Temos o Movimento nacional de sindicatos, atraindo a atenção de toda a população brasileira, no dia da votação do veto do Senhor Presidente da República a vários dispositivos que garantem um mínimo de estabilidade ao salário mínimo, que, como disse aqui um orador que me antecedeu, estará sendo corroído diariamente até o final do ano.

A ausência marca, Sr. Presidente, a falta de vitalidade do Poder Legislativo. Nesta hora em que se fala em entendimento nacional, o Congresso Nacional só tem autoridade para participar desse entendimento nacional, para partir com idéias às soluções para o entendimento nacional, se pelo menos comparecermos ao plenário das duas Casas, para votarmos as matérias de importância como as que hoje estão na pauta e que, certamente, não serão votadas pela fuga do Governo

e pela irresponsabilidade dos Deputados e Senadores que não compareceram.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência, antes de conceder a palavra ao Deputado Solon Borges dos Reis, que já se encontra diante do microfone. Sente-se no dever de fazer algumas considerações em torno da intervenção do nobre Líder, Deputado Mendonça Neto, exatamente para ressaltar que em relação às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal tem havido realmente um esforço permanente no sentido de se garantir **quorum**.

Tanto isso é verdade que, durante o dia de hoje, em razão do entendimento entre as Mesas e as Lideranças partidárias, destinamos todo o dia de hoje, a partir das 10 horas da manhã, até o presente momento, para que exclusivamente promovêssemos a apreciação da pauta da Ordem do Dia. No próprio instante em que marcamos a sessão para as 10 horas da manhã, quando ocorreu apenas uma votação, e uma nova convocação ocorreu para as 14 horas e 30 minutos de hoje, foi exatamente para que nunca, Deputados ou Senadores alegassem em seu prol, que sendo à noite seria mais difícil garantir o comparecimento. Porque o período de trabalho que se elaterceria da manhã até a noite não motivaria suficientemente Senadores e Deputados para permanecerem até a madrugada para votar a pauta.

Então, as duas Mesas se entenderam e estabeleceram esse espaço privilegiado, suprimindo a sessão da Câmara e a sessão do Senado, com matérias importantes nas duas Ordens do Dia, para que hoje avançássemos na apreciação da pauta da Ordem do Dia; mas, lamentavelmente, frustrou-se esse esforço que decorreu de uma tessitura muito bem urdida, muito bem traçada, muito bem elaborada pelas duas Mesas.

Evidentemente, houve um fato que sobrelevou neste momento, que é a expectativa de uma inclusão, que só ocorrerá a partir de 10 de outubro, de vetos sobre os quais possa haver debates mais polêmicos, ou mais complexos, o que nada tem a ver com essa pauta constante da Ordem do Dia de hoje, isso foi reconhecido indiscrepantemente pelos que aqui se acham.

No próprio instante em que se deixa de votar essa pauta da Ordem do Dia, sob a crônica alegação da falta de **quorum**, o que no passado trouxe muita vulnerabilidade ao Congresso, estamos arriscando aquilo que já representou neste momento a reconquista do nosso prestígio e da nossa credibilidade junto à opinião pública brasileira.

Portanto, era o esclarecimento que me senti no dever de prestar, em meu próprio nome e em nome do Presidente Ibsen Pinheiro.

O nosso esforço, o esforço das Mesas houve, e esperamos que com as Lideranças agora, com a sensibilidade das suas figuras, dos seus integrantes, possamos realmente garantir a apreciação dessa pauta da Ordem do Dia. Se matérias polêmicas surgirem, o que não é o caso da Ordem do Dia de hoje, a processualística natural seria o confronto no próprio plenário, e a tendência majoritária prevaleceria na manifestação sigilosa, no caso dos vetos.

Com a palavra o nobre Deputado Solon Borges dos Reis.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB — SP. Pronúncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tenho para mim que V. Ex^a, na Presidência do Senado,

e o nobre Deputado Ibsen Pinheiro, presidindo a Câmara, merecem o crédito de estarem fazendo tudo ao seu alcance, para que esta Casa, com a dignidade que deve ter, dê eficácia aos seus trabalhos, e saia ambos — têm contribuído para isso, num esforço comum — do atoladouro em que se encontra, patinando nesse terreno, marcando passo, sem decidir, há muito tempo.

A reunião dessa manhã seria a primeira parte do dia que V. Ex^a, com o apoio do Presidente da Câmara, reservou para que o Congresso marchasse no exame dos vetos que se acumulam. Há vetos que estão aqui há praticamente um ano, esperando a decisão do plenário. Eis que há, então, essa ocorrência deplorável. Enquanto a oposição se declara da tribuna disposta a manter um veto para apressar a desobstrução da Ordem do Dia, a situação vem e declara-se em obstrução quando teria todos os elementos para votar qualquer dos vetos da pauta.

Sr. Presidente, o que acontece é que, embora a obstrução seja um recurso parlamentar internacional, a que podem recorrer as bancadas que assim desejarem para defender a sua posição, no caso presente, a obstrução não serve a ninguém nesta Casa; a obstrução não vem acudir a nenhuma controvérsia ideológica, partidária, política ou técnica. Ela não serve a nada, nem à opinião pública, nem ao povo, nem à Nação e nem ao País. Ele subserve ao Governo no instante em que protela decisões que são de evidente interesse público. É de interesse público que se elucide logo se esses vetos vão ser mantidos ou não, para que as leis possam, então, estar na plenitude do seu vigor.

A obrigação parlamentar — V. Ex^a tem razão, quando diz que remeterá as listas a quem de direito: ao Senado Federal, que têm V. Ex^a, nobre Senador Mauro Benevides, como Presidente, e à Câmara dos Deputados, que têm o nobre Deputado Ibsen Pinheiro — fundamental é participar dos trabalhos da Casa, principalmente quando o parlamentar define a sua condição, votando. O funcionamento de comissões no horário das sessões não está previsto e é vedado pelo Regimento.

Saiba V. Ex^a que, honrado com a inclusão do meu nome na comissão mista que estuda a situação das universidades, lá estive várias vezes, na hora certa, antes que a comissão se instalasse, a fim de que isso acontecesse para que fossem logo iniciados seus trabalhos, mas fora do expediente do plenário. Iniciadas as reuniões para ouvir depoimentos de pessoas que pudessem contribuir para a elucidação do tema, preferi ficar sempre em plenário, porque as horas marcadas pela comissão coincidiam com o horário as reuniões da Câmara. Logo, a opção só pode ser uma: entre a votação no plenário da Câmara e a presença numa reunião de comissão, a prioridade absoluta é a votação no plenário da Câmara, ou, se for o caso, como agora, do Congresso.

Congratulo-me com V. Ex^a pelo esforço que está fazendo, mas deploro que estejamos ainda marcando passo quando poderíamos desobstruir essa pauta para que viesse depois aquele veto cujo exame, cujo debate, cuja votação atemorizam o Governo. O Governo não deve temer. Se ele tem as razões que levaram ao veto, que exponha essas razões aos Parlamentares das bancadas que o sustentam nesta Casa, e facilmente eles manterão o veto.

A inseqüência do Governo é que agora se revela em toda sua plenitude, quando quer manter a pauta parada para que não cheguem amanhã os vetos à lei da política salarial.

Embora V. Ex^a possa colher o mérito que merece pelo seu esforço, deve estar melancolicamente decepcionado porque poderia ter, do seu trabalho, da sua decisão, colhido para a Casa e para a Nação um resultado mais fecundo, o que não dependeu de V. Ex^a (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Deputado Sólton Borges dos Reis.

Concedo à palavra ao nobre Congressista Lourival Freitas.

O SR. LOURIVAL FREITAS (PT — AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Ex^a tem demonstrado, todas as vezes em que tem dirigido as sessões do Congresso Nacional, o grande esforço que tem feito, juntamente com o Deputado Ibsen Pinheiro, para que o Congresso aprecie os vetos que estão obstruindo a pauta.

Preocupa-me muito, e a outros Parlamentares que me antecederam, essa manobra urdida pelo Governo. Justamente no momento em que a imprensa noticia o seu mais baixo índice de popularidade, o Governo tenta, através dessa manobra, também denegrir e procurar deteriorar a imagem deste Congresso perante a opinião pública.

Hoje, certamente, nós não veremos nos noticiários nacionais que o Congresso deixou de votar matérias importantes por uma manobra do Governo. Muito pelo contrário, eles vão noticiar que os Congressistas não compareceram para votar e cumprir o seu papel constitucional. Nós não veremos, com certeza, na imprensa, que o Governo e os Parlamentares que o apóiam neste Congresso é que são os responsáveis pelo que aconteceu hoje.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de me associar à preocupação e ao esforço de V. Ex^a no sentido de que o Congresso não tenha a imagem denegrada por essa manobra do Governo, que, apesar de ser um recurso regimental, não serve nem à Oposição, nem à Situação, serve — isso, sim — para denegrir a imagem já tão desgastada deste Congresso Nacional.

Gostaria de fazer uma pergunta a V. Ex^a diante desses fatos, a Mesa do Congresso Nacional não poderia adotar medidas regimentais que pudessem coibir essa manobra que, flagrantemente, tem esse propósito, o de denegrir a imagem do Congresso Nacional perante a opinião pública? Teria ela artifícios regimentais para coibir esse tipo de procedimento por parte da Liderança do Governo neste Congresso Nacional?

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O Sr. Arolde de Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra V. Ex^a

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (Bloco — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, caros colegas estou ouvindo os debates, as colocações sobre o problema da falta de *quorum*. É oportuno, portanto, que abordemos alguns pontos para que a imprensa os ouça e a Nação deles tome conhecimento.

Não podemos permitir que essa bandeira da falta de *quorum* que, na realidade, acontece aqui, sim, seja uma bandeira a substituir outras bandeiras rotas que caíram, para que se preencha o tempo nas tribunas.

Um trabalho parlamentar, Sr. Presidente — falo isso por mim, no meu terceiro mandato — aqui no plenário, é uma

parte apenas, talvez 20% do trabalho parlamentar dentro desta Casa. O parlamentar tem obrigações, nas bases, de ouvir os seus eleitores, as pessoas, para não se desligar dos reais problemas nacionais; tem obrigação, infelizmente, num país onde os problemas sociais são muito grandes, de encaminhar assuntos junto a governos municipais, locais e estaduais. É um trabalho parlamentar que ocupa, demanda tempo, mas tem que ser feito. O parlamentar precisa participar de três, quatro comissões como titular, tem que dar um jeito de participar porque aqui é assim, e o é em todo lugar, bem como vir aqui para votar, se for o caso.

Sr. Presidente, é preciso que aqueles que estão chegando agora e ainda não estão bem habituados com a mecânica legislativa sejam lembrados de que o ato de votar é um ato político antes de tudo; e a obstrução, evidentemente, é legítima como um ato político; assim, obstruir uma pauta é um ato político legítimo. Sempre que V. Exª, como Presidente do Congresso, e o Deputado Ibsen Pinheiro, como Presidente da Câmara, desejaram aqui que completássemos o *quorum*, foram atendidos.

Nesse semestre que passou, esta Casa votou como nunca o fez nos últimos anos! Esses fatos têm que ser colocados para a imprensa conhecer. Vamos evitar que venham aqui esses falsos moralistas mostrar que a presença é esta ou aquela.

Passei o dia todo hoje trabalhando nesta Casa, cumprindo com o meu dever de Parlamentar, e não aceito que me chamem de marajá. Está é uma linguagem que não pode ser utilizada dentro desta Casa entre companheiros, entre colegas.

Respeito aqueles, como os que se pronunciaram antes, que são antagonicamente opostos a mim; respeito as suas posições políticas ideologicamente atávicas, mas não admito que me chamem de marajá. Estou no terceiro mandato nesta Casa, tenho o respeito das minhas bases políticas e estou aqui para contribuir e colaborar. Passei todo o dia, hoje, trabalhando aqui; não vou aceitar que um Chico Vigilante, que entrou agora nesta Casa, em nome de ideologias falidas no mundo inteiro, venha dizer que sou marajá.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência esclarece ao nobre Deputado Arolde de Oliveira que, pelo que apreendeu a Mesa, não houve a intenção de nenhum dos parlamentares de considerar Deputado ou Senador marajá, ainda mais porque isso seria de um irrealismo flagrante. Então, não houve realmente essa intenção; e, se, da parte de V. Exª, Deputado Arolde de Oliveira, houve esse entendimento, não expressou realmente a vontade daqueles que, ocupando os microfones, se manifestaram em torno da votação na tarde de hoje.

A Mesa, que aqui funciona como árbitro dos trabalhos que se processam nesta Casa, sentia-se no dever de oferecer esses esclarecimentos a V. Exª

O SR. NOBEL MOURA — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. NOBEL MOURA (PTB — RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de lamentar profundamente a morte do nosso companheiro, Deputado Chistóvam Chiaradia, ocorrida ontem aqui no plenário.

Como médico, Sr. Presidente, com sete anos de experiência na área de anestesia, pelas fotografias que vi nos jor-

nais, talvez sejam poucas para justificar, mas acredito que S. Exª teve a assistência ventilatória errada dentro do plenário.

Sr. Presidente, quero defender o Serviço Médico da Câmara, que é muito bom, e admitir que não é possível haver um médico para cada Deputado dentro da Casa.

Mas, voltando à assistência médica dada ao Deputado Chistóvam, a respiração boca a boca e a massagem cardíaca externa poderiam ter sido feitas de maneira mais eficiente e dentro da técnica. Esses dois procedimentos não ocorreram devidamente, mas isso não incrimina o Serviço Médico da Câmara em hipótese nenhuma. Quero concluir que o *stress* sofrido pelo Deputado e pelo Senador é muito grande pelo excesso de trabalho e pelas condições em que vivemos aqui.

Sr. Presidente, existe, no Regimento Interno, a proibição do uso do fumo dentro do plenário, mas essa proibição não é obedecida.

Por isso, gostaria de pedir a V. Exª e à Mesa que fizessem cumprir essa proibição regimental e que se evitasse, terminantemente, o uso do cigarro aqui dentro.

Não sei se o Deputado Chistóvam fumava ou não mas, se S. Exª não fumava, era um fumante indireto, pois fumava sem querer, assim como eu o faço.

Posso falar a V. Exª como Deputado e atleta, graças a Deus, com um *handicap* atlético dentro da Câmara — corri 42 km na última maratona —; posso falar como médico e atleta que precisamos mudar. Temos que parar de fumar aqui dentro. Eu mesmo fumo demais aqui, sem querer.

Tenho pena, porque, talvez, o Deputado Chistóvam, coitado, tenha fumado sem querer ontem. E com o grande *stress*, a grande emoção que o momento exigia, ao lembrar da memória do grande Tancredo Neves, pode ter-lhe acometido um infarto fulminante que provavelmente não tivesse cura a tempo. Como médico, sei que, de um infarto fulminante, dificilmente o paciente escapa com vida; mas pelo menos deveria receber um atendimento médico preciso com eficiente respiração boca a boca e massagem cardíaca externa.

Não é preciso aparelho nenhum. Discordo de médicos que dizem ser necessário o desfibrilador ou outros aparelhos. Nada disso é necessário. Basta o paciente receber um atendimento médico correto, no máximo, a respiração boca a boca, uma boa massagem externa. Bastaria que se deslocasse o Deputado até o serviço médico, a fim de entubá-lo. Em seguida, entraria o aparato de recuperação, com administração de bicarbonato para corrigir a acidose metabólica de que o Deputado foi vítima na hora do enfarte.

Outro assunto me traz à tribuna, Sr. Presidente: agradeço, em nome da minha Bancada no Estado de Rondônia e em meu nome pessoal, ao Presidente Collor e à Ministra da Ação Social, Srª Margarida Procópio, por termos assinado, hoje, um convênio no valor de Cr\$ 2 milhões e 500 mil para o Município de Porto Velho para o serviço de infra-estrutura urbana; e outro, para o Município de Vilhena, no valor de Cr\$821 milhões. Gostaria de deixar externado aqui o meu agradecimento ao Governo Collor.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Mesa, nobre Deputado Nobel Moura, solidariza-se com a pregação antitabagista de V. Exª, pregação da qual foram propugnadores da primeira hora aqui na Câmara o Deputado Elias Murad e, no Senado Federal, o Senador Lourival Baptista.

O Sr. **Mendonça Neto** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. MENDONÇA NETO (PDT — AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Gostaria, Sr. Presidente, em primeiro lugar, de ressaltar, devido ao discurso do orador que me antecedeu, que em momento nenhum quis incriminar diretamente o Presidente do Senado ou da Câmara pela falta de quorum aqui no Congresso. Evidentemente, o que há é a responsabilidade da Mesa como um todo, e também em primeiro lugar, a responsabilidade de cada Parlamentar.

Se em todo o mundo, como também nesta Casa, praticar-se a obstrução é legítimo, também é legítimo por parte de quem dirige a Casa que essa obstrução não signifique, perante a opinião pública, a desmoralização do Congresso Nacional, do Senado e da Câmara. Cabe à Direção das Casas fazer com que a obstrução seja vencida através de algum tipo de recurso regimental, algum tipo de recurso legal que faça fluir a votação nesta Casa.

Neste sentido, gostaria de dar uma sugestão a V. Exª, sei que é de difícil acolhimento, mas a faço assim mesmo. Em casos como o de agora, da política salarial, dos vetos presidenciais, se mantenha em regime de reunião permanente o Congresso Nacional até que seja exaurida a pauta que aí está. Pois enquanto não for exaurida esta pauta que aí está, porque, enquanto isso não acontecer, se não se reunirem a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, é evidente que esta obstrução acabar-se-á, e nós teremos a pauta vencida e uma lição dada àqueles que a obstruem, pois o mais importante para quem têm a maioria é vir a plenário e fazer com que essa maioria vote, para que, então, o Governo tenha o seu veto respeitado pelo Congresso Nacional. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Fica a sugestão de V. Exª para oportuna apreciação por parte das duas Mesas.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Luís Roberto Ponte.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB — RS) — Sr. Presidente, quero registrar a minha presença, não estou fazendo obstrução, mas estava no fundo da sala, em trabalhos...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência consigna a presença do nobre Congressista Luís Roberto Ponte.

O Sr. **Amaury Müller** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Amaury Müller, Presidente da Comissão de Trabalho de Administração e de Serviço Público desta Casa.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, por ser exatamente o Presidente de uma Comissão de Trabalho, que trabalha, e que é, hoje, o centro de defesa dos trabalhadores e servidores públicos, atingidos dura e penosamente nos seus direitos, que vêm sendo sistematicamente subtraídos, até pela omissão parlamentar, é que venho a esta tribuna, Sr. Presidente, cobrar maior responsabilidade dos delegados do povo que receberam mandato

e são pagos para trabalhar. Não é só trabalhando nos gabinetes, nas bases eleitorais, na peregrinação por ministérios que o Parlamentar demonstra a sua fidelidade à delegação que recebeu do povo. É sobretudo aqui, no plenário, quando estão em jogo os interesses da nação. São vetos que se arrastam pavorosamente há meses, e que não são votados aqui porque alguns setores do governo, manipulados por suas lideranças, usam o biombo ridículo da obstrução para ocultar o medo, o temor que têm de enfrentar, no voto, a Oposição, e, sobretudo, explicar-se, perante a opinião pública, quando votam pela manutenção de vetos que lesam, mutilam e violentam direitos.

Eu não posso atribuir a V. Exª nenhuma responsabilidade pela lamentável omissão daqueles que foram eleitos e são pagos para trabalhar pelo povo.

Não posso atribuir ao Presidente Ibsen Pinheiro qualquer responsabilidade e V. Exª faz o que pode.

Mas, na verdade, Sr. Presidente, a convocação de sessões pela manhã e à tarde trazem outros prejuízos, as comissões técnicas que têm inclusive caráter terminativo não puderam reunir-se desde ontem, porque houve uma sessão solene no mesmo horário, na quarta-feira, e hoje V. Exª convocou uma sessão que melancolicamente conta com a presença insignificante de 185 parlamentares.

Sr. Presidente, ao registrar a minha indignação pela irresponsabilidade dos que usam o manto da obstrução para fugir aos seus compromissos, eu quero aqui apelar para a profunda reflexão de V. Exª que é um homem inteligente, dedicado ao seu mandato, a fim de que encontre o caminho, quem sabe até propor, como lembrou aqui o ilustre Deputado Mendonça Neto, uma sessão permanente do Congresso Nacional.

O que eles não querem, Sr. Presidente, os que pretendem falar em nome do povo mas para ele viraram as costas, é enfrentar a Oposição aqui, no voto, e depois justificar a possível manutenção dos vetos que o Presidente da República após a dois projetos de fundamental importância para a sociedade brasileira a dos servidores públicos e, agora, o do salário mínimo e da política salarial.

Quem não deve não teme, Sr. Presidente, e quem deve sempre tremer, e tem muita gente aí tremendo de medo de enfrentar a opinião pública. De minha parte, Sr. Presidente, não devo, não temo; não tenho medo, porque não tremo. Muito obrigado.

O SR. JORGE KHOURY (Bloco — BA.) — Sr. Presidente, pediria que registrasse a minha presença, pois me contrava participando de uma comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Consignar-se-á a presença do nobre Deputado Jorge Khoury.

O SR. ARNO MAGARINOS (Bloco — RS) — Sr. Presidente, gostaria de registrar a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Presença consignada ao nobre Deputado Arno Magarinos.

O SR. NELSON TRADE (PTB — MS) — Sr. Presidente, gostaria de registrar minha presença, Sr. Presidente, tremo mas não temo, como disse Santo Agostinho.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Fica consignada a presença do nobre Deputado Nelson Trade.

O SR. GERALDO ALCKMIM FILHO (PSDB — SP) — Sr. Presidente, pedirei apenas para consignar minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Consignada a presença do nobre Deputado Geraldo Alckmim Filho.

O SR. ANTÔNIO FALEIROS (PSDB — GO) — Sr. Presidente, gostaria que fosse registrada a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Será consignada a presença de V. Exª

O SR. OSÓRIO ADRIANO (Bloco — DF) — Sr. Presidente, gostaria de registrar minha presença, estava com o Presidente da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Será consignada a presença de V. Exª

O Sr. Flávio Palmier da Veiga — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. FLÁVIO PALMIER DA VEIGA (Bloco — RJ. Pela ordem sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, hoje, na Comissão de Finanças e Orçamento, foi debatido um assunto entre Deputados e Senadores e gostaria de transmitir a sugestão a V. Exª, como Presidente do Congresso Nacional.

Lamentavelmente, parte da imprensa fala do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, denegrindo a sua imagem e o nosso trabalho. Indiscutivelmente, a maioria dos homens que lutam na política são sacrificados, são idealistas e têm uma folha de serviços prestados à Nação, aos seus Estados e aos seus municípios.

Sr. Presidente, a sugestão é a seguinte: que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal — no seu orçamento de 1992 — colocassem uma verba com o objetivo de divulgar, nos principais jornais de todo o País, todas as atividades dos Deputados e Senadores realizadas nesta Casa do povo, que é o Congresso Nacional, reunião das Comissões, propostas, discursos. Porque só se lê nos jornais notícias contra os Deputados e os Senadores, o que se faz de bom aqui não é publicado e não ser por um grupo idealista de jornalistas.

Nós não somos contra os jornalistas, achamos que é livre o arbítrio de cada um publicar o que deseja, mas, se nós tivéssemos em cada jornal um quarto de coluna por semana em todo o País, desde Manaus até o Sul, passando pelo Rio de Janeiro, São Paulo, o povo tomaria conhecimento do trabalho realizado pelo Deputado, pelo Senador, e quando eles apresentassem um projeto ou defendessem aqui um ponto de vista ou as suas teses nas comissões mistas, sairia publicada na imprensa. Nós teríamos nossas atividades divulgadas, e o Congresso ganharia um novo julgamento da opinião pública, agora, nós não temos a imprensa ao nosso lado. Não seria possível o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, unidos, prepararem um esquema de mobilização, dispormos de um quarto de coluna em jornais como *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha da Tarde*, *Estado de S. Paulo*, jornais de Recife a Porto Alegre, de todos os jornais das capitais e talvez até do interior, divulgando o que os Parlamentares fazem e o que representam na sociedade brasileira. Nossa imagem está deturpada, porque, infelizmente, não temos divulgação dos trabalhos que fazemos.

V. Exª, que é um homem experimentado, sabe que uma notícia pequena a respeito do grande político, Senador Mauro Benevides, num jornal do interior lá do seu Estado, significa

uma bagagem para sua carreira política, e a sua imagem é positiva na hora em que V. Exª é julgado nas urnas.

Precisamos de divulgação, e nada melhor do que este momento, em que vamos traçar as normas dos orçamentos do Legislativo, do Judiciário e do Executivo, para destinarmos uma verba para nos defender, não nós, mas a instituição que está sendo denegrada, diminuída e ferida por causa das péssimas notícias que são lançadas nos jornais.

Esta Casa é o retrato do povo, a sociedade está aqui dentro. Se existem bons e péssimos chefes de família, há de existir também Deputados bons e Deputados que não cumpram verdadeiramente suas missões, como também Senadores. Mas o povo julgará, nas próximas eleições, aqueles que foram e os que não foram bons e, naturalmente, fará uma separação e, cada vez, aprimorará mais a representação dentro do Congresso Nacional.

É essa a minha sugestão. Ninguém melhor do que V. Exª, como Presidente do Congresso Nacional, para defender a divulgação, em todos os jornais do Brasil, do que se faz de bom nesta Casa Legislativa, o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputado Flávio Palmier da Veiga, mesmo sem essa divulgação articulada a que V. Exª se refere, o Congresso, pela transparência dos seus atos, tem capitalizado a credibilidade e o respeito do povo brasileiro, a julgar pela recente pesquisa de opinião pública, em que 48% dos entrevistados se manifestaram realmente com uma posição respositiva e de confiança no Congresso brasileiro e nos seus representantes. Isso significa que, se somos vulneráveis pela transparência dos nossos atos, estamos certos de que a imprensa, cônica de suas responsabilidades, haverá de divulgar sempre com correção, aquilo que se passar nesta e na outra Casa do Congresso Nacional.

O Sr. João Teixeira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista João Teixeira.

O SR. JOÃO TEIXEIRA (Bloco — MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estamos acompanhando de perto todo o desenrolar dessa votação. V. Exª foi bem claro quanto à presença, no início do semestre do corrente ano dos Srs. Parlamentares aqui no Congresso Nacional.

O sonho de todo político é chegar ao Congresso Nacional. Quando Vereador da minha cidade, debatia-me e lutava pelos interesses da comunidade. Por isso, os meus eleitores entenderam que eu deveria falar mais alto em benefício de toda a região. Elegi-me, assim, Deputado Estadual, e, com ou sem a imprensa, continuei o meu trabalho. Hoje estou aqui no Congresso Nacional. Não vou dizer que estou decepcionado, não vou dizer que é culpa da imprensa, por que geralmente quem trabalha é reconhecido. E nós temos uma grande divulgação, que é *A Voz do Brasil*. No meu Estado, tudo o que aqui se faz, toda a participação dos Congressistas é noticiada por *A Voz do Brasil*.

Simplesmente, a imprensa como pode falar a verdade e a inverdade, por falta de conhecimento profundo do assunto, pode também noticiar a presença dos Srs. Parlamentares aqui, em uma hora tão importante, porque, se vamos ter votação e há placas por todo lado divulgando que haverá Congresso tal hora e eles não comparecem é por falta de seriedade com o compromisso assumido com o povo brasileiro. Que

venham dizer “sim” ou que venham dizer “não”, mas que compareçam a esta Casa, para que nós, que sonhamos, desde a nossa infância, em chegar aqui, não sintamos, de repente, que estamos em um elefante branco. Esta Casa não é um elefante branco, Sr. Presidente, mas é a casa do povo brasileiro e deve trabalhar realmente. Não podemos, de maneira alguma, aceitar projetos de deputados visando à redução de parlamentares aqui no Congresso, embora, talvez, essa seja a saída — a redução de parlamentares —, de forma que aqueles que para cá vierem o façam com a vontade de trabalhar.

Sr. Presidente, a nossa opinião é no sentido de que a imprensa colabore. Não é forçar o comparecimento dos Srs. Parlamentares, mas mostrar ao povo brasileiro, através deste painel, quem está comparecendo e quem tem realmente interesse em votar, seja contra ou a favor do Presidente.

Aqui se diz que a bancada governista não compareceu para votar. Mas lá está o meu nome, Deputado João Teixeira, registrando o meu comparecimento. Voto contra ou a favor, mas jamais vou faltar com esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A última manifestação da tarde de hoje é do Congressista Chico Vigilante, para que encerremos os nossos trabalhos com o seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Chico Vigilante.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT — DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressista, quero trazer ao conhecimento desta Casa um fato lamentável ocorrido hoje. Estive verificando essas obras de ampliação da Câmara e observei que uma série de empregados não tinham as mínimas condições de trabalho exigidas. Pareceu-me até um desafio, porque, da Liderança do Partido dos Trabalhadores, só separado por um vidro, pude constatar que muitos deles estavam sem calçados, sem luvas, sem capacetes, enfim, sem nenhuma proteção.

Acertei, então, com o chefe do Núcleo de Fiscalização do Trabalho de Brasília uma fiscalização para hoje, às 9 horas da manhã, com a presença de um médico do trabalho, um engenheiro, dois fiscais e a imprensa, convidada para acompanhar a fiscalização. Quando da hora marcada, fomos informados de que a Diretora de Fiscalização do Trabalho, do Ministério do Trabalho, a Dr^a Maria Amélia Saski, havia proibido a fiscalização, já acordada, anteriormente, com o Delegado Regional do Trabalho em Brasília, Dr. Olavo.

Fiquei, de 9 às 11 horas da manhã, tentando falar com o Ministro Antônio Rogério Magri, a fim de que ele mesmo determinasse a fiscalização. Infelizmente não consegui falar com V. Ex^a, mas apenas com o seu chefe de gabinete, Sr. José Carlos. E, para a nossa surpresa, a fiscalização não foi feita. Entretanto aqueles trabalhadores desprovidos de proteção em um passe de mágica, apareceram com capacete, botas, luvas e tudo mais. Certamente alguém avisou a empresa de que iríamos fazer a fiscalização. E, para mim, o vazamento dessa notícia só pode ter partido do próprio Ministério do Trabalho.

Isso é grave, Sr. Presidente, porque nos deixa sem segurança para fazer denúncias de irregularidades, de descumprimento da legislação trabalhista nesta cidade.

O nome da Sr^a Diretora de Relações do Trabalho do INSS, que proibiu a fiscalização, é Maria Amélia Saski.

Para concluir, Sr. Presidente, quero ratificar o que falei há pouco. Eu não disse que nenhum deputado é marajá, mas

que, para alguns, ou seja, para os que estão obstruindo, não vai fazer falta nenhuma cortar o dia.

Insito com a proposta a V. Ex^a no sentido — inclusive para o Deputado Inocêncio de Oliveira também — de se levar à Mesa da Câmara dos Deputados a minha solicitação de que a lista para efeito de presença, hoje, seja a desses nomes registrados no painel. Porque, quando eu trabalhava de vigilante, Sr. Presidente, se eu não comparecesse na empresa ou se comparecesse e fosse embora, além de perder o dia, ainda ia demitido por justa causa. Isso acontece com a pessoa que trabalha aqui na limpeza: se faltar, perde; e, se comparecer e for embora, é demitida por justa causa.

Portanto, estamos querendo o mínimo, porque não é o deputado perder, mas não receber pelo que não fez, o que é justo, sério, honesto e moralizador. Insisto, dessa forma, com a proposta de descontar de quem não compareceu aqui hoje para votar, inclusive os do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Mesa do Congresso é integrada pelo Deputado Inocêncio Oliveira, Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, que se incumbirá de levar ao Presidente Ibsen Pinheiro as reclamações agora transmitidas pelo nobre Deputado Chico Vigilante.

O Sr. José Geraldo — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. JOSÉ GERALDO (PL — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, divergindo das colocações do Deputado Chico Vigilante, requeiro a V. Ex^a que determine o registro da minha presença nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Mesa determina a consignação da presença do nobre Deputado José Geraldo.

O Sr. Wellington Fagundes — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL — MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, também gostaria que a Mesa consignasse a minha presença e ainda fizesse uma colocação. Qualquer audiência que se precisa ter em um ministério ou em qualquer órgão do Governo, não é o Deputado que determina o horário, mas o Executivo. Acabo, inclusive, de chegar de uma audiência. É preciso que se pense os dois lados também. Fica aí o meu registro.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência consignará a presença do nobre Deputado Wellington Fagundes.

Está encerrada a votação.

Vamos proclamar o resultado.

Votaram Sim 139 Srs. Deputados; e não, 29.

Houve 17 abstenções.

Total de votos: 185

Não houve número.

O requerimento fica prejudicado.

A votação dos vetos da Ordem do Dia também fica adiada.

São as seguintes as matérias que deixam de ser apreciadas:

VETOS PRESIDENCIAIS**1****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO****Nº 21, DE 1990****(Medida Provisória nº 151, de 1990)**

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. (Mens. nº 71/90-CN.)

Partes vetadas:

- § 1º do art. 1º;
- § 2º do art. 1º;
- § 3º do art. 1º;
- art. 3º;
- § 1º do art. 4º
- art. 6º e seu parágrafo;
- parágrafo único do art. 7º;
- alínea e do parágrafo único do art. 16;
- § 5º do art. 18;
- § 2º do art. 20;
- art. 25; e
- art. 26.

Prazo: 23-6-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

2**PROJETO DE LEI DA CÂMARA****Nº 49, DE 1990****(Nº 3.101/90, na origem)**

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências. (Mens. nº 158/90-CN.)

Prazo: 8-11-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

3**PROJETO DE LEI DA CÂMARA****Nº 48, DE 1990****(Nº 3.099/89, na origem)**

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento, e dá outras providências. (Mens. nº 172/90-CN.)

Prazo: 10-11-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

4**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO****Nº 50, DE 1990****(Medida Provisória nº 249/90)**

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 50, de 1990, que dispõe sobre

a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social, tendo

— Relatório, sob nº 3, de 1991-CN, da Comissão Mista. (Mens. nº 10-91-CN.)

Partes vetadas:

- art. 1º;
- art. 2º;
- art. 3º;
- art. 4º;
- art. 6º;
- art. 7º;
- art. 8º;
- art. 9º;
- art. 10; e
- art. 16.

Prazo: 28-3-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

5**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 176, DE 1989****(Nº 4.086, na Câmara dos Deputados)**

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 176, de 1989 (nº 4.086, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a Política Agrícola.

(Mens. nº 23/91-CN.)**Partes vetadas:**

- item V do art. 3º;
- item XII do art. 3º;
- itens I, II e V do art. 5º;
- item XII do § 1º do art. 5º;
- § 2º do art. 5º;
- §§ 7º e 8º do art. 5º;
- item I do art. 6º;
- §§ 1º e 2º do art. 8º;
- art. 11, **caput**;
- art. 15;
- art. 21;
- art. 24;
- art. 27;
- art. 28;
- art. 29;
- itens V, VII, VIII, X, XI, XII do art. 30;
- §§ 2º e 4º do art. 31;
- art. 32;
- art. 33, **caput**, e § 1º;
- art. 34;
- parágrafo único do art. 37;
- art. 38;
- art. 39;
- art. 40;
- art. 41;
- art. 43;
- art. 44;
- art. 46;
- item IV do art. 48;
- § 1º do art. 50;
- art. 51;
- art. 53;
- art. 54;
- art. 55;

- art. 57;
- art. 61;
- art. 62;
- art. 63;
- art. 64;
- art. 67;
- art. 68;
- art. 69;
- art. 70;
- art. 71;
- art. 72;
- art. 73;
- art. 74;
- art. 75;
- art. 76;
- art. 77;
- art. 78;
- art. 79;
- art. 80;
- itens I, VII, IX do art. 81;
- itens II, III e VII do art. 82;
- art. 83;
- art. 86;
- § 2º do art. 87;
- art. 88;
- art. 90;
- art. 91;
- art. 92;
- item V do art. 96;
- § 1º do art. 99;
- art. 100;
- art. 101;
- art. 105;

Prazo: 2-5-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

6

PROJETO DE LEI Nº 19, DE 1990-CN

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 19, de 1990-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1991.
(Mens. nº 25/91-CN.)

Partes vetadas:

- art. 16; e
- itens de programação constantes dos Anexos I e II.

Prazo: 2-5-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização convoca os membros da comissão, para continuarem a reunião iniciada hoje pela manhã, interrompida em razão da sessão do Congresso, quando se verificou a única votação do dia de hoje; enquanto a expectativa da Mesa era de que ocorressem, no mínimo, seis votações, desobstruindo pelo menos na quase totalidade, a pauta publicada da Ordem do Dia da sessão de hoje.

O SR. MAURÍCIO CAMPOS (PL — MG.) — Sr. Presidente, antes que V. Exª encerre, eu gostaria de registrar a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está consignada a presença do nobre Deputado Maurício Campos.

O SR. WILSON CUNHA (PTB — MG.) — Sr. Presidente, gostaria de registrar a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está consignada a presença do nobre Deputado Wilson Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Vamos entrar em entendimento com a Mesa da Câmara para ver se, na próxima terça-feira, retornaremos ao Congresso Nacional, se possível no expediente da tarde, a fim de avançarmos na apreciação dos vetos do Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 5.770,57

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 5.770,57

J. avulso Cr\$ 117,93

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Brasília — DF

CEP: 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANEIRO A MARÇO 1991
ANO 28 — NÚMERO 109

Em circulação com estas matérias:

HOMENAGEM

Luiz Viana Filho — *Edivaldo M. Boaventura*

Afonso Arinos — *Jarbas Maranhão*

COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro — *Letacio Jansen*
O planejamento na economia brasileira — *Clovis V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 — *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileira de 1988: subsídios para os comparatistas — *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais — *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 — *Silvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição — *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandado de segurança contra ato judicial — *Alvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito no processo de extradição. Indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição — *Negi Calixto*

Cinco temas controvertidos do Direito Penal — *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos — *Pedro Pinto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay so-

bre o Direito do Mar — *Georgenor de Sousa Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa — *Marcela Varejão*

"Ermächtigung": proposta de leitura da hermenêutica na Teoria Pura do Direito — *Gláston Mamede*

Direito Romano em Gramsci — *Ronaldo Poletti*
A filiação ilegítima e a constituição de 1988 — *Clayton Reis*

Solidariedade e fiança — *Arnoldo Wald*

Proteção jurídica das embalagens — *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: declaración de voluntad. Forma y momento de su perfeccionamiento — *Daniel E. Maere-mans y Carlos E. Saltor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente — *Hugo Nigro Mazzilli*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? — *José Pitas*

A arte e o obsceno — *Everardo da Cunha Luna*

A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 — *Adaúto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês. ator da lei, mas nunca seu autor! — *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn — *Luís Afonso Heck*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado — CGA 470775.

MEIO AMBIENTE LEGISLAÇÃO

785 páginas

Dispositivos da Constituição Federal
Atos Internacionais
Código Florestal
Código de Mineração
Legislação Federal
Lançamento
Cr\$ 7.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 64 PÁGINAS